



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE
AS AMÉRICAS**

MESTRADO

**NEGRO ENTRE ASPAS: REVISITANDO O DEBATE SOBRE AÇÃO
AFIRMATIVA NO BRASIL**

RENATA MONTEIRO LIMA

BRASILIA –DF, março de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE
AS AMÉRICAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
NEGRO ENTRE ASPAS: REVISITANDO O DEBATE SOBRE AÇÃO
AFIRMATIVA NO BRASIL

RENATA MONTEIRO LIMA

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja (CEPPAC/UnB), orientadora

Prof. Dra. Ana Cláudia Farranha (IFD/UnB), membro externo

Prof. Dra. Simone Rodrigues Pinto (CEPPAC/UnB), membro interno

Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (CEPPAC/UnB), suplente

BRASILIA –DF, março de 2017

RENATA MONTEIRO LIMA

**NEGRO ENTRE ASPAS: REVISITANDO O DEBATE SOBRE AÇÃO
AFIRMATIVA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação Sobre as Américas- Ceppac da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em ciências sócias, sob a orientação do Professor Dr^a Rebecca Lemos Igreja.

Brasília –DF, Março De 2017

AGRADECIMIENTOS

À Maria Marta, Raquel Monteiro e a João Miguel pela força incondicional.

À Cristabell Lopez, a Iuri Pieroni e a Renata Matos por me fazerem acreditar que conseguiria, pelo companheirismo neste processo tão difícil e por serem uma inspiração de como não ser arrogante na academia.

À Camila Aragão por todos esses anos de amizade, força e incentivo.

À Rebecca Igreja por incentivar o meu melhor.

À Raissa Roussenq, à Taís Machado, à Vanessa Machado, à Ellen Cintra e ao Marcos Queiroz por serem as melhores referências de amizade e de coletivismo negro que uma pessoa pode ter. Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa revisita o debate sobre política de ação afirmativa de cunho racial no Brasil desde os debates iniciais, passando pelo momento de implementação e chegando a momentos atuais. O texto gira no eixo que intenta também debater sobre como a categoria negro foi colocada dentro do discurso da política de cotas através de autores acadêmicos. Esse debate traz a discussão sobre a crença na democracia racial como símbolo da identidade nacional, ao mesmo tempo em que deixa nas margens a discussão sobre a representatividade do espaço do negro. A questão é consideravelmente complexa, sendo que, os estigmas estão sempre reiterando. Parto para a análise de documentos marcantes para o discurso, bem como analiso a realidade dos efeitos dessas discussões a alunos e professores dentro da Universidade.

Palavras-chaves: ação afirmativa, produção de conhecimento, democracia racial, negros.

ABSTRACT

The present research revisits the debate about the affirmative action politics of race in Brazil from its initial debates, and goes through its implementation until present discussions about this issue. The text also aims at debating how the category “black” was placed within the discourse of the quotas policy by academic authors. This debate brings the discussion about the belief on racial democracy as a symbol of national identity, a situation which, at the same time, leaves the discussion about black people representativity on the margins. The issue is considerably complex, and the stigmas are always being reiterated. The research is grounded on both the analysis of documents that are relevant to the discourse, as well as the reality of the effects of these discussions on students and teachers within the university.

Keywords: affirmative action, production of knowledge, racial democracy, blacks.

ABREVIATURAS

GTEDEO	Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas
IURJ	Instituto Universitário do Rio de Janeiro
LELO	Labor and employment Law Office
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	<i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica</i>
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UENF	<i>Universidade Estadual do Norte Fluminense</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<i>Contextualização Histórica Brasileira</i>	12
<i>Contexto de campo e opções metodológicas</i>	16
CAPÍTULO I	21
FEIÇÕES DE UMA TRAJETÓRIA BRASILEIRA: O VANGUARDISMO NA AMÉRICA LATINA	21
1.1 – Brasil e a conjuntura latino-americana	21
1.2 – Desafio: Pode a ação afirmativa ser multicultural?	25
1.3 – Ação afirmativa e o Estado: a busca pelos equilíbrios antagônicos	28
1.3.1 – A posição do governo	33
1.3.2 – A posição de intelectuais da sociedade civil	36
1.4 – Antagonismos tangíveis	43
1.4.1 – Conflitos de retóricas – Manifestos e suas eloquências	43
1.4.2 – “Tribunal racial” e o constrangimento à identidade nacional.....	49
1.5 – Prognósticos e diagnósticos: a percepção do presente	64
CAPÍTULO II	76
LUGAR DE ANUNCIAÇÃO: UMA QUESTÃO ESSENCIAL	76
2.1 – Negro entre aspas: a diferença da fala daquele do nome de quem fala	78
2.2 – O “sujeito” e o “objeto” de pesquisa	83
2.3 – Raça como um dilema	86
2.4 – Ciências sociais e relações raciais	89
CONCLUSÃO	95
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	106

ENTREVISTA COM PETER FRY (18/11/2016)	106
ENTREVISTA COM JOSÉ JORGE DE CARVALHO (05/12/2016)	114
ENTREVISTA ANTÔNIO SÉRGIO (05/01/2017).....	121

INTRODUÇÃO

Costuma-se dizer que nos direcionamos para temas que nos são familiares. Sem ter que discutir a veracidade dessa afirmação, o fato é que o tema dessa dissertação sempre fez parte da minha vida como uma jovem negra querendo ter a minha trajetória acadêmica. Ingressei no curso de História nos primeiros anos das cotas e tive a oportunidade de pesquisar sobre o assunto em um Projeto de pesquisa e, finalmente, depois de 16 anos do debate, encontro-me em uma pós-graduação. Essas vivências fizeram crescer a vontade de rever o debate deste processo. Isso não faz parte de nenhum saudosismo, mas de um reflexo em que as tensões sobre as cotas reverberam no percurso de negras e negras atualmente na universidade.

Existe, inegavelmente, uma nova cara do ensino superior e com isso, uma nova forma de enfrentamento do racismo. De fato, as cotas não acabam com esta estrutura, mas trazem a ela uma nova exterioridade. O reconhecimento oficial do racismo e, as justificativas para um possível arranjo, promovem um debate que até então era restrito a uma ciência social que objetificava e a uma militância que era restringida reduzindo o diálogo em seus debates internos. Vários foram os autores que participaram do início desse debate e continuam sendo as referências bibliográficas para o assunto. Avalio seus impactos, não só nas suas condições de acadêmicos, mas também, nas suas condições de cidadãos, que mesmo sob olhares convergentes, contribuem para o debate público de um tema tão complexo.

Ao divulgar diagnósticos, ao criar organizações e ao implementar medidas de valorização e de promoção de igualdade de oportunidades, reconhece-se as desigualdades. E é neste momento que a ação afirmativa chega ao Brasil carregando uma variedade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas. (MOELECKE, 2002). Entretanto, quando debatemos cotas raciais o profundo questionamento de sua importância social aparece, ainda hoje, dissonante. As informações e as discussões ainda se relacionam às capacidades dos alunos cotistas e a possível desqualificação do ensino.

Como as políticas públicas são frequentemente estudadas quando se institucionalizam em políticas de governo, o debate público que as fomenta, assim como as redes tecidas entre movimentos sociais, organizações não governamentais e

segmentos da burocracia pública ficam obscurecidos na sombra de uma realização simplesmente governamental. Perde-se, então, a riqueza dos processos de constituição de projetos, os quais pressupõem transformações no espaço público com a constituição de novos atores, de novos temas e de novas formas de ação, ou seja, questões identitárias ficam limitadas a conceituações estatais. Não obstante, ao observar como atuaram no passado, estaremos atentos às tensões que se arranjaram no espaço universitário, a redação que foi mobilizada, às categorizações que se impuseram no campo do debate, em outras palavras, à luta pela determinação de sentidos quando recorrem ao campo de suas memórias coletivas.

Em todo o material que compõe a presente pesquisa, há um interesse comum de se pensar o discurso racial e como ele foi elaborado por diversas acepções da ação afirmativa. Com isso revisito o debate da ação afirmativa de cunho racial desde os anos 90, passado pelo momento de implementação e chegando aos momentos atuais. O texto gira no eixo que intenta também debater sobre como o lugar do Negro dentro do discurso da política de cotas através da fala de autores acadêmicos. Esta dissertação tinha como objetivos iniciais:

- Revisitar os debates sócio-históricos sobre políticas de cotas universitárias no cenário brasileiro, buscando saber em que estágio está focalizado o diálogo, o trânsito de categorias e a repercussão simbólica presentes nos discursos. Serão conferidas as falas dos principais autores e suas implicações diante de um novo quadro político-institucional no país com aquelas falas que preconizavam ainda a política de ação afirmativa em seu período formativo, como estratégia de *mobilização, politização e conscientização* da população brasileira diante da implementação da política de cotas.
- Destacar os autores e suas respectivas intervenções como fontes a serem examinadas. Isso significa que, ao observar como atuaram, a atenção estará norteadada para as articulações que fizeram no espaço público, ao vocabulário que foi mobilizado, às classificações que impuseram ao campo do debate, ou seja, à luta pela imposição de sentidos a um campo de atuação;
- Distinguir os elementos sociais dessas concepções que foram objeto de polêmica, e quais os que sustentaram o consenso obtido em tempos atuais para disseminar e debater propostas de políticas públicas;

- Entender a escassez de pautas destes autores diante da política de cotas, buscando defrontar as mesmas após 16 anos de implementação;
- Compreender as concepções e suas influências inspiradoras de outras partes do continente sobre política de cotas e as ressonâncias do debate do Brasil na América Latina como porta-voz de política emblemática;

Destaco que para esse processo, trago as notas explicativas de Clóvis Moura (1977) que apesar de reconhecer ser um trabalho voltado para o atual estado dos chamados estudos afro-brasileiro, procurou fazer um levantamento histórico-sociológico da problemática a partir de suas bases estruturais e dinâmicas, objetivando abrir perspectivas metodológicas para que novos estudiosos possam liberta-se das soluções (ou falácias) de correntes acadêmicas e que consigam sair do incontestável impasse em que se encontram presentemente, podendo imprimir um *ethos* operacional e dinâmico considerando a cotidianidade do negro e do mestiço no Brasil a partir de sua situação social. Acredito ter feito das palavras de Clóvis um guia aos meus pressupostos em pesquisa. Segundo ele, sociólogos acadêmicos achariam muitas *heresias* em seu trabalho e, provavelmente, tenha sido isso o maior motivador para essa minha pesquisa em questão. Serão essas heresias que se configuraram como vitalidade, dentro de um ponto de vista que pretende transformar essa ideologia folclorizada em uma tentativa modesta de responder inquietações.

Contextualização Histórica Brasileira

Antes de adentrarmos aos capítulos, será necessária uma narrativa histórica. É possível pensarmos a dinâmica das políticas públicas no Brasil a partir de momentos cruciais que se sucederam no tempo histórico (SILVÉRIO, 2004). Observar o modo como às políticas respondem a demandas sociais e como são constituídas na sociedade exige uma compreensão destes antecedentes históricos e do desenvolvimento das conjunturas políticas e das ações coletivas que as tornaram possíveis (MOEHLECKE, 2002; GUIMARÃES, 1999).

Em meados de 1970, em que o processo de redemocratização começa a dar sinais, a consciência de que constituímos um passado com profundas desigualdades sociais, a problemática racial ganha maior espaço na pauta política. O Movimento

Negro (re) surge denunciando sistematicamente o racismo e propondo a revisão estigmatizada, a recuperação da autoestima e à afirmação da igualdade dos direitos, agindo para que a lei garanta as mesmas oportunidades de direitos a todos (JACCOUD; BEGHUN, 2002). Seus discursos e demandas correlatados passa a dialogar com mais proximidade com o Estado, em que medidas concretas começam a ser tomadas em algumas localidades. Abdias do Nascimento, em 1983, com o seu projeto de Lei nº 1.332, propõe uma “ação compensatória”, em configuravam em: 20% para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção no serviço público; bolsas de estudos; incentivos as empresas do setor privado para a eliminação da pratica da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática e introdução das histórias das civilizações africanas no Brasil (MOELEKHE, 2002). Apesar de não aprovada remete a discussão.

Nos primeiros anos de 1980 o IBGE pública um estudo que, de forma inédita, permite visualizar a desigualdades entre brancos e negros no mercado de trabalho. Em 1987, o presidente José Sarney cria, em um decreto presidencial, o *Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura*, a ser executado durante o ano de 1988. Nesse contexto, o negro e questão racial atraem as atenções do país e traz à tona a questão das relações raciais brasileiras.

Pode se dizer que o ano de 1988 foi o momento mais favorável para debater a questão negra, devido a sua carga simbólica. Nesse mesmo ano, aprova-se a Constituição Federal, que, pelo menos no plano formal, traz avanços indiscutíveis. Nomeada de Constituição Cidadã, por Ulysses Guimarães, instituiu um Estado Democrático de Direito, que reforça os princípios de prevalência dos direitos humanos e de repúdio ao racismo. Como resultado dos ativismos social e político do Movimento Negro podem ser destacados as seguintes conquistas no âmbito da Carta Magna: o reconhecimento das contribuições culturais dos diferentes segmentos étnicos, considerando-as em pé de igualdade com a sociedade envolvente; a criminalização do racismo e o direito das comunidades remanescentes de quilombos ao reconhecimento da propriedade definitiva de suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos de propriedade (JACCOUND; BEGHIN, 2002).

A mobilização que se criou em torno da Constituinte e do Centenário da Abolição contribuiu para a criação, ainda no governo José Sarney, no âmbito do

Ministério da Cultura (MinC), inicialmente, de uma Assessoria para assuntos Afro-Brasileiros e, posteriormente, em 1988, da Fundação Palmares. No entanto, apesar da vinculação ao MinC, as atividades da Fundação Palmares, atualmente, não vão além do aspecto cultural. Esse conjunto de iniciativas no âmbito do Poder Público indica um parcial reconhecimento da existência do problema de discriminação, sinalizando por meio de suas ações e medidas.

A partir da segunda metade da década de 1990 um novo impulso é dado a questão racial quando o Poder Público começa a tomar uma série de medidas. A “*Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*”, realizada em 20 de novembro de 1995, em que os organizadores entregam ao presidente da República Fernando Henrique Cardoso, um documento sobre a situação do negro no país e um programa de ações para a superação do racismo e das desigualdades raciais no país, exigindo políticas públicas para os negros (SANTOS, 2007). É importante destacar a abertura em relação ao tema por parte do chefe Executivo Federal, já que em seu discurso de posse, o presidente reconhece a existência e a relevância do problema racial bem como a necessidade de interlocução política com o Movimento Negro brasileiro. Há a criação de grupos de trabalho, como o “*Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra*” (GTI) e o “*Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação*” (GTEDEO) designadas para a discussão e elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a população negra. Em 1996, é promovido um seminário internacional intitulado “*Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*”, em que se intencionava pensar em formulações para a problemática racial e para a ação afirmativa no Brasil, em que a comparação com os Estados Unidos demonstrou-se necessária diante dos anos de experiência norte-americana.

A partir de 2000, a preparação da participação do Brasil na *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, promovida pela ONU em Durban, África do Sul, recolocou a temática racial na agenda nacional. Cria-se o *Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira a Durban*, envolvendo representantes governamentais e não governamentais, com pré-conferências e encontros promovidos pela Fundação Cultural Palmares, pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

E em 2001, universidades públicas brasileiras começam a adotar sistema de ação afirmativa, por meio da implementação de sistemas de cotas ou bonificações visando promover o ingresso de estudantes negros em seus cursos¹ (JACCOUD, 2006). Cria-se também a *Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir)*, pelo então presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Durante este período, as pautas de discussão teve uma grande abordagem de comoção pública, nos meios acadêmicos e políticos. Os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – e a Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – foram os primeiros a chamar a atenção da grande imprensa e da opinião pública (DAFLON; FERES JR. ;CAMPOS, 2013). A forte agitação, tanto a favor como as que se apresentava contrário a cotas, representou um momento em que a necessidade de se justificar-las estaria na principal pauta do movimento negro e também fora dele.

Em 29 de agosto de 2012, cria-se a Lei nº12.711/2012² como o resultado de uma longa mobilização dos movimentos sociais negros para ampliar o acesso à população negra em outras universidades. Até agora, de acordo com projeção da *Seppir*, a medida afetou aproximadamente 150 mil vagas para negros. O consolidado de informações fornecidas pelo Ministério da Educação (MEC), referente aos anos de 2013 e 2014, mostra que a lei está sendo cumprida em pelo menos 128 instituições federais de ensino. Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi 33%, índice que aumentou em 40% em 2014 (Seppir, 2015). Entre tantos números e porcentagens, a política de cotas contém em seu histórico diversas discussões que atingiram os mais variados debates em outros países pela sua iniciativa na América Latina. Partiu se do âmbito da necessidade para o da aplicabilidade, e isso acompanhado de um intenso envolvimento da sociedade civil.

A questão da temática racial brasileira, sobretudo no que tange a política de ação afirmativa para negros, é praticamente transcrições textuais ao longo deste histórico processo. Um grande volume de escritos acadêmicos foi lançado com intenções elucidativas diversas a esse tipo de ação afirmativa. Entretanto, a pesquisas disponíveis atualmente apresentam um decréscimo de foco e relatórios escassos, com modestas associações conceituais e compilações contextuais com a questão depois de dezesseis anos de experiência.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

² Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

De qualquer forma, uma perspectiva histórica pode imprimir ao quadro atual um alargamento dos horizontes e de uma narrativa partilhada de mudanças (SENNET, 2004). Dar um enquadramento histórico a tais questões é a perspectiva da presente pesquisa e a sua contribuição específica a um debate que está muito marcado por imposições simbólicas.

Contexto de campo e opções metodológicas

Abdias do Nascimento (1978) em *Genocídio do povo negro* descreve não poder transcender a si mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer, pois ele se considera parte da matéria investigada. Como norma metodológica, coloca-se na recusa de discutir sob as classificações mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil. Essas definições designam os brasileiros ora por sua *marca* (aparência) ora por sua *origem* (raça e/ou etnia). A questão é que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como genótipo e fenótipo pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e /ou racial. “Um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo mestiço, cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende que se trata portanto, de um negro, não importa a gradação da cor de sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas...” (NASCIMENTO, 1978)

O interesse pelo tema no qual um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los. As pesquisas qualitativas nas Ciências Sociais trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois não respondem a questões que são relevantes. Em um dado momento da pesquisa, o objetivo do pesquisador é conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação. (BONI; QUARESMA, 2005).

Para a análise de conteúdo, Laurence Bardin(1977) destaca diferentes fases para esse processo: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Dessa forma, o objetivo da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (BARDIN, 1977). Foram observadas suas redações e linguagens, norteando-se pela problematização de questões como valores (liberdade, justiça social, autonomia, etc.), vocabulário empregados, marcos simbólicos das narrativas históricas que emergiram nos debates, articulações, enfrentamentos e consensos. Analisando situações, especificando ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global. (PESAVENTO, 2000).

Simiand (2003) em seu ensaio “Método Histórico e Ciência Social”, publicado a mais de cem anos, representa uma vertente otimista sobre o cientificismo historiográfico e o momento em que os caminhos supostamente opostos cruzaram-se num debate cadente e vivo. O autor destaca as inquietações metodológicas que manifestam os historiadores, que em larga medida perpassa pela sensação de rivalidade entre a nova ciência social. No entanto, os fenômenos sociais, por sua extensão e por sua natureza, não podem ser alcançados pela observação “individual direta”, restando ao cientista buscar os fatos e os casos de experiência na relação do passado da humanidade e empregar, necessariamente o método histórico. Acrescenta-se que o historiador não deve se limitar ao estabelecimento e agrupamento de fatos. É justamente neste estágio que na elaboração dos dados em conjunto e na utilização dos fatos que se manifesta a necessidade de construção proveitosa entre essa junção com as ciências sociais.

Para isso, intencionava trazer os documentos e as redes fundamentais deste debate: Movimento acadêmico, Movimento institucional e Movimento Negro. Entretanto, algumas expectativas em relação ao campo e aos procedimentos escolhidos no projeto qualificado em 23 de dezembro de 2015 surpreenderam-me no momento de execução.

Trago como objeto de pesquisa a *Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005*, Nela se encontram a maioria dos autores que discutiam a época dialogando com outras fontes tão importantes para análise do processo em si. Este material apresenta artigos com posicionamentos sobre as

comissões de verificação da UnB e, junto a essa análise, fui a campo para saber as perspectivas atuais dos de seus autores. Neste momento ocorreu com certa facilidade visto que os documentos escolhidos me contemplaram para a revisita prevista. Importante destacar o desafio de se trabalhar com tantas fontes e delimitar o que se quer tirar delas. Percebo a necessidade de se buscar categorias e a partir delas trabalhar as falas pretendidas. Na outra fase buscou-se selecionar os entrevistados entre os autores da revista e, esse sim foi uma grande questão. Primeiro, tive que ler todos os pontos de vistas e, como se incentiva e nos treina a academia, é sempre importante se ter neutralidade ante os objetos e sujeitos de pesquisas. Partindo dessa leitura, fui à busca dos autores para as supostas entrevistas. Comecei selecionando os que me interessariam ouvir:

- 1* Marcos Chor Maio
- 2* Ricardo Ventura dos santos
- 3* Antônio Sergio Alfredo Guimaraes
- 4* José Jorge de Carvalho
- 5* Lilia Moritz Schwarcz
- 6* Lívio Sansone
- 7* Peter Fry
- 8* Ivonne Maggie
- 9* Rita Laura Segato

A partir desse ponto, encaro de primeiro momento de frustração de tão poucas referências do movimento negro, ou seja, o diálogo pretendido com umas estas instâncias ficou comprometido visto que os tempos para mestrado não me permitiriam saná-los. E passo a perceber que o fato de serem a maioria branca e homens poderia ser um interessante dado de pesquisa. No primeiro momento, não me faltaram respostas, alguns me responderam rapidamente. O fato é que política de cotas é um assunto que não se fala mais, pelo menos não com a mesma intensidade. E os “sujeitos” de pesquisa eram em sua maioria, contra. Tive um percurso complicado diante de seus comprometimentos. As entrevistas não foram realizadas sob o auspício de diversas justificativas:

1. Por disponibilidade de horários
2. Por não ter cumprido o compromisso com hora marcada

3. E por não ter mais vontade de falar sobre esse assunto.

Mais que problemático, eu estava tendo uma constatação frustrante diante esse momento em pesquisa. Percebo que esta etapa dependeria da disponibilidade que não estaria ao meu alcance resolver. Decido apanhar as três entrevistas que me pareciam bem completas diante das minhas dúvidas. O primeiro a conversar comigo foi Peter Fry que, gentilmente, me cedeu à entrevista sem precisar de intermédios. O segundo foi o José Jorge de Carvalho que me recebeu em seu instituto. O terceiro e último, foi o Antônio Sérgio através de intermédio de minha orientadora, Rebecca Igreja.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. A principal vantagem da entrevista aberta e também da semi-estruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra do que interessa. Ao contrário dos questionários enviados por e-mails (considerando também outras formas de envio) que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos. (BONI; QUARESMA, 2005). E, este material também me trouxe um grande momento para a percepção sensível que é esse assunto, sendo eu uma pesquisadora negra. Ainda não somos muitos na pós-graduação. E isso é perceptível pela representatividade na ocasião da entrevista. Foram feitas duas por Skype e uma presencial. Sem ter uma comprovação factual desse aspecto, interessante a forma surpreendente que a imagem negra ainda representa na universidade. Uma postura de surpresa pelo fato de não ter no imaginário, apesar da política de cotas, a abordagem de um pesquisador negro na pós-graduação. Muda a forma e o jeito das falas e, visto que eu estou em demasiado dentro do objeto, as reações a minhas perguntas poderiam ser

diferentes ante ao pesquisador branco, acredito. Percebe que a dinâmica da temática racial ainda reserva um lugar de estranheza ao se confrontar o orador em questão. Não há como negar que esse fato muda as minhas perspectivas e trazem outros dilemas no momento de se apurar as respostas.

Todas às vezes em que entramos em contato com o que foi escrito em outros momentos percebemos o quanto o dogmatismo acadêmico nos leva a uma inquietação permanente. E fazer essa jornada não foi simples e nem fácil, mas pude construir meus conhecimentos sobre o que é ser negro no Brasil, através das falas desse debate acadêmico. E, com isso, tendo a certeza de que é preciso situar a questão negra para além do que é posto nas suas avaliações como categoria.

Essa dissertação está dividida em duas partes escritas em momentos diversos. Havendo, contudo, uma integração fundamental que discorre sobre como a categoria negro foi colocada dentro do discurso da política de cotas através de autores acadêmicos. No primeiro capítulo trago as relações da ação afirmativa do Brasil e da América Latina, junto a análise documental da Marcha Contra Racismo de 1995 e o Seminário Multiculturalismo e Racismo de 1996 e seus respectivos documentos. Neste momento o debate de cotas ainda era muito restrito então, focalizo quais são as formas de se interpretar as cotas em um país em um imaginário tão multirracial. E seguidamente, parto para análises momento de implementação através da revista onde, organismos explicativos nos permitem sequenciar as barreiras dadas a essa política e, em contrapartida, as entrevistas. Na segunda parte trago um debate teórico sobre o lugar em que parto para avaliar as questões seguintes. Depois do percorrida a trajetória da ação afirmativa fez-se necessário olhar para as relações raciais existentes na academia.

CAPÍTULO I

FEIÇÕES DE UMA TRAJETÓRIA BRASILEIRA: O VANGUARDISMO NA AMÉRICA LATINA

1.1 – Brasil e a conjuntura latino-americana

Em uma recente pesquisa, Hernández (2017) traz a ação afirmativa e os contextos latinos americanos baseados em raça na qual ela destaca a vanguarda brasileira no debate sul-americano. A inexistência de dados sobre raça em muitos países dificulta, não só a capacidade de reunir sistematicamente estatísticas sobre um grupo social que demonstre a sua exclusão racial, mas também a capacidade de pressionar efetivamente por políticas de ação afirmativa baseadas em raça para melhorar a situação de exclusão racial. E, até agora, a criação de programas e políticas de ação afirmativas na América Ibérica tem sido bastante modesta.

Com base nos resultados da rodada de censos nacionais de 2000, o Brasil tem a maior população de ascendência africana (45%), seguido por Cuba (35%) e Colômbia, (11%) (PASCALE, 2010). No entanto, em dados em que o cunho racial aparece como políticas de ação afirmativa estão: Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Panamá, Uruguai³ (PASCALE, 2010) variando-se nos métodos e tipos. Carlos Moore, em 2005, indagou sobre o continente ser mais favorável aos mecanismos de cotas para gênero do que para negros: “encontramos uma *resistência orgânica de mesma natureza*” (MOORE, 2005) aos afrodescendentes na América Latina.

Os primeiros passos para considerar a ação afirmativa de maneira mais ampla na América Latina têm se dado na forma de organismos governamentais criados para auxiliar a promoção da igualdade. Ainda que tal tipo de legislação simbólica seja importante para chamar a atenção para a difícil situação dos afrodescendentes, há uma carência na América Latina de programas que lidem diretamente com a questão das instituições que barram afrodescendentes devido a preconceitos e estereótipos raciais. A partir da análise dos dados fornecidos pelas organizações de ascendência africana são

identificados os principais obstáculos e facilitadores experimentados durante o processo de moldagem e atividades⁴ (PASCUALE, 2010).

Em uma Assembleia Geral, realizada em 23 de dezembro de 2013, por meio de sua Resolução nº 68/237⁵, a ONU proclama a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, sob o tema: “Povos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”⁶. Pretende-se com essa oficialização promover o reconhecimento da contribuição significativa feita pelos afrodescendentes a todas as sociedades, bem como propor medidas “concretas” para promover sua inclusão total e combater todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância relacionada.

Junto ao site oficial⁷ está destacado também o Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos, em retorno à memória das vítimas, através de uma Resolução⁸ feita em 2007. Esta iniciativa solicita o estabelecimento de um programa de extensão para mobilizar instituições educacionais, sociedades civis e outras organizações a incutir nas futuras gerações as “causas, consequências e lições do comércio transatlântico de escravos, e para comunicar os perigos do racismo e do preconceito”⁹. Essas resoluções permeiam indicativos que instigam debates e ações que intencionam superar o racismo e a discriminação racial, trazendo-os para o âmbito global e conectando as comunidades nacionais e internacionais, a partir de uma postura específica de cada sociedade.

Entretanto, existem questões do contexto que nos ambienta e que nos leva a uma releitura crítica em plena “década dos afrodescendentes”. A história dos negros no

⁴ Ver dados em: Disponível em: <http://goo.gl/37uLoe>

⁵ Disponível em: nacoesunidas.org/img/2014/10/N1362881_pt-br.pdf

⁶ Disponível em: www.decada-afro-onu.org

⁷ Disponível em: nacoesunidas.org/afro/memoria

⁸ Resolução 62/122. Disponível em: www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/62/122

⁹ Disponível em: www.decada-afro-onu.org/slave-trade.shtml

continente americano está envolta em diversos enredos que nos remetem a diferentes indagações. Estima-se que de todo o contingente de negros deslocado, mais ou menos 20 milhões aportaram nas Américas. Desse contingente, grande parte constituiu as sociedades e culturas predominantemente negras do Caribe, do Brasil, de Cuba e da Colômbia, assim como também da Venezuela, do Uruguai e do Peru (WERNECK, 2003). Uma multiplicidade de povos frutos de um processo de deslocamento forçado, motivado pela escravidão e pelo tráfico negreiro, em que seres foram encaixados em preceitos de propriedade privada altamente lucrativa. Enquanto os “índios” eram dispostos pela encomienda, sob um regime de trabalho imposto, os africanos, classificados como “povos sem alma”, eram trazidos para as Américas para substituir os “índios” no trabalho escravo. Nesta época, os africanos eram percebidos como os muçulmanos e a racialização dos muçulmanos na Espanha do século XVI estendia-se a eles. A decisão de trazer cativos da África, a serem escravizados nas Américas, guardou uma relação direta com a conclusão do Julgamento de Valladolid, em 1552. Neste ponto tem início o sequestro massivo e a comercialização de cativos imposta pelos 300 anos seguintes. Com a escravização dos africanos, o racismo religioso foi complementado, ou vagarosamente substituído, pelo racismo de cor. Desde então o racismo contra o negro tornou-se uma estrutura fundamental e constitutiva da lógica do mundo moderno-colonial (GROSFOGUEL, 2016).

A América Latina apresenta um inegável histórico de desigualdade racial e de discriminação contra populações afrodescendentes e indígenas. Isso se torna incontestável quando a despeito das medidas constitucionais e estatutárias¹⁰ que proíbem a discriminação racial na maioria dos países da região. Nas décadas de 1980 e 1990, além da proscrição legal do racismo, vários países latino-americanos implementaram reformas visando à cidadania multicultural (HOOKER, 2006). Walsh (2008) destaca o processo de reelaboração constitucional do Equador e da Bolívia, em que se auto definiam como plurinacionais e interculturais nos anos posteriores. No entanto, o processo descolonizador destas sociedades não foi o suficiente para excluir a

¹⁰ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela asseguraram pelo menos um e, em muitos casos, todos esses direitos coletivos no direito constitucional ou estatutário. (HOOKER, 2006)

noção de subalternidade humana, que mesmo em processos de vias intencionalmente democráticas, os manteve excluídos, explorados, marginalizados e segregados dos espaços de poder (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009).

Na última década, ativistas e estudiosos da América Latina vêm se articulando fortemente sobre as relações dos povos Afro-Latino-americanos. A trajetória da temática racial vem acompanhada de um emaranhado de disputas de reconhecimento às diferenças – culturais, étnicas, sociais – no plano dos direitos de espaços de desenvolvimento e cidadania. Em meio ao debate, algumas classificações entram em disputa, pois, os embates surgidos na busca por acesso aos recursos sociais são atravessados por conflitos acerca da produção e distribuição de significados. Diferentemente de uma classificação permanente ou imutável, as diversas denominações utilizadas ao longo da história recente para nomear aos afrodescendentes na América Latina e no Caribe são formuladas e (re) significadas à luz das lógicas observadas nos debates teóricos e políticos, em que se nota que os mesmos conceitos adquirem significados completamente distintos de acordo com o contexto teórico e político em que é utilizado.

Os estudos carregam múltiplos enfoques apesar de apresentarem processos e características similares entre si, os países latino-americanos apresentam confluências dos ideais do continente europeu e dos inter-fluxos das culturas da África negra e autóctones. E, mesmo depois das leis raciais coloniais terem sido derrubadas no século XIX e as políticas de branqueamento terem sido identificadas como contraproducentes, as imagens negativas das pessoas de ascendência africana e indígenas persistem até hoje. Tomando por base este contexto, o enfoque desta pesquisa será a trajetória do debate que baseia a construção político-social de igualdade dos negros, especificamente, aos brasileiros, através da política de cotas nas universidades.

Para Matilde Ribeiro (2015) o Brasil tem construído um importante percurso internacional quanto ao desempenho de um papel articulador e mobilizador da intervenção política nas Américas (em especial na América Latina e Caribe), no continente africano e em outras partes do mundo. No entanto, a autora menciona que este papel é exercido, dentre outros motivos por ser o Brasil o país com a maior quantidade de negros fora do continente africano, por possuir uma profunda bagagem

teórica e política sobre o racismo e suas implicações negativas para a humanidade e, por possuir organizações atuantes nas aplicações das referidas políticas.

Apesar do avanço descrito, perceber a existência do racismo ainda é um tema tabu para parte significativa da sociedade brasileira (SANTOS, 2012). Do outro lado deste fosso, o movimento negro, com seu sentimento de urgência, sempre esteve disposto a combater os processos de exclusão, de silenciamento e de epistemicídio através de discursos e artefatos diante da negação histórica do racismo. As políticas de cotas passam a ser uma esfera imprescindível para os estudos das relações raciais no Brasil.

No presente capítulo, portanto, as referências acima indicadas estarão norteando um trabalho que procura revisitar os sentidos que as ações afirmativas, tendo o caso brasileiro como porta-voz, tiveram no cenário de relações raciais latino-americanas. Além disso, devido ao grande alcance dos debates prévios, busca também entender como foi efetivada a entrada das mesmas no país, destacando os sentimentos, valores e saberes que permearam a nossa cultura. Trata-se de reavaliar como os protagonismos e as hegemonias históricas se posicionam frente ao *status quo* nas sociedades multiétnicas, procurando deslocar o foco sobre validade de propostas para as condições de sua legitimidade.

1.2– *Desafio: Pode a ação afirmativa ser multicultural?*

Políticas de ação afirmativa buscam corrigir as consequências da exclusão social que atinge grupos discriminados por razões étnicas e raciais. O objetivo de estabelecê-las nas democracias multiculturais passou a fazer parte de uma tendência de políticas de desenvolvimento dado o reconhecimento amplamente difundido de que a discriminação baseada na identidade cultural – étnica, religiosa e linguística – constituía um obstáculo ao exercício da liberdade individual e ao desenvolvimento humano. João Feres Jr (2006) ao citar o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 (United Nations Human Development Report, 2004)* das Nações Unidas entende que, para tornarem-se mais inclusivos, os Estados-Nação precisariam adotar políticas que reconheçam explicitamente diferenças culturais. A ação afirmativa a favor de grupos étnicos e racialmente discriminados atuaria como uma política que busca reparação da exclusão socioeconômica, que, por consequência, refletiria em processos de cerceamento de direitos como o acesso a educação, saúde, transporte e lazer de qualidade.

Desse modo, devemos ter a percepção de que os mecanismos de interação social e cultural entre os diversos grupos que compunham as sociedades americanas estão longe de ser padronizadas no continente como um todo. Na América do Norte, a separação radical entre brancos e negros e o esforço no sentido de apagamento da imagem do indígena, foram acompanhados de movimentos de discurso que alegavam pretensas purezas raciais. Para a América Latina, no entanto, a mistura era explícita e, restava tinham com esse fato. Em ambos os casos, tanto a defesa do retorno a um tipo racial puro quanto à alegação de um tipo de raça mestiça visavam criar uma identidade nacional (ASCESO; CASTRO, 2015).

Rebecca Igreja (2005) destaca que as essas “novas” políticas elaboradas especificamente para determinados grupos étnicos como o indígena e o negro encontraram seu fundamento teórico no debate sobre o multiculturalismo. Parafraseando Charles Taylor destaca que a demanda de “reconhecimento” de uma especificidade cultural é compatível com o universalismo pregado pelos liberais, aliás, o princípio de igualdade estaria em realidade subjacente à demanda de reconhecimento.

Em Igrejas e Agudelo (2014) nos últimos anos, vários países da América Latina e do Caribe promoveram reformas legislativas e institucionais com o objetivo de reconhecer e afirmar o caráter multiétnico e multicultural da nação. Identificado como um “giro multicultural” esse movimento começou a ser implantado desde o final dos anos 80. Em boa parte desses países, a categoria de alteridade, antes atribuída especialmente aos povos indígenas, foi estendida às populações de origem africana que, dessa maneira, ganharam maior visibilidade enquanto populações culturalmente diferenciadas. Trazem o conceito de *afrodescendente* num *status* quase generalizado no seio das instituições internacionais e estatais e entre relativas a essas populações os movimentos políticos, sociais e culturais da região, sem que com isso desapareçam outras formas de denominação nacional. (IGREJA; AGUDELO, 2014).

E no Brasil, o multiculturalismo entra como o instrumento da “possibilidade” do contexto da coletividade, sem entrar em contradição com as formas de identificação do “povo brasileiro”. Essa concepção transcende a maneira individualista de se olhar para as nossas consonâncias étnicas. A partir daí, vários ajustes, sejam no plano da linguagem, sejam na representação, se tornam necessários em um cenário de pluralidade

étnica. Novos significados povoaram discursos antigos e ficaram presentes em duradouros debates a cerca dos direitos políticos e legais da pessoa negra.

Em Muniz Sodré (1999), o pensador que efetivamente tem marcado as histórias das ideias – seja como ficcionista, ensaísta, historiador ou praticante das ciências humanas e sociais – é aquele que, de um modo ou outro, aceita o desafio de tentar dar uma resposta para o “decifra-me, ou te devoro” do território nacional. Diante das fontes identitárias brasileiras, o autor traz termos de amplo trânsito no modo de identificação popular das diferenças fenotípicas, isto é, da cor da pele e da hierarquização das relações raciais entre as diferentes culturas que compõem o país.

Nessa ótica, o multiculturalismo entraria como um recurso que ocultaria os problemas de sobrevivência das populações, às quais já está sendo negado em princípio o acesso às benesses materiais da universalidade. A mestiçagem promove uma conciliação ideológica entre diferenças étnicas, éticas e culturais, apontando para as singularidades. E com o ambiente de importação de ideias em que as teorias raciais se configuraram, transforma-se em ferramenta para a invenção de uma identidade nacional. Não bastam, porém, para explicar a idiosincrasia das relações entre elites e povo num país como o Brasil, porque faltaria ao modelo explicativo à dimensão da lógica patrimonial aplicada à forma social.

Valter Roberto Silvério (1999) enfatiza a caminhada do multiculturalismo. Mesmo em momentos interpretados como de acomodação e de integração, podem ser relidos como espaços temporais de rearranjo estratégico na exigência de justiça social. Contudo, era possível realçar alguns problemas relevantes ou nucleares presentes no debate em torno do multiculturalismo: a) a exigência de reconhecimento da diversidade cultural e de um tratamento igualitário na convivência das várias etnias e/ou raças que edificaram e constitui o espaço público de uma sociedade, b) a política multicultural anti/ pós-moderna que identifica, nos donos do poder (homens brancos), a origem da sexização e da racialização das relações e instituições sociais, incluindo as ciências, fato este que acabaria impondo a necessidade de uma reestruturação radical das instituições e da forma de gestão do poder na sociedade e c) uma efetiva política multicultural, que, do ponto de vista multiculturalista deve-se assentar na construção de um novo currículo escolar que inclua a contribuição das diferentes culturas sem privilégio ou destaque de nenhuma em especial, e na construção de um novo espaço público, onde a diversidade seja a regra e não objeto de perseguição ou mesmo destruição.

Na intenção de não deixar descontextualizado o debate sobre os problemas e tensões que circundam o multiculturalismo, faz-se necessário recorrer a alguns textos que possam explicitar, do ponto de vista do pensamento social, a origem de algumas polêmicas e dilemas presentes no debate atual brasileiro. Nesse sentido, o multiculturalismo, enquanto uma linguagem crítica procurava desvendar as conexões entre racismo, monoculturalismo e supremacia branca. Trata-se, não só de uma tentativa de se compreender o processo que fez com que os vários discursos conquistassem seu lugar de destaque frente ao argumento da diferença, mas de também perceber o movimento de entrada de simbologias no Brasil. Os alcances e a natureza das políticas públicas resultantes da trajetória de luta de movimentos assim como a percepção da viabilidade de transplantar e adaptar as políticas aqui realizadas para outras realidades do continente são experimentos que se consolidam e, ao mesmo tempo, se originam.

1.3 - Ação afirmativa e o Estado: a busca pelos equilíbrios antagônicos

Para além das discussões conceituais que definiriam multiculturalismo, culturalismo e transculturalismo, partiremos para as várias transmissões que essa percepção cultural em um país multiétnico pode fornecer ante uma política pública.

Segundo Costa (2002), Gilberto Freyre chamou a figura do mulato de processo de *equilíbrio de antagonismos*, a saber, "a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes antagônicas, de cultura" (p.251). O resultado se materializa, sobretudo, na figura do mulato, e que "não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos" (Costa, 2002). Então, de que forma podemos entender essa busca pelo equilíbrio?

Os anos 90 foram, incontestavelmente, uma década diferenciada para o Movimento Negro (MN) brasileiro. Primeiro, pelo crescente diálogo com o Estado, e, segundo, pela mudança de representatividades, que passaram a ter um caráter menos subordinado, enfatizando, inclusive, a morte de Zumbi, ao invés do aniversário da Lei Áurea. Ou seja, a luta antirracista troca o discurso da "benevolência", para o de resistência. Este momento se estende inclusive ao presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, que, como discípulo de Florestan Fernandes, possibilita mobilizações diante da vergonha moral do racismo brasileiro.

Nesta década dois fatos são marcantes: o primeiro foi à realização da *Marcha Zumbi dos Palmares*, em 20 de novembro de 1995 e, o segundo foi o *Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos*, no ano de 1996, que nos apresentaria a questão à luz de autores brasileiros e estadunidenses. Os dois resultaram em documentos que embasam a investigação.

No documento de 1995, o MN afirma que o mito da democracia racial estaria reduzido a cinzas e que era preciso “ações efetivas do Estado [...] que permitam a todos se beneficiar da igualdade de oportunidade” e “assegurando qualquer fonte de discriminação direta ou indiretamente e reorientando o sistema educacional no sentido da valorização da *pluralidade étnica* [grifo meu] que caracteriza nossa sociedade”. Percebe-se que o MN emerge constituindo e propondo “novas formas de articulação e de expressões da militância” e que nos últimos anos acrescentaram “novas armas no combate ao racismo”.

Tais posturas convergem com ponto de vista de Hall (2011), onde o confronto as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social e que estariam em declínio, fazendo surgir novas formas e também transformando as sociedades modernas no final do séc. XX. É possível fazer referência ao Movimento de Mulheres Negras que “duplamente luta contra a opressão racial e de gênero”. Ambos trazendo consigo novas formas de se olhar o racismo dentro do que podemos entender como uma “interseccionalidade”¹¹ diante da estrutura de opressão.

A necessidade de um novo olhar agora não mais centrada nas narrativas existentes, mas na atenção às diferenças, ao transitório, ao fragmentário. Como resposta, ordenariam uma ofensiva materializada no desenvolvimento de oposições ao “padrão”,

¹¹ Kimberlé Crenshaw, professora de Direito, cunhou o termo Feminismo Interseccional na década de 80. Embora tenha admitido que mulheres negras já falassem sobre essa interseccionalidade de opressões muito antes dela, considerou importante cunhar esse termo porque as leis antidiscriminatórias tratavam de forma diferente aspectos como raça e gênero ainda que na realidade ambos estejam inter-relacionados e devam ser levados em consideração nas decisões jurídicas que envolvessem pessoas com essas especificidades. Patrícia Anunciada, set 29, 2015.

o que se materializa na reestruturação do discurso e que passa a ser efetivada com a implementação de políticas voltadas para a retratação.

Diante das velhas denúncias, os movimentos negros perceberam que era preciso ultrapassar já que estamos falando de um país com a necessidade de “pluralidade de concepções e ações políticas”. Para combater o racismo, que seja feito através de “um amplo arco de força e aliança capaz de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais”. Um ambiente de novas estratégias é acionado, com o “reconhecimento do Estado de que a nação brasileira se explica pelo seu caráter multirracial e passa pela garantia efetiva do respeito à diferença, devendo esta ser trabalhada também na perspectiva da política exterior”.

Várias questões tiveram destaque a partir das discussões que antecederam a Constituição de 1988, como as vinculadas à discriminação racial. É notável que no Brasil a diversidade cultural seja evidente e, seu passado colonial, escravocrata e o histórico da miscigenação não nos deixam negar que demandas como o reconhecimento cultural devam ganhar um relevo específico. No tópico plano constitucional do documento, em que “o contraste entre os instrumentos legais e as evidências do cotidiano – atestadas por uma gama variada de estatísticas – elucida a insuficiência da legislação para dar conta da reprodução das práticas discriminatórias”. No que concerne à materialização das mazelas socioeconômicas sobre a população negra, “mesmo considerando a concentração deste segmento nas regiões mais pobres do país e a visível desvantagem educacional que o atinge, as estatísticas comprovam a existência de uma discriminação de natureza essencialmente racial”.

Evidenciar tais estratégias de produção de subjetividade e identidade deixaria clara a omissão: “A adoção de políticas públicas de combate ao racismo implica o comprometimento” e a partir disto questiona a relação com os princípios estruturantes e reconhecer uma das suas maiores lacunas: o fato de que a população negra é visceralmente explorada e marginalizada pelo Estado. Dentre os objetivos fundamentais da República está à promoção do bem de todos, para que se assegure as pessoas possam conviver “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, mas era preciso reconhecer a inabilidade constitucional comprovada, entre outros, em estatísticas.

É justamente nessas esferas que a conexão entre estatutos jurídicos de cidadania, representações sobre “cor” e concepções de “pessoa” aparecem como peças de um quebra-cabeças aparentemente incompleto. Nele é possível reconhecer discursos polissêmicos, que ora reafirmam dessemelhanças relativas entre os cidadãos, ora sinalizam a necessária acomodação destes – de forma igualitária e patriótica – ao lado de outros brasileiros. Este é um complexo território de práticas sociais variadas, em que inusitadas combinações dos significados de cor e cidadania ganham e produzem novos significados (GOMES; CUNHA, 2007)

No outro documento analisado estão os debates do *Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos* (1996)¹². A primeira questão analisada diz respeito ao próprio título do seminário que, coloca de saída, a viabilidade das ações afirmativas inseridas numa comparação entre políticas de cotas de países diferentes. O debate se torna público e com ele os melhores representantes, os intelectuais. A discussão culminou na publicação de um livro que terminou enfatizando no título: “a comparação entre Brasil e Estados Unidos.”¹³

O que aproxima e o que separa dois países? Esta é a questão que perpassa o seminário. Os termos do debate, expostos no tema do seminário – *multiculturalismo e racismo* – apontam em direção à presença de sentimentos opostos vigentes no plano da cultura. Tanto na cultura do país em particular como numa cultura que perpassa o plano das nações no mundo contemporâneo.¹⁴ A política pública de ações afirmativas estava trazendo uma (re) elaboração de fundamentos teóricos. Ela acompanha os termos do debate à luz das definições de cultura política e situa o *multiculturalismo* como uma

¹² Esta parte da pesquisa, em que faço análise documental do Seminário de 1996, faz parte de um relatório final de um PIBIC intitulado *POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: A TRAJETÓRIA DE UM DEBATE*, apresentado em março de 2008, no UniCeub. Esta pesquisa era parte de um corpo maior de projeto intitulado *CIDADANIA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: OS SENTIDOS E OS LUGARES DA AÇÃO AFIRMATIVA NOS DEBATES SOBRE O ENSINO SUPERIOR*. Este projeto foi coordenado pela professora Dra. Rosana Ulhõa Botelho. Então, destacarei termos e “grifos nossos” como parte da responsabilidade de dar créditos ao trabalho feito em conjunto pelos componentes do grupo naquele momento.

¹³ O livro resultante tem as seguintes referências. SOUZA, Jessé (org.), et alii: *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997. A partir deste ponto da dissertação, indicaremos apenas as páginas do livro em que os depoimentos foram colhidos, como forma de facilitar o relato.

¹⁴ Nesta dissertação não entraremos na discussão sobre as formas como o termo cultura foi agenciado pelos diversos movimentos sociais contemporâneos que propugnam pelo direito à diferença.

cultura política contemporânea de afirmação do respeito à diferença e o *racismo* como outra cultura política, que se opõe à primeira.

Segundo Feres Jr. (2006), as razões são múltiplas, dentre elas: I) afinidades históricas, representando de fato, que fomos as maiores colônias a utilizar o trabalho escravo de africanos e seus descendentes; II) a grande influência mundial da cultura norte-americana; III) no bojo da influência da cultura norte-americana aparece com visibilidade a cultura negra daquele país, que, por seu turno, acumula um passado rico em lutas contra a discriminação; IV) a predominância do *American way* de lidar com a questão racial em organismos internacionais e fundações e fomento e a dependência que o Brasil possuiu dessas instituições e V) a influência norte-americana na academia brasileira. Essas razões podem ter sofrido alterações consideráveis. E, os aspectos apresentados não têm a pretensão de exaurir outras possibilidades de argumentos.

Os textos deixam claro como iniciativas, sejam elas tomadas no Brasil ou nos Estados Unidos, envolvem outros aspectos de inclusão e, que as adversidades que o contexto exprime, permitiriam que o multiculturalismo fosse o instrumento-chave para um país multiétnico e multirracial. De fato, uma cultura de respeito às diferenças (étnicas, culturais, de gênero e de geração) estava convivendo (e ainda convive) com uma cultura de desrespeito ao múltiplo e à diversidade. E, apesar de diversos lugares e possibilidades de se identificar as políticas de ação afirmativa, a experiência estadunidense tornou-se paradigmática em relação à ação afirmativa no Brasil. Por definição, dois fatos parecem fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições e, por outro, o caráter plural das culturas políticas como um dado indissociável para a história de cada país. O objetivo era mostrar que um conjunto de ideais deve ser a junção de todos os elementos que permitam definir um desenho diferente sem ter que (re)definir a identidade dos sujeitos brasileiros.

Nesse sentido, o multiculturalismo é incorporado para viabilidade da adoção do sistema de cotas para negros e indígenas nas universidades públicas em contexto comparativo. Afinal, os argumentos contrários, fortemente defendidos, ao programa de ações afirmativas priorizaram tanto a manutenção do mérito quanto a preservação da ideologia da mestiçagem, tão característica da sociedade brasileira. Esses argumentos

tiveram como consequência um novo modelo de interpretação às relações raciais nos Estados Unidos, país mais polarizado e, segundo alguns, com menos espaço para os mestiços.

Historicamente, as apropriações diversas dos valores, sentimentos e crenças associados a certos segmentos culturais não se dão de forma pura. Dessa forma, mesmo o multiculturalismo, dependendo da conjuntura histórica, pode ser proclamado de uma forma que remete à afirmação de uma identidade que, no limite, gera reações seja dos seus oponentes seja dos seus militantes. É justamente esse aspecto *híbrido* que aparece nos termos de algumas das posições no debate e, é um dos nossos “achados” de pesquisa.

O seminário apresentou 5 partes: 1ª) introdução ao debate; 2ª) contextualização; 3ª) experiência americana; 4ª) uma perspectiva comparada Brasil e Estados Unidos e 5ª) desafios para o Brasil. O seminário pretendia ser uma contribuição ampla de problematizações práticas e teóricas que permitissem o auto esclarecimento estatal.

Para apresentação das informações decorrentes da pesquisa, identificamos os atores, suas respectivas posições no debate e trechos representativos de tais posições. Em relação aos atores, identificamos aqueles que integram a máquina governamental e aqueles que integram a sociedade civil. Em seguida passamos à apresentação de suas respectivas posições e depois analisamos os cruzamentos entre as diversas posições no debate, considerando que apenas para efeitos analíticos se pode fazer esse tipo de divisão. Isto porque na perspectiva adotada na presente pesquisa, governo e sociedade civil estão entrelaçados, em redes que se tecem desde a elaboração dos planos de governo, já nas campanhas eleitorais, passando pela composição dos quadros dirigentes, até a consecução das políticas públicas levadas a efeito por cada gestão governamental.

1.3.1 - A posição do governo

Nesta seção, para o reconhecimento pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, de que o Brasil é um país racista. As palestras de abertura do seminário foram feitas, indicando, por um lado, a disposição do governo em encampar o debate sobre o tema e, por outro, o poder de certos grupos da sociedade civil em impor sua agenda ao governo.

Sobre a posição do governo, fez-se perceber à época que a política de ação afirmativa ainda estava inserida dentro de um contexto de avaliação. O presidente Fernando Henrique em seu discurso de abertura do evento reconhece a existência do racismo no país, mas, ressalta a positividade da nossa situação em relação a outros lugares. Incita os participantes a procurarem soluções inovadoras, criativas e diferenciadas, principalmente, dos EUA:

“Nós, brasileiros, pertencemos a uma nação cheia de contrastes e de desigualdades de todo tipo, mas também de diferenças – que não são só desigualdades – de raça, de cor, de cultura. Isso, de certa forma, é um privilégio, o fato de nos permitir nos organizarmos democraticamente – um benefício imenso, o qual, obviamente, só advirá se proporcionarmos, aos diversos segmentos da população brasileira, mais oportunidades de acesso à cultura, à participação na economia e aos processos decisórios” (p. 13).

Percebe-se que a reflexão inclui a análise dos efeitos da democracia racial para as percepções sobre o racismo. As mudanças das categorias existentes até então nas políticas de cotas e sua absorção pelos brasileiros representam a construção de uma nova forma de enfrentamento na esfera pública e privada. “O Brasil é um país multirracial e disso se orgulha, porque considera que essa diversidade cultural e étnica é fundamental para o mundo contemporâneo” (p.13). Ao admitir a existência de preconceito racial no país, imediatamente recomenda que não devesse exagerar “nessa crítica e nessa autocrítica, pois se é verdade que existe, de um lado, a hipocrisia, há, de outro, a abertura. Essa ambiguidade convive em nossa formação cultural e é preciso tirar proveito disso” (p.14). Destaque ao dito “realismo político” diante da “democracia racial” na hora de se fundamentar novos tipos de estímulos para a formulação de políticas públicas de combate a discriminação.

Somos “ambíguos” e essa ambiguidade nos faz diferentes, Cardoso que, as nossas soluções para o problema do racismo não deveriam provir de uma imitação: “nós, no Brasil, convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito, mas ‘as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá’. Neste trecho, fazendo uso de um trecho de poema muito conhecido Gonçalves Dias – Canção do Exílio – o presidente, contando que o público saberia muito bem a que país corresponderia este “lá”, lançando um desafio e sinalizando para os presentes uma posição de “autonomia” e “criatividade” em relação ao tipo de ação afirmativa que “Lá” foi desenvolvida.

O vice-presidente Marcos Maciel em seu discurso lembra as posições do abolicionista Joaquim Nabuco sobre a escravidão. “Não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir a obra da escravidão” (p. 20). Ao sugerir continuidades entre a inscrição do evento e a reflexão diante da memória, suas preocupações instigaram a pensar sobre alguns dos desafios que devem ser enfrentados por todos aqueles que adentram no complexo território das questões propostas: “Vencer o preconceito que se generalizou é tornar evidente o débito de sucessivas gerações” (p.21).

Maciel prossegue trazendo associações econômicas como: “não tenho dúvida de que, se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem um e sem o outro, a discriminação racial não teria encontrado o campo em que plantou raízes.” Aqui já se percebe a pobreza racializada como fruto do terreno da capitalização, ou seja, classe e raça aqui em termos de estratégia para pensarmos a política.

Comparativamente à realidade dos Estados Unidos, temos a vantagem de não precisarmos superar a segregação e a separação, que tanto esforço custou à sociedade americana. Em troca, temos que convencer uma parcela razoável de nossa sociedade de que se pretendemos uma sociedade mais igualitária e mais justa, então medidas compensatórias em favor dos negros não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era da desigualdade da exclusão. (p.21)

Continuando a discussão, o Diretor do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o sociólogo, professor da UnB e organizador do livro que documenta os debates do seminário, Jessé de Souza, aponta para a positividade da situação brasileira, pois, no seu entendimento, o mito da democracia racial é bifronte, ou seja, teria um lado hipócrita, mas também um lado indicativo de um desejo de uma comunidade inter-racial.

Para a liderança da militância negra, como ficou claro – no seminário realizado sob os auspícios do Ministério da Justiça em julho de 1996 – o Brasil é apenas o reino da hipocrisia racial. Os Estados Unidos, ao contrário, se estão sob o contexto da desigualdade racial, *explicitam* este fato e não o encobrem. Nesse sentido – e essa é a situação em que se põe de bom grado a enorme maioria da militância negra – temos apenas a aprender com os americanos. A atitude do dirigente é de subserviência aos métodos e aos instrumentos adotados nos Estados Unidos, como se a situação fosse à mesma (p.32).

O pesquisador recorre à história, lembrando a formulação pioneira da tese da mestiçagem, apresentada no Instituto Histórico e Geográfico, por Carl Friederich von

Martius, o seu entendimento, a tese era criticável como teoria científica, mas, como mito, era algo a ser visto de forma positiva pois, representaria um valor compartilhado por muitos, tendo ganhado “o coração e a mente dos brasileiros”(p.32). O sociólogo explicita sua divergência em relação aos que querem instituir medidas semelhantes às adotadas nos EUA e identifica quem seriam estes: “a liderança da militância negra que, no seminário, teria uma visão redutora da situação brasileira, idealizando a situação norte-americana”. (p.34). Em suma, para as três falas, as coisas no Brasil são diferentes e não devemos imitar os americanos. Teríamos, assim, uma vantagem em relação a eles, pois não somos tão separados e apartados.

1.3.2 – A posição de intelectuais da sociedade civil

Estiveram presentes ao seminário inúmeros intelectuais, alguns intensamente envolvidos na militância pela ação afirmativa nos EUA e no Brasil. O quadro constitui uma amostra representativa das intervenções feitas no transcurso do seminário.

Um dos destaques a se apresentar foi Carlos Hasenbalg, o primeiro autor nas nossas ciências sociais a estabelecer o elo entre discriminação racial e desigualdades sociais, professor titular e pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). O autor procurou pensar sobre o que poderia ser feito a respeito das desigualdades raciais, examinando a maneira como a pesquisa sociológica está contribuindo para o entendimento do problema: “A interpenetração das desigualdades raciais com as desigualdades sociais, econômicas e regionais sugere que, a curto, médio e longo prazos, políticas destinadas a combater a pobreza e melhorar a distribuição de renda deverão ter um impacto positivo sobre as desigualdades raciais, mesmo quando essas políticas não tenham uma inspiração especificamente racial” (p.64). Ele destaca quatro pontos principais: o primeiro diz respeito ao contexto geral das desigualdades raciais no Brasil; o segundo refere-se à educação; o terceiro ao mercado de trabalho e o último às regras de implementação de ação afirmativa no Brasil.

Para o campo da educação, o autor afirma que “existem poucos trabalhos sobre o que se passa dentro das escolas e esta é uma área onde políticas corretivas vão precisar de mais investigação como subsídio” (p.65). Há muitos anos, educadores e ativistas do movimento negro enfatizam os conteúdos curriculares, especialmente o preconceito nos

livros didáticos¹⁵. Ainda que isto seja uma parte da questão, o problema é mais sério, já que parece envolver também o sistema de representação dos professores em relação aos alunos negros e pobres. “Os estereótipos dos professores a respeito da educabilidade das crianças negras e pobres funcionam como profecia que se auto realizam” (p. 65, grifos nossos). Sugere que

as ações para aumentar o acesso dos negros à universidade nas áreas de tecnologias de ponta (...) devem desenrolar-se paralelamente a um esforço maior para entender e corrigir os mecanismos que fazem com que uma maioria de crianças e adolescentes não-brancos não concluam o ensino de primeiro grau” (p. 66).

Além disso, as observações sobre o tipo de estudo que costuma ser feito no Brasil acerca da discriminação no mercado de trabalho apontam para a necessidade de aperfeiçoamento, pois a discriminação racial entraria “no modelo de análise como uma variável interveniente não mensurada”. (p.66)

Quanto ao último ponto abordado, ou seja, às dificuldades de implementação das ações afirmativas no Brasil, o autor entende que “As experiências de ação afirmativa até agora desenvolvidas em outras partes do mundo se deram em países em que as fronteiras ou divisas entre grupos étnicos e raciais estão claramente definidas. Esse não parece ser o caso do Brasil (...)” (p.67). Para ele, os cientistas sociais entre os quais ele se inclui, e militantes dos movimentos negros “têm usado sistemas de classificação racial dicotômicos: branco/negro ou branco/não branco” mas,

ao mesmo tempo(...) pesquisas como a PNAD-1976 e a mais recente da folha de São Paulo, em 1995, surpreendem pela variedade de termos usados pela população para identificar-se em matéria de cor ou raça. Essa é uma ambiguidade do sistema racial do Brasil e da América latina que deve ser encarada na hora de estabelecer um conjunto de regras que permita identificar quais são os indivíduos ou grupos que podem beneficiar-se com os programas de ação afirmativa (p.67).

Hasenbalg chama a atenção ainda para a probabilidade de uma “consequência não-intencional’ dos programas de ação afirmativa, que seria a de provocar um “rearranjo das identidades e classificações raciais no país; algo como uma reversão,

¹⁵ Neste momento estamos o Brasil ainda não tinha promulgado a Lei 11.645, de 2008 que estabelece O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

ditada em boa medida por um cálculo utilitário, dos processos de branqueamento induzidos pelo sistema brasileiro de relações raciais”. (p.68, grifos nossos).

Da Matta se dirige no sentido de pensar a nossa situação em termos positivos, ou melhor, naquilo que ela tem de possibilidades de encontrar saídas próprias para a uma maior equalização de oportunidades. “Embora existam preconceito no Brasil, não existe entre nós um sistema de segregação ou de separação racial implementado e legitimado por leis escritas” (p.73) e “um sistema que tanto se funda na paradoxal dificuldade de classificar negros e brancos, quando se estrutura no fato de que cada categoria racial conhece o seu lugar em sua hierarquia. Legislar positivamente para tal sistema demanda apanhar a sua inteligência sociológica” (p.73). Da Matta ainda se pergunta se “mudar a lei seria o ponto mais importante”.

A pesquisadora e militante norte-americana do movimento social pelo trabalho e emprego – Northwest labor and employment Law Office (LELO), Angela Gilliam, examina o ataque contra a ação afirmativa nos EUA e no Brasil, desconstruindo os argumentos utilizados para esse ataque. “O LELO é uma organização composta essencialmente por homens e mulheres de cor, caracterizada por uma estrutura na qual a liderança *teórica* emana dos próprios trabalhadores, em que as questões dos direitos civis nacionais são vistas como estritamente ligadas a forças internacionais” (p.38).

Ela argumenta sua posição recorrendo à *história das ações afirmativas*, mostrando suas raízes no movimento pelos direitos civis, no Ato dos Direitos Civis de 1964 nos EUA e ao *contexto* em que se dá o ataque a elas no momento de ajuste estrutural, incentivo às privatizações e desregulamentação.

Considera que “muitos brasileiros normalmente não têm a oportunidade de ouvir a avaliação da ação afirmativa de pessoas cuja vida foi afetada positivamente pela política.” Por isso, ela apresenta relatos de “pessoais e intelectuais do impacto da ação afirmativa na vida daqueles que lutaram nas ruas dos Estados Unidos para melhorar o relacionamento do país com as pessoas que têm se beneficiado da legislação dos direitos civis” (p.39). Trata-se de relatos de encanadores, eletricitas, serviçais e representantes de sindicatos e ativistas. Com isso, ela pretende “desafiar diretamente duas noções defendidas tanto no Brasil como nos Estados unidos: 1) a hipótese de que os ricos e os privilegiados representam o conhecimento e a experiência mais apurados nas questões e política social sobre raça, classe e gênero; 2) tal ‘conhecimento’ é ‘objetivo’ e ‘livre de

propósitos políticos” (p. 39; 40). Ela mostra que as análises dos que participaram das ações afirmativas indicam uma excelente percepção da conjuntura e denotam modificações em suas vidas em função das oportunidades que as políticas de ação afirmativa lhes propiciaram.

O historiador norte-americano, brasilianista, Thomas E. Skidmore, que tem trabalhos sobre história política brasileira e também na área de relações raciais no Brasil, destaca a sua posição no debate, analisando Brasil e EUA. O autor examina os dois casos em termos comparativos. Mostra as justificativas para a ação afirmativa nos EUA com um “olhar para trás”, que focaliza “os relatos da discriminação sistemática deliberada contra minorias e mulheres” e com um “olhar para frente” (...) que enfatiza a diversidade “para mostrar que a democracia não precisa produzir uma sociedade homogênea” (p.128-129). Ele explica que “

(...) a opinião quanto à ação afirmativa ser ou não apropriada quanto a seus efeitos é muito dividida nos Estados Unidos. Não faltam críticas e há os que defendem tanto as comunidades brancas quanto as minoritárias. Entre afro-americanos, há muitos que desistiram da antiga solução de integração escolar e que agora acreditam que escolas racialmente segregadas permanecem uma realidade, em grande parte por causa dos padrões residenciais. (...) Muitos desses mesmos líderes têm sustentado firmemente o recente renascimento das históricas faculdades de negros nos Estados Unidos (p.130).

Em alguns casos, isso resultou de uma desilusão sobre a profundidade do racismo na sociedade americana. Em outros casos deriva de uma rejeição de “princípios de assimilação e integração, os quais minha geração ingenuamente assumiu. Não obstante, é provável que a maioria dos afro-americanos sustentem a ação afirmativa apesar de suas contínuas decepções. Dentro da comunidade branca, tem havido uma crescente reação adversa” (p. 131-132). Ele examina ainda a experiência norte-americana e coloca sugestões para o Brasil a partir dessa experiência. Suas questões para o Brasil são:

- “Qual a ‘ reserva moral’ do Brasil para enfrentar essa questão?”
- “O Brasil está pronto para reconhecer históricas injustiças?”
- “(...) então, como irá definir as categorias minoritárias?”
- “as minorias brasileiras estão prontas para brigar pela ação afirmativa no país?” (p. 133/34)

Para Skidmore, “a ação afirmativa é também uma questão moral. É baseada em uma interpretação de justiça social. (...) Mas as ideias de compensação por injustiças passadas recaem necessariamente sobre uma vontade moral de arriscar um novo conflito a fim de corrigir injustiças passadas”. (p. 132 Grifos nossos).

O cientista político brasileiro Fabio Wanderley Reis discute a relação entre “Mito e valor na democracia racial”. Em suas questões, o autor destaca que “queremos uma sociedade em que as características raciais das pessoas venham a mostrarem-se socialmente irrelevantes” (p.221). E que essa “irrelevância dos atributos raciais, vale, antes de qualquer coisa, para a distribuição das oportunidades individuais relativas às condições materiais de vida e sua conexão com recursos de todo tipo, incluindo os de natureza intelectual” (p.223). Entretanto, Reis destaca que não sendo só econômica, a irrelevância tem outro plano, que seria o de oportunidades de intercâmbio e interação social de qualquer tipo com quem quer que seja. Quanto à questão em tela, destaca a necessidade do esclarecimento dos fins a serem buscados e dos diagnósticos das condições dadas. Ele considera que “tomada como a caracterização da *meta* a ser buscada, a ideologia da democracia racial se revela não apenas adequada: ela é mesmo insubstituível, precisamente por afirmar uma condição em que as diferentes características raciais se tornam irrelevantes” (p. 224). Para ele, o legado histórico originou a desigualdade e a exclusão. Discute a democracia racial como algo a ser reavaliado e a caracteriza como meta a ser buscada, mas que esbarra em valores individualistas.

É preciso ponderar que a luta de raças difere por um aspecto crucial da velha ideia de “luta de classes” concebida como instrumento de emancipação. A ideia de uma sociedade multirracial transformada em sociedade “sem raças” ou de uma só raça é absurda. Daí que a eventual luta de raças deverá fatalmente ser seguida pela convivência das raças que tenham lutado (p. 224/225). Não significa tomar como ponto de referência positivo o Estado-nacional. Para o autor “o que importa é que qualquer que seja o âmbito ou o alcance da coletividade – local, nacional, planetária – que tomemos como dada para considerar a questão, especificadas relações raciais e suas implicações para a democracia, o que cabe desejar é que o fator raça, assim como vários outros sejam irrelevantes” (p. 225).

Reis ainda considera que a afirmação aguerrida da identidade negra pode assumir significado instrumental no processo que permita a aproximação à situação de maior igualdade e eventualmente facilite o acesso à própria meta de irrelevância das características raciais – ou pode representar um passo necessário a esse processo (p. 226). Ele pondera que

“se temos intensa miscigenação e mescla de traços raciais surge a questão de onde passar a linha divisória – ou as linhas divisórias – entre as diversas categorias, com consequências para as orientações e eventuais políticas a serem adotadas. Assim, se se admite que a miscigenação resulta na existência de múltiplas categorias que merecem ser tomadas como diferentes, qualquer política que tenha raça como referência se torna mais problemática e de colocação em prática mais difícil.” (p. 228-229) (...) “tomada genericamente em termos de ação adotadas pelo Estado e intencionalmente dirigida ao avanço e melhoria nas relações raciais no país, a proposta de ação afirmativa é claramente irrecusável” (p. 230, grifos nossos)

O sociólogo e professor titular da Universidade de São Paulo, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, em “A desigualdade que anula a desigualdade. Notas sobre a ação afirmativa no Brasil” destaca que

“A ação afirmativa não dispensa, mas, ao contrário, exige uma política universalista de equidade de oportunidades, pois, como já dissemos, a ação afirmativa só tem sentido quando limitada a um âmbito restrito: não se trata de privilegiar os negros em todos os âmbitos, mas apenas naqueles em que o seu acesso é comprovadamente inadequado”. (p.236-237).

Para ele, “a desigualdade real legítima o uso da ação afirmativa como forma de transformação, compensação e reparação”. A desigualdade formal só é amplamente aceita no cotidiano porque ela parece naturalmente justificada pela desigualdade real, concreta, entre as pessoas, ou seja, porque os que são tratados desigualmente são, de fato desiguais, em termos de renda, de educação, de maneiras de cultura, etc.”(p.238) Então, para o autor, as políticas públicas universalistas são elementos indispensáveis e necessárias ao combate a qualquer prática discriminatória (p. 239). O autor ainda destaca que a questão de classificação racial no Brasil feita pelo IBGE é arbitrária em termos de identidade social e cultural. Entende que

uma política compensatória – ação afirmativa – só tem sentido quando o grupo para o qual tal política se dirige vive, de fato, uma situação de inferiorização e privilegiamento negativo no âmbito social geral de tal modo que os mecanismos de privilegiamento positivo criados para

certos âmbitos específicos não representam uma reversão total e imediata daquela situação.” (p. 240/1)

Passando por essa revisita no que tange esse debate, Feres Jr e Campos (2014) traz um tripé termológico que combina ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo como bases para destacar as controvérsias das justificativas, partilhadas tanto por pessoas favoráveis tanto pelas pessoas contrárias a essas políticas. Destacam que diante deste ponto de vista, o objetivo primeiro de tais políticas seria reconhecer e valorizar as diferenças culturais de determinados grupos. No entanto, a fácil associação entre ação afirmativa e as teorias da justiça multiculturalista e comunitaristas quase sempre ignora as tensões entre essas correntes filosóficas e a política pública em questão. Tais teorias eram frequentemente tomadas por pesquisadores brasileiros como fonte de justificativa moral para as ações afirmativas raciais. Contudo, essa associação é contestável, pois os próprios teóricos multiculturalistas e comunitaristas lidam com as políticas de ações afirmativas de modo muito mais complexo e ambíguo do que a recepção brasileira indica.

George Reid Andrews (1997) questiona o que explica essa transformação nas caracterizações das relações raciais brasileiras na década de 90? Os debates em torno do conceito da democracia racial no Brasil estão intimamente vinculados às tensões que cercam a teoria e prática da democracia política no país. Há momentos de declínio fluxos de ideias, imagens, práticas e instituições transnacionais constituem partes importantes nas sociedades periféricas e, devido à sua dependência histórica, dedicam grande atenção às tendências e aos eventos nos países centrais e são fortemente afetadas por eles. Essa dependência não significa, contudo, que as sociedades periféricas sejam receptoras passivas das forças e influências intelectuais e políticas (e, nesse sentido, econômicas) que emanam do centro. Pelo contrário, engajam-se em um complexo diálogo com atores metropolitanos, filtrando, avaliando e reelaborando ideais e asserções importadas de fora e transformando-as em novos organismos (frequentemente, bem originais) de pensamento e preceitos para a ação.

Esta revisão serviu para lançar luz a aspectos relativos a princípios que viriam para difundir o debate racial na hora da implementação. Trata-se, de pontuar o que inspirou tais discursos no início e de compreender o processo da entrada de simbologias no Brasil e o que inspirou tais políticas. Os alcances e a natureza das políticas públicas assim como a percepção de viabilidade de transplantar e adaptar as políticas aqui

realizadas destas políticas chegam e o debate se configura. As categorias, neste momento, não aparecem como uma força posterior (na entrada na virada do milênio). Sendo então, um sintomático do que elas custariam ao país tão “criativo” na hora do enfrentamento as enfermidades do racismo. O Estado propõe aos intelectuais que enxerguem para além das formas estadunidenses como um prenúncio ao confronto que esse posicionamento representaria. Que, de fato, é o que veremos no tópico seguinte.

1.4 - Antagonismos tangíveis

1.4.1 - Conflitos de retóricas – Manifestos e suas eloquências

O debate sobre racismo se intensifica especialmente a partir da introdução de políticas de ação afirmativa no ensino superior, que se dá durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi responsável por ter assumido publicamente a existência do racismo no Brasil e ter iniciado uma discussão no âmbito do governo, mas, como as ações afirmativas se deram em outras áreas das políticas sociais, pouco de concreto foi feito durante seu governo. Deste modo, foi apenas no governo Lula que tais políticas surgiram e se espalharam pelo sistema educacional superior brasileiro, alcançando hoje mais de 70% das universidades públicas e também muitas universidades privadas. O governo de sua sucessora, Dilma Roussef (2011-2016), aprofundou essas políticas, a exemplo da recente sanção da lei que institui a obrigatoriedade da adoção de ações afirmativas raciais e sociais nas universidades federais (Lei de Cotas) (FERES et al., 2012).

No ano de 2006, com o projeto de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/200), dois manifestos representaram, perante o Congresso Nacional, as posições sentidas naquele momento: o “*Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*” e o “*Todos têm direitos iguais na República Democrática*”. E, no ano de 2008, “*113 cidadãos antirracistas contra as cotas*” e “*120 anos da luta igualdade racial do Brasil*”. Esses manifestos foram assinados por diversos representantes da sociedade civil que variam também em setores de atuação.

No entanto, é importante um destaque para olhar o desequilíbrio nacional. O texto constitucional de 1988 define o racismo como crime, afirma a necessidade de

proteção das práticas culturais dos afro-brasileiros e a importância da educação enquanto um valor que acompanha as lutas dos negros desde as suas primeiras organizações no pós-escravidão, destacando seu lugar estratégico no discurso reivindicatório das organizações negras. Este conteúdo foi produzido após uma Assembleia Constituinte democrática, que contou com ampla participação popular, inclusive do Movimento Negro. Contudo, apesar da solene promessa constitucional, o Brasil continuava seguindo como sendo o país das desigualdades (SILVÉRIO, 2008; SARMENTO, 2008).

Retomar aos manifestos¹⁶ é um dos pilares desta pesquisa, pois, é preciso perceber os ideais trazidos por esses discursos tão fragmentados. Na medida em que a efetividade das políticas de ação afirmativa se concretizam, o debate se intensifica e, setores importantes da opinião pública apostam em categorias raciais. Ou seja, a igualdade como princípio entra, talvez, na sua maior questão:

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. *Este princípio encontra-se ameaçado* [grifo meu] [...] o esforço comum de todos os cidadãos de todos os tons de peles contra os privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica (1a, 2006).

As palavras da lei emanam de uma tradição brasileira, que cumpre exatos 120 anos desde a Abolição da escravidão, de não dar amparo a leis e políticas raciais. No intuito de justificar o *rompimento dessa tradição*, [grifo meu] os proponentes das cotas raciais sustentam que o princípio da igualdade de todos perante a lei exige tratar desigualmente os desiguais (1b, 2008).

Temos aqui um exemplo de que um conceito ou categoria pode ter diversas formas interpretativas. Contudo, temos que ter a clareza de que discursos tão empenhados revelam a conveniência, entre outros, de haver apenas um grupo que é

¹⁶ Neste momento usarei para os manifestos contra: (1a) *Todos têm direitos iguais na República Democrática* (2006) e (1b) *113 cidadãos antirracistas contra as cotas* (2008). Para os manifesto a favor: (2a) *Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial* (2006) e (2b) *120 anos da luta igualdade racial do Brasil* (2008). Para facilitar o processo de escrita e de leitura do texto.

tratado e reconhecido como cidadão, nesse caso, a população branca. No Brasil, no entanto, existiu e existe uma tentativa de se negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes. Só muito recentemente vozes dissonantes têm chamado a atenção para a singularidade de nossas relações raciais. (SILVÉRIO, 2002).

A questão está nas averiguações sobre os significados da igualdade das pessoas numa sociedade discriminatória, o que gira em torno da discussão da extinção do racismo que esteve imerso em realidades locais e regionais bem diversas. Como apontado em um dos manifestos sobre as cotas raciais

Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na *totalidade da sua pele*, pela “raça”. A história já condenou dolorosamente estas tentativas. Mas o desenvolvimento dessa visão pós-racial foi interrompido pelas políticas racialistas que, *a pretexto de reparar injustiças*, beberam na fonte envenenada da regra da “gota de sangue única” [...] as cotas raciais não são um distúrbio do ensino superior, mas a face mais visível de uma racialização oficial das relações sociais que *ameaça a coesão nacional*. [grifos meus] (1a)

Parte-se do que entendemos sobre o Estado moderno e, continua a agir como um mecanismo de transformação e regulamentação de instituições, constituições e legislações até hoje. Ao mesmo tempo, vale a pena assinalar que tanto os debates quanto os processos de concessão de igualdade implicaram uma abertura para a reformulação de definições prévias que permearam os discursos dos intérpretes de relações raciais em várias esferas de estudos.

Num novo contexto, a igualdade entra para entendermos alguns dos significados conferidos às ideias de mérito e às formas de inscrição social baseadas em critérios como cor e raça e, perante este contexto, ajuda-nos a interpretar os limites tênues de atos que tentam singularizar formalmente as formas de acesso à cidadania e à igualdade no Brasil. Alguns opositores e alguns defensores das políticas de cotas frequentemente as veem como necessariamente *contrárias ao valor ao mérito*. Feres Jr. (2008) destaca que em termos práticos, deve-se notar que mesmo em uma política de cotas o princípio de seleção que se opera dentro de cada cota é o mérito. E o fato é que a seleção se dava, dentro de cada grupo racial ou social, também pelo crédito do mérito. Consequentemente, os alunos não-brancos ao ingressarem na universidade seriam

aqueles com as melhores notas dentro de seu grupo. Portanto, seja pela maior motivação do grupo cotista ou simplesmente pela imperfeição do vestibular como instrumento de seleção do mérito, o sistema de cotas parece não promover a decadência da qualidade universitária, como muitos alardearam a época sem o fundamento empírico necessário.

Ademais, o debate sobre mérito nos leva de volta a um problema moral. Se levado em consideração o fato de que a educação formal é um instrumento-chave para a mobilidade social, nota-se que o atual modelo liberal puro de universidade contribuía para reproduzir, senão produzir, as desigualdades brutais que caracterizam a nossa sociedade. Diante disso, dentre os manifestos “a favor” há o posicionamento de que:

A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma *igualdade puramente formal* [grifo meu] entre todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão [sic] em termos de acesso à terra, à instrução e ao mercado de trabalho para competir com os brancos diante de uma nova realidade econômica que se instalava no país. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil.[...] Por outro lado, o Estatuto transforma em ação concreta os valores de igualdade plasmados na Constituição de 1988, claramente pró-ativa na sua afirmação de que é necessário adotar mecanismos capazes de viabilizar a igualdade almejada. Enquanto o Estatuto não for aprovado, continuaremos reproduzindo o ciclo de desigualdade racial profunda que tem sido a marca de nossa história republicana até os dias de hoje. [...] do imobilismo subjacente à Constituição da República de 1891: zerou, num toque de mágica, as desigualdades causadas por séculos de exclusão e racismo, e jogou para um futuro incerto o dia em que negros e índios poderão ter acesso equitativo à educação, às riquezas, aos bens e aos serviços acumulados pelo Estado brasileiro. (2a)

O confronto ao que é proposto em duas constituições é um recurso que mobiliza a nossa taciturna memória nacional. De fato, este discurso de igualdade, formalmente registrado na Constituição, jamais garantiu aos socialmente desfavorecidos o acesso às mesmas oportunidades daqueles considerados socialmente favorecidos e as questões fenotípicas do país não são nem tão simples, nem tão democráticas assim. Entretanto, essas ações visariam restituir a igualdade de oportunidades entre diferentes grupos sociais promovendo um tratamento diferenciado e preferencial àqueles historicamente marginalizados.

No Brasil, a assimetria racial é ilustrada pela desigualdade de acesso a bens sociais, o que traduz essa igualdade formal num diagnóstico de que no país as

dessemelhanças igualitárias vêm, na verdade, acompanhadas da discriminação racial assinalada nos espaços marcados para brancos e para negros na sociedade brasileira. Estes espaços não promovem a igualdade, mas apenas acentuam desigualdades prévias, o que “destrói o princípio da cidadania” e “é inconsistente com a dignidade dos indivíduos na nossa sociedade”. Para os grupos contrários a essa política, as leis raciais têm o propósito de colar “um rótulo que um indivíduo é impotente para mudar” e “impõem aos candidatos uma irrecorrível identidade oficial” (2006).

Interessa destacar que os cruzamentos destas falas nos remetem a um ambiente de hostilidades. De fato, a manipulação de recursos históricos e vocabulário surpreendem. Temos da escravidão a Martin Luther King em seu emblemático discurso “Eu tenho um sonho”. O que intriga é como tal manipulação pode ser perigosa no momento desta disputa de eloquências que polariza a discussão das cotas. Alguns dos verbetes não dão uma noção histórica dos termos, fatos e personalidades que marcaram presença no ativismo negro e que são convertidas em um jogo semântico que transformou a “igualdade” em algo e ambíguo e jocoso:

Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter.(1a)

Como algo ilustrativo, trago quadros de expressões dos manifestos a favor das cotas raciais que estariam pautadas em exclusão e igualdade:

“Branqueamento”	“Saldo devedor”	“Compromisso étnico do Estado brasileiro”
“Herança pela escravidão”	“Barreiras raciais”	“Inclusão racial”
“Políticas universais excludentes”	“Desigualdades raciais têm fortes raízes históricas”	“Mecanismo importante para a igualdade racial”
“caminho da construção dessa igualdade étnico	“iniciativas de inclusão	

racial”	racial e social”	“legitimidade social”
---------	------------------	-----------------------

Nos manifestos “contra”, por exemplo, a problemática está na atribuição a “raça” no plano das relações raciais como uma manipulação “leviana” de recurso.

“produção de leis raciais”	“Raças humanas não existem”
“invenção das raças oficiais”	“Não foi existência de raças que criou o racismo, mas o racismo que criou a crença de raças”
“implanta a classificação oficial”	“A produção política da raça é um ato político que não demanda diferenças de cor da pele (apartheid)”
“doutrina com o propósito de racializar a vida social do país”	“conduz à naturalização das raças/ rótulos raciais”

Dentro desses manifestos, os argumentos se diferem na manipulação da trajetória proposta nos conceitos entre os “contra” e a “favor”. Podemos lançar esses argumentos:

Mérito	Igualdade	Identidade
Pobreza	Princípio de isonomia	Democracia racial
Privilégio	Princípio da igualdade	Miscigenação
Exclusão		Negritude

Estamos nos deparando com *incompatibilidades* de posições representativas em sua forma polarizada. Há, neste âmbito, atribuições ao sentido das palavras. Os manifestos entram como um recurso no período às disputas de posicionamento político das cotas raciais ante ao Estado. Não só pelas escolhas ideológicas divergentes, mas pelos acirramentos que se estabeleceram, em que ganharia quem melhor trabalhasse as suas defesas. Igualdade como aberturas, identidade como engenho e mérito como uma saída para a homogeneidade. A retórica é uma área relacionada com a oratória e dialética e remete a um grupo de normas que fazem com que quem fala comunique com eloquência. Eloquência essa que, academicamente¹⁷, representa o maior requisito para a manipulação de ideias. Há nos documentos um processo de interpretações e apropriações conceituais que preparam um cenário antagônico, expedindo uma autenticidade para o processo de execução das políticas de cotas no Brasil. O jogo de argumentos transfere para o debate, de uma forma explícita, a forma como encaramos a questão racial brasileira. Estamos falando de divisões assumidas com protagonismos requisitados e que, todavia, acabam sendo ponto de partida para o processo em questão. Mesmo nesse contexto, as ações que nortearam a produção dessa discussão em diferentes momentos históricos evidenciam a entrada de novas concepções de sociedade, de novos grupos sociais, de novas demandas de identidade e da identificação de novos enigmas.

1.4.2 – “Tribunal racial” e o constrangimento à identidade nacional

Apesar desta inspiração inicial com os conceitos multiculturalistas, no caso das ações afirmativas, elas são vistas, a partir deste contexto, como políticas compensatórias que visam reparar as injustiças do passado, herdeiras da escravidão, e promover a inserção dos afrodescendentes em espaços dos quais estão excluídos e que são fundamentais para a sua inclusão social. Não se trataria, portanto, de políticas multiculturalistas que aportam alguma forma de reconhecimento étnico e cultural. Contudo, essas iniciativas são adotadas no mesmo âmbito de discussão sobre propostas multiculturalistas, muitas vezes consideradas como políticas complementares, motivadas e apoiadas igualmente pelas instituições internacionais (IGREJA 2005, 2014;

¹⁷ Digo, academicamente, pois apesar da veste de comunicar a todos os campos da sociedade, a maioria dos manifestos fora elaborados por acadêmicos.

AGUDELO, 2014). Trata-se do período de implementação propriamente dita, o que antes era somente um debate que propunha discutir a possibilidade de se pensar a ação afirmativa na realidade brasileira.

No texto de Teles e Queiroz (2007) destaca que no Brasil, ações afirmativas têm uma diferenciação se comparadas com outros países. No período da redemocratização houve uma grande demanda dos movimentos sociais para a inclusão de capítulos específicos para negros e indígenas, nas temáticas curriculares no ensino fundamental e médio para essas populações. Essas pautas ajudariam a compor um discurso de inclusão e ocupação de outros espaços e lugares como a academia e postos de trabalho por grupos étnicos menos favorecidos.

O país se destacou como a nação latino-americana com o maior número de políticas de ações afirmativas voltadas para afrodescendentes. Importante salientar que enquanto grande parte do discurso público no Brasil confunde o conceito de ação afirmativa com a adoção de cotas, na realidade, os programas de ação afirmativa existentes variam em seu conteúdo e estrutura¹⁸. Nem todos os programas de ação afirmativa no Brasil se materializam em forma de cotas. Considerando que uma pessoa poderia responder a mais de uma questão, o resultado sugere que muitos brasileiros apresentam um conflito interno sobre o uso de ações afirmativas baseadas em raça. (HERINGER, 2004; HERNÁNDEZ, 2017).

Dentre os episódios voltados para as transformações da dinâmica da universidade, a política de cotas foi um dos assuntos bastante desafiador para a academia brasileira, que transcenderia as formas teóricas normativas sobre as quais têm se escorado desde a sua existência. Acredito ser o momento em que as disparidades da universidade ultrapassam fronteiras, chegando ao meio popular e midiático. Proponho então um diálogo de apreensões através do debate da revista *Horizontes Antropológicos*¹⁹ de 2005. Escolho este material pelas controvérsias trazidas pelas ciências sociais brasileiras quanto à identificação de quem poderia ou deveria ser beneficiado no sistema de cotas raciais.

¹⁸ Ver mais em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Actualidad-Afrodescendiente-Iberoamerica.pdf>

¹⁹ Neste momento, continuarei com a tática de trabalhar com numero de paginas para facilitar a leitura do texto. Primeiro citarei o titulo do texto e, seguidamente, citarei passagens do texto que escolhi para analise documental.

A metodologia utilizada para identificar o candidato como cotista passou por dois momentos. Inicialmente, para concorrer a uma vaga dentro do sistema de cotas, o candidato poderia fazer sua inscrição somente nos postos de inscrição disponibilizados pela UnB. Ademais, ele deveria ir a uma agência dos correios retirar a ficha de inscrição, juntamente com o guia do candidato, preenchê-la e entregá-la em um posto de onde sua foto era anexada ao processo que passaria por uma banca avaliadora. Todos esses trâmites aconteciam antes da realização das provas. A partir do 1º semestre de 2008, houve a mudança para o sistema de entrevista, no qual o candidato se inscrevia para o sistema de cotas e, após a realização das provas, devia comparecer para uma entrevista pessoal com uma banca avaliadora, previamente constituída²⁰. A partir do primeiro semestre de 2013, por força de Lei Federal (Lei nº 7.824 de outubro de 2012), foi implantado na UnB também o sistema de cotas para escola pública.

Dentro deste percurso a grande questão: as comissões para a avaliação do critério racial dos candidatos inscritos como cotistas. Grande instrumento de contestação até hoje, ele representou o momento em que as relações raciais mostraram seus resquícios e recursos históricos característicos.

A narrativa desta revista é a narrativa da trajetória da política de cotas na UnB. Existe um texto chave, que é o *Políticas de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UnB)* de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura, ambos da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro. A primeira versão deste artigo foi apresentada no seminário temático “Formação de Estado e Construção da Nação: Perspectivas Sociogenéticas e Antropológicas na Análise de Processos Sociais no Brasil Contemporâneo”, realizado durante o XXVIII Encontro da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, de 26 a 30 de outubro de 2004. Este texto foi publicado em uma revista eletrônica²¹ em forma de debate. No preâmbulo trazem o que seriam suas as explicações sobre a metodologia do processo,

²⁰ Informações aferidas no relatório Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília.

²¹ Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-718320050001&script=sci_issuetoc.
Último acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

As especificações a serem seguidas não eram muito claras, mas os indivíduos fotografados deveriam ser confirmados ou não como “negros” a partir de características físicas como cor da pele, textura do cabelo e formato do nariz. As fotos mostravam os indivíduos na mesma posição, segurando um número de identificação. Para aqueles familiarizados com a história da antropologia e da medicina, a descrição acima pode fazer lembrar práticas pretéritas, comuns entre o final do século XIX e o início do século XX. Contudo, se adicionarmos alguns detalhes, a distância entre o passado e o presente esmaece. As imagens que a comissão recebeu para analisar foram obtidas através de uma câmera digital e gravadas em um CD. Essa hibridação entre conceitualizações e tipologias raciais de um passado distante com a modernidade da era digital aconteceu em maio-junho de 2004 na Universidade de Brasília, como parte do processo seletivo do primeiro vestibular de cotas raciais da instituição. (p.183)

Nasce ação afirmativa com recorte racial propriamente dita e, com isso, a possibilidade de fraudes. Com as fraudes, as Comissões de verificação sendo como solução. A comissão essa composta por 5(cinco) integrantes que teriam a tarefa de analisar as fotografias de indivíduos negros. Temos aqui a grande encruzilhada: para o processo de identidade brasileira, quem irá dizer quem é negro e quem não é? Qual seria o olhar mais conveniente? Até mesmo porque

Ao lidar com uma questão sociopolítica, ou seja, procurar estabelecer um privilégio para determinado grupo com o intuito de corrigir injustiças históricas e, ao mesmo tempo, controlar os potenciais “burladores raciais”, o aparato acadêmico-burocrático da UnB, em aliança com o movimento negro, buscou mobilizar parâmetros supostamente objetivos. Esses critérios, afeitos a uma sorte de anátomo-psicologia racial, geraram uma temporada de disputas científico-políticas de amplo espectro, na medida em que os próprios critérios estabelecidos foram *objeto de controvérsias* [grifo meu]. (p.184) Por ocasião das inscrições, vários aspectos, de notável simbologia, por enfatizarem uma bem marcada separação entre “negros” e os demais, vieram à tona. A vestibulanda Vanderlúcia Fonseca comentou: “As cotas já são um bom começo. Só acho constrangedor ter que ser fotografada para provar a minha cor. Já tenho isso registrado em meus documentos” (Nunes, 2004). Já Ana Maria Negrêdo frisou diretamente as diferenças de procedimentos: “Acho que os brancos também deveriam tirar foto. Tinha que ser igual para todo mundo. Por que só a gente tem de meter a cara na câmera?” (Inscrição..., 2004). Coube ao fotógrafo incentivar: “Temos que ter jogo de cintura para não deixar a pessoa sem graça, e explicar que é um benefício para ela”. O estabelecimento de filas separadas para as inscrições dos “negros” chamou a atenção. De modo defensivo, declarou o coordenador das inscrições, Neivion Lopes, quanto aos guichês apartados segundo raça: “É separado porque precisamos de

espaço reservado para fazer as fotos”. Uma senhora teria resmungado baixinho: “*Isso é constrangedor*” [grifo meu] (Meira, 2004a). (p.192)

Torna-se imprescindível perceber o jogo simbólico que tenta nos desvencilhar do evento, direcionando as atenções tanto para as escolhas das falas através de estratégias de convencimento. O reconhecimento de múltiplas estratégias políticas, discursivas e simbólicas com as quais as narrativas são descritas é uma forte percepção nesse processo de leitura dos textos. Percebo que esse caminho foi trilhado de forma diversa, mas não menos “criativa”, pelos diversos autores. Com eles estaria a maneira como a UnB enxergou a possibilidade de fraudes. Na verdade, ela estaria na forma de olhar a representatividade de identificação do indivíduo.

Os responsáveis pelo vestibular da UnB por diversas ocasiões reiteraram que a meta da comissão era o de analisar as características físicas, visando identificar traços da raça negra. Esse objetivo gerou *constrangimentos diversos e dilemas identitários* [grifo meu] de não pouca monta entre os candidatos ao vestibular, devido às dúvidas de se os critérios seriam mesmo o de aparência física (negra) ou de (afro-descendência). A candidata Ana Paula Leão Paim, a princípio na dúvida sobre se se declararia “negra”, foi convencida pelo argumento da mãe, que lhe disse que sua “tataravó era escrava”. Contudo, ainda assim, Ana Paula estava preocupada pois, segundo ela, “pela fotografia não dá para analisar a descendência”. Outra candidata, Elizabete Braga, que “não se intimidou com a fotografia”, comentou: “Minha irmã não seria considerada negra, por exemplo. Ela é filha de outro pai, tem a pele mais clara e o cabelo mais liso” (Borges, 2004). Ricardo Zanchet, um candidato que se declarou “negro”, ainda que “com a pele clara, cabelo liso e castanho... nem de longe lembra[ndo] um negro”, e cuja classificação não foi aceita pela comissão, afirmou: “Vou levar a certidão de nascimento de meu avô e mostrar a eles... Se meu avô e minha bisavó eram negros, eu sou fruto de miscigenação e tenho direito” (Paraguassú, 2004). (p.193)

Alguns apontamentos deixam em dúvida uma questão e, pra ser mais específica, uma demanda: se não há como ver marcadores negros, provavelmente, essas pessoas não seriam negras e, conseqüentemente, não sofreriam racismo. Logo, não precisariam estar concorrendo ao vestibular através das cotas ou passando pelo “constrangimento” de ter que ser fotografada para confirmar seu fenótipo.

Sabemos que a mestiçagem aqui aparece em sua instrumentalização conveniente em que o problema de se considerar a categoria “pardo” estaria em aumentar a contingência negra e não em aumentarmos um outro contingente que seria melhor identificável para nós brasileiros. Para Gustavo Lins Ribeiro em o *Mestiço no*

armário e o triângulo negro no atlântico. Para um multiculturalismo híbrido, o que estaria em jogo são “concepções de políticas identitárias diferentes, onde o mestiço, a maioria da população brasileira”, seria o “fio da navalha” (p.229) em que “a operação político-ideológica mais forte que o movimento negro logrou em realizar nos últimos anos tenha sido a fusão da categoria pardos com a categoria negros. Em consequência, os mestiços foram colocados no armário”(p.229).

Segundo Ribeiro “duas formulações anglo-saxônicas sobre interetnicidade gozam de especial receptividade em diferentes meios: a política de ações afirmativas e a ideologia multiculturalista” (p.231). Para ele deveríamos pensar em uma política que “reconheça, ao mesmo tempo, sua especificidade, isto é, as particularidades das relações interétnicas em um continente que não se avergonha de ser híbrido” (p.231). Estamos ante as diferentes plataformas de pensamento neste momento.

Em *Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças*, de Antônio Sérgio Guimarães, já no título, que nos contextualiza bem esse momento, diz que,

Ao sugerir que o caso da UnB é o resultado mais bem acabado de uma política racialista equivocada, que toma uma característica física (a cor) ou um conjunto de características físicas (“a raça”) como marcadores de pertença grupal, os autores parecem sugerir que a política de cotas para negros nas universidades brasileiras é, toda ela, equivocada. Ora, isso não me parece ser verdade. Apesar de todas elas terem estabelecido cotas de admissão para “negros”, apenas a UnB entendeu por “negros” os portadores de características físicas objetivas, sujeitas a serem comprovadas por investigação administrativa, criminal ou científica. (p. 215) [...] a pertença a grupo racial é muitas vezes resultado de assunção pessoal, ainda que, em geral, seja resultado da estigmatização ou identificação por outros. Assim sendo, diferente da informação sobre renda, escola de origem ou local de residência, não pode ser verificada por terceiros a não ser violentando os direitos da pessoa. [...] Aliás os escândalos de fraudes em políticas redistributivas, que usam critérios como “renda familiar”, estão aí para nos lembrar que o problema não se reduz ao uso de critérios subjetivos.(p.217)

Ou seja, “mais que o pressuposto da boa fé dos declarantes, o que saiu arranhado foi o objetivo maior de todos os movimentos antirracistas brasileiros: que os “de cor” assumam a negritude” (p.217). Marcia Lima problematiza em *Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus?* “sobre qual o ponto do debate para que os autores querem

nos levar” (p.259) e a “onde está o debate sobre formas de inclusão e diminuição das desigualdades raciais” (p.259) e,

Tomando como base o relato dos autores em relação ao processo seletivo da UnB, compartilho da sua preocupação acerca de sua perspectiva autoritária e seus riscos ao deslocar para um grupo a identificação racial de milhares de indivíduos que se candidatam a uma vaga numa universidade pública. Nos faz lembrar a dramática experiência sul-africana e suas comissões de classificação racial na época do *apartheid* [grifo original]. É curioso perceber como aqueles que implementam o sistema, e querem ao mesmo tempo se precaver de seus possíveis burladores, acabam abandonando a ideia de reparação e adotam a ideia de privilégio. O ônus se transforma em bônus! Todo o processo de identificação é um processo político e a decisão de ser um aluno cotista tem um ônus. A discussão sobre quem é o “legítimo” beneficiário das cotas não faz sentido, e se querem fazer uso desses instrumentos é necessário lidar com as características históricas e culturais de sua sociedade. (p.259)

Enxergando para além da crítica às comissões, diz ser “curioso perceber como que os modelos de discriminação aparentemente tão distintos produziram o mesmo fenômeno: a invisibilidade de cor” (p.261) e “no caso brasileiro a invisibilidade do negro nas universidades é estatística e para transformá-la creio ser pertinente discutir suas formas de inclusão, pois espero que sua necessidade não seja mais objeto de dúvida” (p.261). e na diversidade étnica diz,

[...] nível de ancestralidade africana, europeia ou ameríndia deve ser considerado como “significante”? Pena e Bortolini (2004) assinalaram que 86% da população brasileira possui mais de 10% de ancestralidade africana; portanto, potencialmente, essa fração poderia [...] solicitar o benefício das cotas; mas eu sou mais radical. Como está amplamente demonstrado (para horror dos racistas!) que a África foi o[...] berço de toda a humanidade, é óbvio que *todos* [grifo original] os brasileiros têm potencialmente direito ao benefício.(p.262)

Em um “país tão diverso como o nosso” acredita-se que “a desigualdade não tem nada a ver com o princípio ético de que a posição de qualquer pessoa em determinada sociedade deva ser o reflexo acurado de sua capacidade individual”. Falar de negros é falar de ancestralidade e, partindo do sentido que isso remete, estaria ocorrendo um “racismo às avessas”, ou seja, um “*apartheid*” que não só confronta negros e indígenas, como brancos, “incomunicáveis”(p.226). Lívio Sansone em, *O bebê e a água do banho – a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros na UnB!* diz ,

qualquer discussão da metodologia de um sistema de quota em base “racial” nunca pode perder de vista o contexto das desigualdades que hoje, quiçá pela primeira vez com tanta força, está sendo identificado como o problema principal da sociedade e, pois, da economia brasileira.[...] O texto não toca nessa absurda contradição, mas se prende àquela que eu entendo como uma questão de forma, mais do que de substância – o pouco inteligente e muito irritante uso da foto para aferir a cor do candidato no vestibular da UnB. (p.251)

De fato entende-se que o “fenótipo (aparência) é o mais importante no processo de racialização no Brasil e, nesse sentido, o uso do termo (afro-) descendente somente cria confusão, porque não de genes estamos falando, mas de nariz, lábios, cabelos e outras parte do corpo que fazem o negro no Brasil.” (p. 251). As comparações geneticistas estão são constantemente acionadas.

Vários ajustes, sejam no plano da linguagem, sejam na representação, ao que parecem, foram os mais desafiadores. Ancestralidade é algo que existe, de fato. Mas ela entra com maior representatividade do que as estatísticas apontando fenotípico como uma evidência ao racismo. Maria Cátia Bartolini em *A genética e a peritagem racialista* achou importante lembrar que “no caso brasileiro a realidade que tem sido revelada é tão repleta de mestiçagem que existe um risco grande de alguém, baseado em características físicas, errar quando tentar identificar o nível de ancestralidade africana, indígena ou europeia num determinado indivíduo, seja ele branco ou negro”(p.263) Ao acionar esses marcadores:

procuramos mostrar como a genética e áreas afins, como a biologia molecular, podem fornecer informações sobre a ancestralidade de uma determinada população (ou pessoa), e assim resgatar seu passado histórico, muitas vezes não registrado, ou até mesmo esquecido. Exemplificando, é o caso de alguém que teve há dezenas de gerações passadas um ancestral africano e nem sequer fazia ideia disso, pois o fato já não figurava mais na história da família, e nem tampouco havia alguma marca visível na cor da pele ou na textura dos cabelos que indicasse que um evento de mestiçagem tivesse ocorrido em algum momento. Entretanto, a presença de um ancestral africano, mesmo que longínquo, pode ainda ser percebida através de “marcas” no genoma do nosso indivíduo hipotético.(p.262; 263)

Sérgio Pena no *O triste caso do vestibular da Universidade de Brasília*, descreve que “em nível individual, não é possível fazer uma estimativa confiável do

nível de ancestralidade africana de uma pessoa pelas suas características físicas.” (p.284). Com esse tom pungente, questiona,

Quer dizer então que a candidatura do filho claro do favelado negro não deve ser homologada, enquanto a do filho moreno do rico branco (lembramos que no Brasil o dinheiro embranquece) está perfeitamente de acordo com as normas e regulamentos da UnB? Não seria esperado que a universidade pública abrisse o caminho e ensinasse à sociedade que o preconceito é injustificado, irracional, perverso e cruel? Ao invés disso, não estaria a UnB absorvendo e internalizando os preconceitos da sociedade? Se os “olhos da sociedade” são racialistas, a universidade deve se tornar racialista também? (p.284)

Afirma depois que “o único critério admissível para as cotas é a auto-declaração”. Mas norteiam negros a buscar um lugar onde não fossem necessários ao “zelo” dos dominadores, onde o jogo de palavras entre o “favelado negro” e o “rico branco” estão mais que claramente autoexplicativas. Os lugares são esses. Perante esta incongruência, trago o texto José Jorge de Carvalho *Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na Unb*. Suas declarações parecem se contrapor ao afirmado por Pena. Essa discussão que “fraseamos de “acadêmica” é uma outra forma de expressar posições políticas e éticas, sobretudo no que se refere à manutenção ou transformação das desigualdades e discriminações raciais no nosso meio universitário”(p.238) tratando-se, portanto, “de um colóquio intramuros e claramente racializado” (p.238) E, levanta um ponto:

Da lista dos 25 nomes constantes da carta-convite que recebi no dia 21 de janeiro de 2005, identifiquei uma socióloga (negra) e uma historiadora (branca). Dos 23 antropólogos (as) convidados (as), apenas um é negro, e africano, tendo chegado ao Brasil já adulto. Ou seja, este debate sobre as cotas na UnB não é um debate com os antropólogos negros, sejam eles a favor ou contra as cotas. Por quê? Porque há um número mínimo de antropólogos negros brasileiros no nosso meio. A presente discussão está sendo desenvolvida neste vácuo racial, agravado pela endogamia disciplinar própria da antropologia no Brasil (no campo da Educação, por exemplo, este debate já poderia ser minimamente multidisciplinar e multirracial). (p.238)

Ao discutir a segregação e racismo que perfazem a academia, o autor faz ainda um paralelo com o simbólico caso Ari, que revela a saga de seis anos de um estudante negro para rever uma nota considerada injusta, resultado, entre outras, da “hostilidade aberta” que sofreu pelo Departamento de Antropologia da UnB, na pós-graduação. “Nenhuma discussão específica sobre Durban nos tinha ainda alcançado e o Seminário sobre Multiculturalismo e Racismo, de 1996, não motivava mais do que discussões

“acadêmicas” (no sentido de alheias às demandas dos movimentos sociais) no nosso meio” (p.240). Ele acreditava que os autores Chor e Ventura, dentro da proposta de debate, poderiam ter aberto “ainda mais e admitir-se mais francamente como sujeitos posicionados”(p.244). Exemplificando:

[...] eles repetem várias vezes à expressão “tribunal racial”, de repúdio às fotos na UnB, atribuindo-a a um editorial da Folha de São Paulo. Cobertos, porém, por seu discurso de neutralidade acadêmica, omitem do leitor o fato de que eles também escreveram, em jornais, dois textos virulentos contra o processo da UnB, inclusive incorporando a mesma expressão “tribunal racial” na sua postura negativa. Nada contra que o tenham escrito, mas não deveriam omiti-los e sim assumir abertamente a sua posição contrária, ao invés de escudar-se por trás da virulência de outros autores contrários às fotos/cotas.[...] Como Maio e Santos, sou contrário às fotos e minha razão por discordar delas não é “científica”, mas política: as fotos despolitizam o posicionamento do sujeito ao transferir a responsabilidade de assumir sua condição racial para a comissão. O que espero da autodeclaração é que ela se generalize especularmente, de modo a alcançar não somente os candidatos ao vestibular pelas cotas, mas também a nós, acadêmicos brancos que nunca nos assumimos como tais.

Rita Laura Segato, no texto “*Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito*” traz justamente uma reflexão sobre “o sentido e a finalidade da diligência dos autores”, pois parece razoável terem opiniões diversas, no entanto, ser incoerente a “veste de neutralidade de um argumento científico”, tratando-se, portanto, “de um contrabando ideológico embrulhado no linguajar de aparência sistemática e laboral”. (p.273) e direciona ao posicionamento Maio e Santos dizendo:

A opinião de Maio e Santos chega a nós num invólucro, dissimulada por trás de um recortado conjunto de citações de textos autorais ou institucionais, assim como de depoimentos de pessoas, que acaba funcionando como uma verdadeira cortina de fumaça para esconder o que não teria por que estar oculto: o que eles pensam sobre abrir as portas da universidade a um tipo de pessoas que não a frequentam atualmente e cuja marca de exclusão radica na cor da pele em associação com outros dados fenotípicos. Se, por um lado, a opinião deve amparar-se em fatos, o recorte dos fatos não pode tentar escamotear a opinião que lhe dita o rumo. (p.274) [...] É realmente difícil de explicar que uma ciência que transita assiduamente pela noção da representação social e de símbolo se mostre tão incapaz de entender que, numa história particular como é a história da conquista e a colonização da África e da conseqüente escravização de parte de sua gente, o signo da pele negra é lido como diacrítico de pertencimento ao povo subalternizado por esses processos, e que isso nada tem a ver com quantidade ou tipo de genes. A proximidade daqueles marcados por esse signo desvaloriza os cenários da vida social, a não ser que se encontrem num claro papel de subserviência, e faz tremer de pânico

social a todos aqueles que pouco atrás exibiam sua marca e conseguiram, graças à miscigenação programada no seio das famílias, deixá-la para trás. Então, ser negro, ser racialmente marcado com a marca da África no Brasil não é ser afrodescendente, já que no Brasil existem milhões de afrodescendentes hoje percebidos como brancos. (p.278)

Célia Maria Marinho de Azevedo indaga sobre a *Cota racial e o jargão policial na universidade: para onde vamos?* Partindo da afirmação de que a “identificação é pura negatividade que se reverte em positividade para reclamar devoluções, direitos, reparação” (p.282). Percebemos que as bases para construção desse pensamento se ancoram no fato de que as cotas desafiam os estudantes a dizer que você é negro de forma institucionalizada, o que está associado à classificação policial dada de imediato em suas abordagens.

Ora, aqueles que defendem a cota racial bem podem contra argumentar aqui que violência institucionalizada é aquela que se tem praticado contra a população negra há séculos, a começar pelo tráfico de escravos da África. Com a abolição da escravidão em 1888, essa mesma violência ganhou nova roupagem nos termos de uma política imigrantista racista que promoveu a substituição nos postos de trabalho dos ex-escravos e seus descendentes pelos imigrantes brancos, saudados como membros da “raça superior”, “caucasiana” ou “ariana”. Mas, se é certo que o racismo institucional se implantou no país com requintes de perversidade, uma vez que discrimina racialmente sem nomear “raças”, por que haveríamos de combatê-lo enredados no mesmo conceito que permitiu conferir legitimidade científica à discriminação de povos vistos como “diferentes” e inferiores ao padrão branco “caucasiano”? (p.223)

Junto a essa analogia, Maria Rosário G. de Carvalho traz *Breves reflexões suscitadas pelo artigo “Políticas de cotas, os olhos da sociedade e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UnB)*, diz que apesar de não ter “dúvidas de que a hierarquização racial atua, predominantemente, sobre o fenótipo dos sujeitos” (p.265), afirma que

A definição de um fenótipo típico, através do “tom da pele”, tipo de cabelo e “traços do rosto típicos da raça negra”, parece guiar-se, no limite do grotesco, pelo estereótipo do negro das crônicas policiais, um suposto hiper-realismo que não guarda correspondência com a notável plasticidade dos fenótipos de homens e mulheres negros deste país. Como também não guarda correspondência com o correlato critério de afrodescendência, não passível, como argutamente observou uma candidata com “tataravó escrava”, de ser detectado pela mais potente câmara digital. (p.266)

O constrangimento as cotas foi associada pela autora a mesma que rege a violência policial sobre as pessoas negras. Lília Moritz Schwarczs em *O retorno do objetivismo ou os males de ser científico* indaga, dentro de uma vertente histórica, sobre atributos que a escola Nina Rodrigues em que “a ciência surgia como elemento fundamental para, no limite, determinar onde estava localizada a criminalidade e a degeneração” (p.248). Compara as comissões a esse momento histórico em que apelar para uma ciência determinista e raciológica com vistas a determinar, e isolar, aqueles que “vexavam a nação”(p.249) e,

[...] por isso se atentava para o criminoso (e sua conformação racial) e não para o crime, já que o indivíduo não passava de um compósito de sua raça. No caso da UnB, descontadas as especificidades contextuais, os procedimentos parecem aparentados com os velhos critérios deterministas, no sentido de buscar em uma certa antropologia os “especialistas das raças” e de escolher nos traços fisionômicos elementos objetivos e científicos para definir, ora quem, a identidade. [...] Se raça não se sustenta mais como critério científico, o que dizer desse projeto de retorno aos modelos “objetivistas” do século XIX que, tomando como base um modelo racial – e que privilegia a aparência –, anulam o indivíduo em nome de um conjunto de traços fisionômicos? Afinal, qual é o novo critério que fará pender a balança: aparência, origem social, hereditariedade, passado histórico ou então militância política? (p.249)

Esse ideal, no entanto, afastava-se da noção básica de modernidade em que tudo parecia envolver progresso para um espaço-tempo impregnado de efeitos da memória e da história das negras e negros no Brasil. Em Bernardo Lewgoy, em *Cotas raciais na UnB: as lições de um equívoco*,

ora, a experiência da Universidade de Brasília mostrou que, diante da inexistência de um consenso sobre a “raça de um postulante a um programa de cotas” e em face da necessidade de selecionar com justiça entre um número de inscritos maior do que vagas, tentou-se uma objetivação impossível de critérios raciais fenotípicos, que reproduzissem “os olhos da sociedade brasileira”. Os autores narram uma *autêntica comédia ideológica* [grifo meu], que nos faz remontar a uma distante raiz hegeliana desse processo, onde o senhor produz a sua identidade reconhecendo-se nos olhos do escravo, a Sartre quando afirma que “o antisemita inventa o judeu” e aos famosos “policiais” de alguns entusiastas brasileiros das cotas que, na ausência de critérios claros, funcionariam como os sujeitos que produzem o “reconhecimento” do negro na sociedade brasileira. [...] Identidades raciais, sejam chamadas de construções “biológicas”, “sociais” ou “étnicas” sempre foram construções arbitrárias, criadas e manipuladas pelo poder legítimo de plantão (seja ele um Estado, seja ele uma elite colonial, seja ainda movimento social, ou mesmo um comitê de avaliação racial numa universidade) e não deveriam constar senão de um museu de ideias passadas. (p.220)

O desejo de marcar a coação da identificação opera em cima de uma cuidadosa operação discursiva. Se o racismo até então, tem sido estruturante do chamado “pensamento social brasileiro” e as histórias sobre as expressividades negras sempre aparecem amiúde em seus esboços, nos inquieta dizer se este evento cristalizou um momento de angústia pela ruptura, implicações e representações que começavam, então, a perfazer o imaginário popular e nacional. Peter Fry em seu texto *Ossos do ofício*, problematiza que,

Através de fotografias e entrevistas, comissões da UnB, compostas de ativistas negros, membros de ONGs, sociólogos e antropólogos, examinam a aparência exterior e o interior psicológico dos candidatos na inglória tarefa de dividi-los em duas categorias estanques: os que têm direito às cotas e os que não têm; os negros e os não negros. Assim fazendo, imaginam e ritualizam (e ajudam a produzir) um Brasil de duas “raças” apenas. Os mulatos, morenos, caboclos, etc. deixaram de existir, vítimas do que José Murilo de Carvalho denominou “genocídio racial estatístico” (Carvalho, 2004). Muito apropriadamente, os autores denominam esse processo de uma “pedagogia racial”, poderosa muito além dos muros da UnB, justamente por essa universidade se encontrar tão próxima ao centro material e simbólico do poder da República.

Seria fácil constatar o racismo, no entanto, torna-se inconveniente apontar a raça do indivíduo. Para Ivonne Maggie, em *Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou as marca que cria sociedades divididas*, as cotas implicariam a “lógica que se opõe radicalmente ao nosso sistema de classificação racial” (p.287), ou seja,

o que salta aos olhos de qualquer observador mais atento ao que se passa no mundo é que as cotas raciais vieram para refazer o nosso sistema de classificação racial. Como instituir cotas raciais sem antes classificar rigidamente aqueles que têm direito e os que não têm? Todos os países que implantaram essa política ou já possuíam um sistema rígido de classificação racial ou tiveram que criá-lo. [...] Quem são os fraudadores? São os que utilizam o sistema brasileiro de identificação racial? Quem é mais discriminado? Aquele de pais ricos que têm a pele negra ou o que tem a pele clara e os pais pobres e nem tão pretos? Para não ser fraudador, o candidato tem que se identificar com a concepção de negro como está hoje nas estatísticas que medem as desigualdades raciais? (p.288)

Olhando tais contextos, se vê, por exemplo, que se almeja uma sociedade justa e democrática. Mas para isso, essas propostas inevitavelmente exigem novas formas de se olhar a desigualdade e oferecer oportunidades concretas, entretanto, a sociedade brasileira encara sua grande provação diante das cotas: *a ideologia da mestiçagem*. É ela

que põe à prova as convicções desse “credo brasileiro” e, como tal, ao ser colocado em situação aflitiva, traria as consequências que danificariam a nossa cara identidade nacional, que por muito tempo nos sustentou e representou. Maggie destaca ainda:

será que aqueles que estão propondo e aplicando essa política de reserva de vagas para negros estão se dando conta do que isso significa em termos da construção ou reconstrução da noção de “raça” em nosso país? Se os estudantes dizem que “raça” não existe e que pertencem à *raça humana* [grifo original] a partir de agora, com as cotas raciais, terão que abdicar desse pressuposto lógico para concordar com a política pública implantada. *Não há como fugir do dilema* [grifo meu]. Ou você é contra a ideia de “raça” e concorda que pertence à *raça humana* [grifo original] ou você concorda que “raças” existem. Se elas existem e algumas são mais discriminadas que outras e merecem ou fazem jus, ou como justiça, há que se criar uma política especial para elas. [...] Maio e Santos fazem o alerta e, mais ainda, dizem que a moderna ciência genética respalda o que os brasileiros acreditavam e o que os estudantes dessas escolas reafirmaram. Não há “raças” humanas, mas *raça humana* [grifo original]. (p.289; 290)

Raça humana entra como uma metáfora para igualdade. Independente de questionamentos, raça estará sempre no outro. E se ela não pode ser branca, que ela seja humana. Pergunto-me se esse posicionamento teórico existia antes das cotas. Se somos todos iguais (ou humanos como destaca a autora) porque o marcadores estatísticos nos diferenciam? Nada mais conveniente ante uma sociedade que sempre alijou seus negros do acesso a essa suposta humanização. Por mais que se negue que estejam ultrapassando em suas análises, percebemos uma nada sutil e poderosa memória social fortemente enraizada.

É importante observarmos o espírito de retóricas existentes em cada um desses discursos. A questão da legitimidade não entra como uma pauta veemente nesta pesquisa o que torna isso interessante é justamente a briga pela patente desta legitimidade. A partir de uma pergunta simples como “Quem tá certo?” aparece uma complexa gama de respostas que, quando pontuadas, podem nos fazer encarar questões históricas. No Brasil as relações raciais estão além dos entraves que a desigualdade possa representar. Nestes discursos fica evidente que o significado das cotas é mais pontuado no âmbito da legalidade do que no impacto que isso traria ao cotidiano universitário e a juventude negra de maneira ampla. Questiona-se, então: o que isso representaria para o Brasil? O que quer dizer o constrangimento constantemente

destacado? A interpretação sobre as comissões está no fato de constranger o aluno negro ou de acusar o aluno branco de possível fraudulento? Em um todo e especialmente para a nossa identidade, reativa-se o mestiço. E se há o mestiço, isso lhe aproxima de que ideal de estrutura racial?

Cida Bento (2002) traz um aporte psicanalítico interessante: a indignação narcisista. Existe um sentimento de indignação da violação dos direitos, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença. Ou seja, há um abismo entre o reconhecimento abstrato ou sentimental do outro e a prática existencial de aceitação de outras possibilidades humanas. (SODRÉ, 2017). Ao mesmo tempo em que estamos querendo uma autenticidade nacional, estaríamos nos fechando a realidades muito mais autênticas.

Não se trata apenas de um debate sobre seres humanos, mas o entendimento de que a não representatividade produz consequências devastadoras para a construção de uma identidade racial. O que traz essa reflexão de que as cotas desqualificam a lógica do Brasil e, ao mesmo tempo, a dialética com a sua humanidade? Lembro-me de Frantz Fanon (2008), em *Peles negras, máscaras brancas*, citando a seguinte análise,

o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais.

A exemplo, temos na ideologia da mestiçagem que não falseia propriamente a visível pluralidade de origens que formam o povo brasileiro, mas a objeção a esta pluralidade reside na forma pela qual esse fato é incorporado à mentalidade dos setores dominantes. Ao lançar esse debate, percebemos que se versa sobre algo que vai além de uma etnografia, tratando-se de um sentido que as distintas origens étnicas se identificam. Partimos da ideia de que as (re) construções identitárias implicam (re) construções político-sociais, entendendo o espaço como uma apropriação de grupos sociais para assegurar a reprodução e a sofisticação de suas necessidades vitais, materiais e emblemáticas. Neste sentido, as imagens sociais e historicamente construídas sobre as raças têm incidência sobre as políticas públicas, embora as

estratégias do poder público no Brasil raramente tenham assumido uma perspectiva abertamente racista. Nem por isso deixaram de ter efeitos bastante perversos do ponto de vista das disparidades raciais (GOMES; PAIXÃO, 2008).

Com essa postura, o grande desafio em um país na busca pela “identidade nacional” é aceitar a sua autenticidade. Políticas focais têm um compromisso da igualdade de tratamento, mas com isso, carregam uma trajetória conceitual que historicamente, tornou o debate no Brasil excêntrico.

1.5– Prognósticos e diagnósticos: a percepção do presente

A viabilidade do diálogo a respeito deste momento irá incorrer em algumas indagações. Temos um pouco mais de 15 anos de política e, junto a isso, negros frequentando espaços antes excluídos. O que diriam agora os pesquisadores que avidamente discutiram as políticas de cotas de frente a todas as previsões feitas à época? Para tal análise, trago as falas de alguns em separado para podermos vislumbrar as opiniões existentes. Como explicitado na metodologia, entrei em contato com muitos e praticamente consegui a fala de poucos. Ainda que fosse esperado um maior número de respostas, não encaro como problemático o pequeno número de entrevistas obtidas, haja vista ter havido alguma disponibilidade por parte destes três pesquisadores que, desde já, agradeço a disponibilidade.

O primeiro teórico cuja fala será discutida é Peter Fry. O pesquisador é um inglês naturalizado brasileiro que possui graduação em Social Anthropology - Cambridge University (1963) e doutorado em Social Anthropology - University of London (1969). Fry escreve sobre religião, sexualidade e relações raciais. Publicou, entre outros, *Para Inglês Ver: identidade e cultura na sociedade brasileira* (1982) *O que é Homossexualidade?*(1983) e *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral* (2005). Peter Fry junto a Ivonne Maggie esteve entre as maiores referências no discurso contra-cotas na época de implementação.

José Jorge de Carvalho possui Ph.D em Antropologia Social pela The Queen's University Of Belfast (1984) pós-doutorado pela Rice University (1995) e pós-doutorado pela University of Florida (1996). Foi Catedrático Tinker Professor na University of Wisconsin - Madison (1999). Atualmente é Professor titular no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Pesquisador 1-A do CNPq

e Coordenador do INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do CNPq. Seu trabalho como antropólogo se desenvolve principalmente nas seguintes áreas: Etnomusicologia, Estudos Afro-brasileiros, Estudo da Arte, Religiões Comparadas, Mística e Espiritualidade, Culturas Populares e Ações Afirmativas para os Negros e Indígenas. Publicou artigos como: *Ações Afirmativas para Negros e Índios no Ensino Superior: A Proposta dos NEABs (2003)* e *As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras(2004)*.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é atualmente é professor titular (sênior) da Universidade de São Paulo e Titular da cátedra Simon Bolivar da University of Cambridge, Reino Unido. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em estudos afro-brasileiros e formação de classes sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: identidades raciais, regionais e nacionais, racismo e desigualdades raciais. Tem importantes referências em suas publicações: *Racismo e Anti-Racismo no Brasil. (1999)* e *Classes, raças e democracia (2002)*, entre outros. Produz artigos sobre tema, seu ultimo artigo: *Cotas nas últimas universidades públicas 20 anos depois (2016)*.

Partirei, primeiramente, para a análise das falas das entrevistas e depois irei do que considero para um dialogo para que considero como outro momento de reiterações epistêmicas da academia em relação ao debate racial. Não podemos negar que nas democracias contemporâneas, qualquer política pública tem de ser justificada perante a sociedade na qual é aplicada, de fato. Todas as ações afirmativas²² não fugiram a essa regra, dado ao processo que essas formulações exigem. As argumentações se dão em vários foros: debate público, acadêmico, legislativo e jurídico. Apesar das diferentes linguagens éticas que definem cada um destes campos discursivos, há um substrato normativo (moral) comum que baseia os argumentos de justificação de uma política pública (FERES Jr., 2006).

Entretanto, as cotas hoje representa nosso olhar peculiar sobre o debate de ação afirmativa na América Latina, principalmente. E, apesar desta representatividade no âmbito universitário, pergunto ao Peter Fry sobre suas considerações recentes sobre o

22

assunto e, de uma forma sincera, me responde: “Eu não entro muito nestas discussões porque são águas passadas.” (PETER FRY, DATA) Olhando para história das ações afirmativas de hoje, alguns enigmas se elucidam sem grande esforço.

Em um texto oriundo de uma coletânea de estudos reunidos pelo Ipea, por exemplo, Luciana Jaccoud (2008) destacou as dificuldades de natureza variada em que estava sendo imposta a consolidação da temática da desigualdade e a discriminação racial como objeto legítimo necessário da intervenção pública, assim como a consolidação da própria ação pública nesse campo (JACCOUD, 2008). Em 2008 se concluiu que o desenvolvimento ainda limitado desse campo de políticas exigia a ampliação do debate, a reafirmação de sua relevância e estratégica e a necessidade de uma coordenação mais efetiva com vistas à integração e ampliação de programas e políticas de monitoramento e avaliação. As iniciativas têm sido muitas vezes marcadas por falta de continuidade, de recursos ou abrangência, ao mesmo tempo em que se ressentem de uma estratégia comum em que os diversos campos de intervenção pública possam afirmar sua complementaridade, fixada em diretrizes, metas e objetivos debatidos e pactuados (JACCOUD, 2009). É preciso buscar seguir lembrando os distintos “tipos” de ações que predominam nessas discussões, para detalhar, neste momento as experiências significativas, em escopo e metas, implementadas nos últimos anos. Questiono aos autores se o porquê destas descontinuidades das discussões e, percebo que muitos não debatem mais sobre o assunto como antes. Peter Fry diz que

Sim, de fato essas pessoas não falam, e não falamos por razões muito simples, vou te dar um exemplo, eu fui convidado para participar de uma audiência pública na Unicamp, porque a Unicamp não adotou cotas. E eu recusei. Eu disse não vou lá. Eu dei a mesma resposta que dei pra você, que esta questão está resolvida no Brasil. Não há necessidade de conversar sobre isso porque são cartas já definidas pela STF. E você vai ver isso, mais ou menos, a outras pessoas que continuam críticos, mas não falam. Não ousam a falar. E uma das razões eu acho é que essas ideias que eram nossas aparecem agora noutras bocas e, eu não quero ser identificado com essas pessoas entendeu. [...] Posso estar enganado, mas então é um pouco isso. Acho que a gente, falo de a gente, porque várias pessoas, Marcos Chor Maio, muito amigo meu. Ricardo Ventura Santos também é. E nós somos amigos de longa data e, descobri que várias pessoas, por exemplo, daquela época que eu fiz amizade, e são pessoas que continuam amigos meus são muitos judeus, preste atenção. Porque os judeus em geral tem absolutamente pavor de classificações raciais, por razões óbvias. Eles diziam assim: “meu pai me ensinou que raça é coisa de cachorro”, por exemplo. E essas pessoas muitas vezes têm posições políticas diversas de assuntos do Brasil, mas continuamos

amigos exatamente porque concordamos pelo menos com esse assunto. Mas não falamos mais, não falamos mais. [...] E eu sou naturalizado brasileiro, mas às vezes me sinto muito estrangeiro. E se o Brasil decidiu fazer uma coisa, decidiu. Azar o meu, né.

José Jorge já traz o debate de raça que tanto demarcou a implementação, principalmente no sistema de cotas da UnB com as comissões de verificação:

Eu acho que a discussão da raça foi muito mais colocada pelos anti cotas. Não fazia sentido colocar para nós o grupo que estava a favor das cotas colocarem em termos raciais. O racismo é fenotípico, não precisa de uma discussão de raça. Passar porque que raça não era um conceito biológico. Isso aí é irrelevante, porque não precisa disso pra ter cota. Então, eles introduziram isso para ver se embaralhavam o meio de campo, chegasse à opinião pública. Passaram para a opinião a ideia de que nós seríamos ultrapassados, que estavam reintroduzindo o debate anacrônico, que a ciência já tinha resolvido e com isso era um argumento que tentava minar. [...] Então a força do argumento antirracista mesmo, do racismo social, do racismo concreto. Os geneticistas são do lado deles né!? O Francisco Salzano e o Sérgio Penna, o outro [...] de minas gerais também. Eles são juntos tentando fortalecer a posição do Peter e da Ivonne, Demétrio Magnoli. Aí eles tentaram fazer uma caricatura da nossa posição antirracista, como se a gente ainda não tivesse chegado à conclusão de que raça não existe. Logo se raça não existe então não pode ter cotas, cotas serão pra raça negra. Mas não existe uma raça negra. É como se fosse um recurso retórico, que tem um elemento de sofisma e de verossimilhança porque parece que você tá dizendo algo, quando você tá querendo dizer outra coisa. Tudo que eles estão dizendo nós estamos de acordo. Quem duvida que raça não é um conceito biológico? Só que não é esse o ponto. [...]O ponto era estabelecer cotas para aqueles que são discriminados, que sofrem racismos que são os negros socialmente definidos pelo seu fenótipo. Eles foram até onde puderam com esse argumento, levando inclusive a ideia que isso poderia levar a... a Ivonne [Maggie] chegou a colocar diferença de Tutsis, que se parecesse uma Ruanda, né. Essa altura, segundo a previsão dela, teríamos uma centena de mortos na UnB. Se o plano dela fosse aquele, né. A UnB tem mais tempo de cotas, logo deveriam ter mais mortos. Mais hoje se vê que o argumento não se sustenta. [...] Você vê que lá eles também racializaram. Então, a ideia, primeiro, previa que nós estaríamos racializando uma sociedade que não era pautada pela raça ela passaria e eles colocaram os dois manifestos. Eles começaram imediatamente após o primeiro edital de cotas de 2004 na UnB, eles formaram tão rápido que 2004 começou né, tanto que o Rafa e Natália que foram do primeiro semestre das cotas, agosto abriram as cotas na UnB e em outubro Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura já leram aquele texto na ANPOCS, em três meses eles já tinham respostas prontas porque esse negócio não podiam continuar. Que nós estávamos fazendo um tribunal de raças. Aí logo veio a Horizonte Antropológicos e infeliz também porque com ideia de neutralidade porque de neutralidade tinha muito pouco naquilo as pessoas que editaram essa revista também tinham antipatias contrárias às cotas. Eram antipáticos às cotas.

Já Antônio Sérgio Guimarães fala em jogos de interesses,

Interesses. Puro interesse. E o jogo foi definido. Dificilmente vai ser revertido. Esse foi um jogo perdido pra eles, certo? Daí em diante você tem que adaptar a esse jogo. Primeiro, as escolas particulares é uma dessas saídas e, depois profissões dentro dessas escolas públicas também é um tipo de saída. O mercado de trabalho, toda a pós-graduação, o lugar que você faz a pós-graduação, ou seja, as desigualdades vão sendo definidas com outro nível, com outro patamar, com outra linguagem. Por isso que eu acho que o erro pior que se pode cometer, é deixar que esses lugares novos que foram criados transformem em escolas de segunda linha, de terceira linha, de quarta linha etc. E que as pessoas olhem assim “ah você foi formado na federal do Tocantins” ou “você veio da federal do oeste Bahia” “ah, você é do recôncavo da Bahia”. Então o jogo da desigualdade vai ser a partir daí, entendeu? Se houvesse a possibilidade de reverter seria revertido né, mas como você está observando, ninguém está falando nisso, ou seja, aparentemente, não tem nenhum político que se eleja se insinuar que vai desfazer as cotas.

Para entender o contexto que decompôs essas percepções de uma nação, a qual se refletia como uma “democracia racial” para uma sociedade que se reconhece a prática de discriminação e racismo, bem como a necessidade de medidas para a correção das desigualdades, requer que se analise o processo de reestruturação do Estado brasileiro. O fato é que a discriminação racial no Brasil é mais antiga do que a conformação do próprio “Estado-nação”, e para ser mais pragmática, a escravidão configurou as nossas “nacionalidades”. Neste sentido, os debates de políticas públicas raciais trazem à tona essas complexidades. Em seu interior se abrigam muitas formas de ser e reconhecer-se como cidadão e, principalmente, de vivenciar tais condições nas relações de trabalho, nos mecanismos de participação política, nas estratégias de produção de subjetividade e identidade. Pergunto sobre a democracia racial e as maneiras que isso reverbera na nossa forma de olhar a questão racial. Peter Fry responde:

Olha, eu acho que a democracia racial é uma balela, eu sempre achei. E ninguém consegue achar onde isso surgiu. Não foi Gilberto Freire que escreveu isso.[...] Porque nunca até as cotas raciais, na República do Brasil, é que os cidadãos eram discriminados pela sua cor. Na lei, nunca. Acho que foi isso que eles estavam dizendo, quer dizer que, no Brasil (isso é uma coisa teórica, não falo da prática) eles argumentavam que todo mundo tinha os mesmos direitos, mas a verdade é que todo mundo não tinham os mesmos direitos. Mas a ideia era essa. [...] E, inclusive durante a escravidão, a justiça funcionava um pouco. Quer dizer, que não era totalmente impossível, as pessoas de cor reivindicar os seus direitos. Isso era possível, né. [...]

Isso que eles chamaram de democracia racial, era uma coisa eu sempre argumentava, que essa ideia deveria ser usada pra cobrar. Mas acho que eu fui meio voto vencido nisso. Eu achava que era uma coisa a cobrar e distinguida, não apenas no Brasil, mas em vários outros países da América. Os Estados Unidos dominam o mundo isso é verdade, e o sistema deles acaba vencendo em muitas situações. Mas eu achava na época que na briga, que o Brasil tinha capacidade de ser mais original, de inventar outros meios de revolver essa questão. Eu achava, e estava errado. [...] Se o Brasil mudar no sentido de assistir uma ascensão social de pessoas negras, pardas etc., sem entrar também na ideia de que a raça que determina toda a pessoa, tá tudo bem. Porque, é isso mesmo que nós queremos ver, todo mundo participando da mesma maneira. Isso que todo mundo quer. Eu pensava coisas mais positivas do Brasil, quando cheguei aqui. Me chamava à atenção as amizades, as convivências e etc. entre pessoas de todas as cores, de todas as idades, em várias situações. O que eu não tinha visto nos Estados Unidos e não tinha visto na África, eu achava que era uma coisa muito positiva do Brasil.

Questiono a Antônio Sérgio que acredita que um dos maiores desafios da política de cotas é que a gente não olha para nossa questão racial como olha os EUA ou a África do Sul. Você acha que esse nosso discurso racial que é pautado na democracia racial, no discurso de mestiçagem e, entra uma política como essa dizendo que segregamos:

Foi. Agora, é um desafio engraçado, porque era um desafio que se achava muito maior do que era. Tinha muito mais retórica do que realidade nisso, ou seja, a brincadeira que Tomas Skidmore fez “Pergunte a polícia quem é negro,...” ele fez essa brincadeira em 96, e pegou né, todo mundo repete isso, é puramente verdade é uma anedota, é uma brincadeira que expressa uma verdade imensa. Porque apesar das pessoas negarem e ficarem falando “somos todos mestiços”, mas quando você vê um negro você sabe que é negro. [...] Agora quando isso vai se transformar em política democrática de massa, porque uma coisa é você ter um laboratório pessoal, e dizer, ou vou fazer uma política afirmativa. Eu vou criar uma elite negra. Aí você seleciona seus alunos assim. São 10,15. Aí é fácil. Agora uma democracia onde as regras devem prevalecer pra todos onde todos têm direitos iguais, todos têm iguais oportunidades e você tem que fazer uma seleção, como é que você faz isso? Aí tem duas maneiras uma, é você dizer o seguinte, “bom, eu não posso dizer quem é preto, mas as pessoas sabem” e afinal de contas quem se define como preto ou como pardo, tem um custo não é só benefício. Então é uma forma mais democrática. A tal das comissões quer fazer uma política de massa com base em regras estritas que deve ser acompanhada e isso eu não gosto, porque numa política de massa onde você vai fiscalizar identidade e você tá dando um passo pra uma coisa muito totalitária, isso aí, afinal de contas é pra dizer se você é negro ou se você não é. Então, quando eu digo que as federais foram sábias e quando tentam desmanchar esse negócio. Quer dizer, olha pra a situação brasileira de

uma maneira real, quer dizer, o que você tem no Brasil? Tem no Brasil uma maioria de pessoas de filhos e meninos que não têm oportunidades de entrar nas escolas e universidades boas. Onde é que estão esses meninos? Esses meninos estão na escola pública. Então, se vai fazer uma política de justiça social, onde é que vai se buscar esses meninos? Na escola pública. E, a partir daí você faz uma conciliação com o MN. [...] Eu achei sábia demais essa solução. É lógico que alguém de fora pode chegar e dizer assim “o Brasil é sempre jeitinho, ao invés de ter uma política pra negro...” Não é uma questão de jeitinho, é uma questão de realidade mesmo social e política.

De fato, a ação afirmativa carrega amplitude, e tem espaços para diferentes interpretações (HERINGER, 2006). Essas iniciativas, sejam elas tomadas pelo Brasil, nos EUA, na África do Sul ou na Malásia, envolvem outros aspectos da inclusão cultural e socioeconômica de grupos discriminados que são maiores que a simples inclusão no sistema universitário, por mais importante que ela seja (ZONINSEIN; FERES Jr., 2006). Poderíamos aqui nos aprofundar em vários conceitos possíveis dada a amplitude da ação afirmativa, mas esse serviço já foi feito por alguns pesquisadores, principalmente na tentativa de informar o que poderia acontecer ao país se adotássemos ou não essa medida reparadora.

O que nos interessa, no entanto, é a espetacularização da política, quanto se tem o viés racial, diante da produção de conhecimento. Longe da pretensão de abarcar todo o diálogo trazido pelos inúmeros autores que debatem o tema, cabe refletir que, diante dos 16 anos de implementação, há uma descontinuidade de discursos e linhas de pensamento intrigantes bastando retornar a algumas produções atuais. Nesse contexto questiona-se: por que as previsões feitas para as ações afirmativas não são debatidas ou revisitadas depois de tantos anos de sua implementação?

Os antirracismos neste momento de contabilizar os passos dados possibilitam um momento de denúncias do qual a consciência impede de discordar. E, essa mesma consciência chama a obrigatoriedade de não compactuar com a manutenção do problema da exclusão. Ao nos depararmos com as subjetividades de dados e estatísticos (que são evidentemente claros) a provocação aparece no que o “corporativismo” citado por Antônio Sergio, represente no momento crucial da discussão.

Peter termina dizendo que não mudou de posição, porém está mais otimista. “Eu acho que o Brasil, como sociedade, é muito mais forte que as leis. Eu prefiro pensar

assim. Para não morrer muito ranzinzo. Nós somos maiores que nossos políticos, espero.” José Jorge diz que “nunca houve uma polêmica análoga” como essa na universidade;

Mas que ainda tem muito trabalho ainda. As ciências sociais têm algo mais grave na história das cotas. Em grande medida elas produziram. Elas justificaram a exclusão social ao longo do século. Então, elas são responsáveis. Elas são parte do problema, não sendo só parte da solução. Inúmeros autores que não falaram da exclusão racial no seu próprio meio. Deram respostas genéricas. Ou seja, as ciências sociais foram cúmplices demais com a exclusão. Aí quando vem a proposta não fomos unidos, e isso teria ajudado a avançar. Mas não, rachou. Sendo que a metade dos nossos colegas estavam nos jornais e na televisão dizendo coisas contra. Então confundiu ainda mais...

Ou seja, três figuras emblemáticas para o processo, formando um tripé interpretativo para olhar a política de cotas em tempos atuais. Chama a atenção que as entrevistas que norteiam esta pesquisa venham de nada menos que três homens brancos. Cabe, no entanto, lembrar que à época o discurso sobre as cotas era produzido expressivamente por um reflexo da academia brasileira, composta, majoritariamente, pelos mesmos. Ainda que pesquisadores negros produzissem sobre o assunto e o MN debatesse essa questão, estes autores tiveram centralidade nos debates sobre as cotas e se disponibilizaram a participar da pesquisa. Indiscutivelmente, era preciso um olhar negro, mas, esse olhar em tempos atrás, além de escasso, na era protagonizado na questão. A crítica que faço é exatamente termos como preceitos os mesmos “olhares” em que se tornam normativos, inclusive, a questão negra. Agradeço ao acesso de informações ricas que me forneceram esses autores e, que de fato, me possibilitaram ver como os lugares se movem e como essa cíclica relação está afrontando e afrontará ainda mais tais o espaço e o tempo.

Diante as posições de persistências percebo que há, indiscutivelmente, *a mestiçagem/ miscigenação ainda como um grande desafio para interpretar a nossa identidade nacional*. Podemos dizer que, existe algo em comum em todas as perspectivas apresentadas: em todas elas a branquitude é uma referência paradigmática de rejeição. Não somente como algo tão latente como a cor da pele, mas também a cultura e a existência da sua influencia no discurso racial. Além disso, em razão ao avanço do discurso da mestiçagem no decorrer do tempo, ser pardo também tornou-se o

principal marcador de ascendência africana e status não-branco. Como na negritude, a categoria parda também foi claramente diferenciada da brancura e impôs importantes debates sociais aos seus membros. E, como esclarecem várias pesquisas (IBGE, Ipea, entre outros) no maior país da América Latina, os pardos sofrem barreiras sociais e discriminação muito similares, tanto em grau quanto em tipo, àquelas sofridas pelos pretos. Não obstante, é sabido pela maioria dos pesquisadores que seu significado não é universal, mas apesar disso ainda atribuem valores, que escondem as impossibilidades de grupos negros a se pensarem frente aos constrangimentos vivenciados em sociedades racionalmente estruturadas.

Reconheço que as relações de negros e brancos não são as mesmas em todos os lugares e as construções destas categorias, podem ser variáveis. Neste sentido, é mais que importante evitar interpretações monolíticas e introduzir elementos sobre o debate e sobre a descolonização do olhar do pesquisador. Vários fatores pesam tanto para os pesquisadores negros, entre os quais se encontram em ideais de negritude, como para pesquisadores brancos que, afinal, são historicamente, a grande maioria dos cientistas sociais no Brasil e no resto da América Latina.

É necessário ter a consciência de que certos intercâmbios são desiguais. O olhar estrangeiro, por exemplo, é historicamente o “olhar do fascínio” (SANSONE, 2007). É preciso definir que as pesquisas comparativas sobre os sistemas de relações raciais sejam retomadas, considerando os vários aspectos para além desse fascínio. Esse desequilíbrio nos intercâmbios reforça a tendência de interpretar as relações raciais em outras sociedades segundo categorias, perspectivas e agendas do país de origem do pesquisador (SANSONE, 2007). Essas posturas acabam negando que negritude possa existir no plural. Essa “curiosidade” acaba forjando uma realidade nova a luz de ideais colonizadores que os permitem fantasiarem em cima da realidade brasileira. Logo, numa sociedade em que privilegia tanto esses espectros colonizadores de elogio a mestiçagem, não é de se espantar que tantas pessoas ainda tenham dificuldade de entender o que significa ser negro.

Antes de tentar definir a negritude concluo é necessário termos em mente que ser branco no Brasil também representa uma categoria complexa. Contudo, todos se veem seduzidos por problematizar o racismo através da categoria do negro nos estudos de relações raciais brasileiras. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco

e não abordam sua herança na escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios. Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebiam o seu grupo racial, implicados num processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. O negro fora de lugar. Isso pode significar um estar fora de lugar, isto é, ocupando o lugar que o branco considera exclusivamente dele, foi escolhido como alvo preferencial de análises depreciativas nos estudos sobre branqueamento. Crendo assim que é importante destacar a reflexão imprescindível sobre o lugar de onde fala o estudioso, do lugar de onde ele parte para fazer as análises que poderão orientar concepções e práticas de diversos atores sociais.

Os argumentos de fundamentos biológicos é o grande contrassenso do discurso da política de cotas. O racismo não nasceu com a ciência, mas sim se utilizou dela para ganhar mais legitimidade (SILVÉRIO E MEDEIROS,2016). Trata-se indiscutivelmente, de uma construção política predeterminada. A partir da Conferência de Durban, em 2001, os ativistas negros da América Latina consentiram o uso do termo afrodescendente para identificar a população da diáspora africana nas Américas. “Afrodescendente” foi assumido como categoria de auto-identificação e de pronunciamento político, já que a categoria “negro”, para militância, representava algo coligado a ideologias “colonializadas”. Desse modo, a Conferência trouxe uma importante reflexão sobre a ideia de reparação, gerando conexão com processos transnacionais e espaços de identificação diaspórica. Mas quando, no Brasil a questão é colocada em foco nas políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo (MUNANGA, 2004) Mas, em uma definição objetiva, essas categorias representa a junção de dois adjetivos pátrios (África²³ e Brasil). Recorre-se à junção da África como um recurso de transição para a nossa forma “melhor” do que se dizer negro. Exemplificando, neste processo defesas que argumentam que a ação afirmativa racializaria a nossa sociedade, hifenizaram o negro, tornando a miscigenação um lugar mais aceitável e, o conceito entra em jogo para na busca da unidade com os mestiços (MUNAGA, 2004).

²³ Sabemos que África e Brasil, geograficamente, não representam o mesmo lugar em definição. Mas trago a África negra dado a não necessidade de definirmos devido ao processo de escravidão ter sido em varias partes no continente.

O espírito universalista na qual se inscrevia a Constituição de 1988 proporciona avanços, contudo alguns estudos²⁴ demonstram que as próprias concepções de cunho universalistas esbarram na existência do racismo e do preconceito (THEODORO, 2010). O que se intenta aqui demonstrar é que, no caso brasileiro, as políticas sociais clássicas parecem ter atingido em certo limite. Esse limite seria o racismo e sua incontestável presença. Racismo esse que suscitam o despreparo de profissionais, em todos os seguimentos das políticas públicas, para lidar com a realidade racial brasileira. As ações afirmativas e/ou políticas focalizadas entram como um complemento às políticas, aos programas e às ações universalistas. Então, a nossa ação afirmativa entra no objetivo de promover à igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, dando ênfase à população negra.

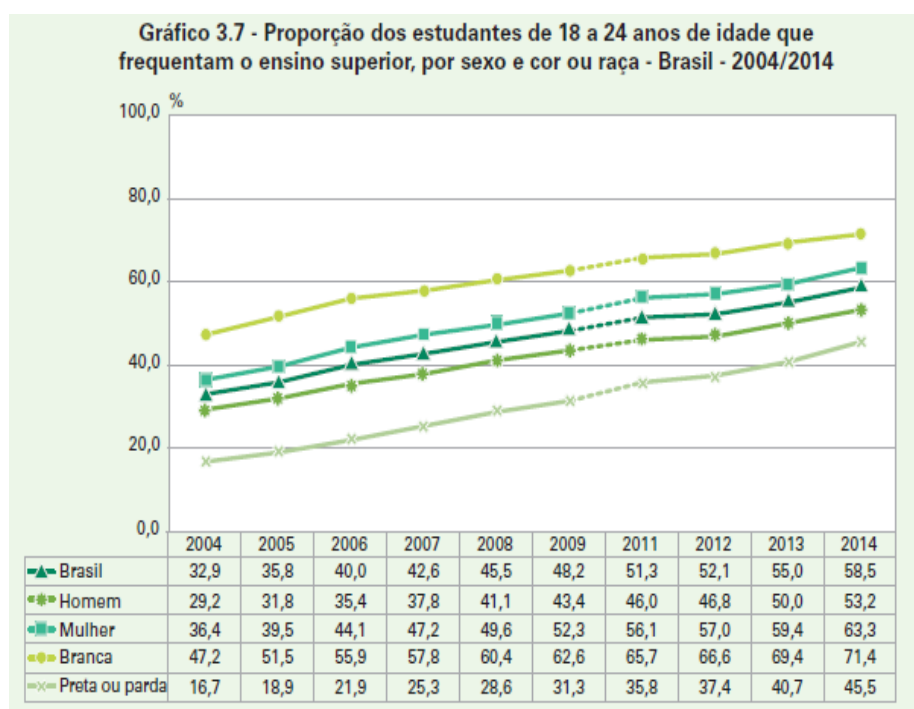
Em Silvério e Medeiros (2016) a forma e o conteúdo do debate sobre cotas nas universidades públicas brasileiras traz uma demonstração clara de que a ciência e a experiência não caminham conjuntamente e nem mesma direção. Quando se trata de relações de poder em formações sociais, desenvolvem contextos nacionais, pós-coloniais, multiétnico/multirraciais por uma virtude do modelo de colonização. Então, suas observações nos ajudam a fundamentar o universo simbólico nacional e interpretar os termos em que o debate se pôs nesse país. Proponho então, uma reflexão e essas percepções através dos lugares do sujeito e do objeto de pesquisa.

²⁴ Ver mais em: THEODORO, Mário. *Desenvolvimento, equidade e questão racial*. ONG Criola, 2010.

CAPÍTULO II

LUGAR DE ANUNCIAÇÃO: UMA QUESTÃO ESSENCIAL

Na última década os indicadores sociais referentes ao ensino superior e médio demonstram mudanças significativas em relação ao acesso ao ensino médio e superior desse país, conforme dados sistematizados pelo IBGE.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Inclusive mestrado e doutorado.

2. Não houve pesquisa em 2010.

De acordo com esses dados²⁵ em 2004, temos aproximadamente, 16,7% de jovens negros adentrando a universidade, já em 2014, esse número salta para 45,5%. Outros indicadores são também curiosamente alterados, como por exemplo, de mulheres e de homens brancos. Isso, claro, devido a outras políticas públicas e, com o advento das Cotas Sociais que é oficial em 2012. Indiscutivelmente, as cotas raciais

²⁵ Informações obtidas em *Sínteses de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/ IBGE, Coordenação de população e Indicadores Sociais*. Ver mais em: <file:///C:/Users/windows%207/Google%20Drive/Projeto/Primeiro%20capitulo/liv95011.pdf>

entram para o círculo do Ensino Superior trazendo outras questões e transformando para além da concepção da política dita racializada.

Nesse momento temos a Lei de Cotas²⁶ que representa um avanço considerável de uma política focal. Incontestavelmente, esta Lei propõe a sonhada universalização das Universidades e a obrigatoriedade se estende para além da autonomia universitária. Aquelas instituições que se negavam a adotá-las são intimadas a reservar 50% de vagas para estudantes egressos de escolas públicas.

Entretanto, o que suas cláusulas representariam para estudantes negros, pardos e indígenas, a partir do momento que ela é reeditada? O critério de prioridade passará a ser o de renda e o critério racial aparece após essa relação (CARVALHO, 2016). Ou seja, muda-se a agenda e assim, essa supressão da precedência racial é embargada e a construção e a prática de uma reciprocidade para o ambiente universitário brasileiro passam a ter outro caminho.

Isso nos faz perceber o significado oscilante da ação afirmativa no Brasil. O seu debate traz a discussão sobre a desigualdade social expressada no cotidiano e, por sua vez, o que rege essa desigualdade que é a crença em uma democracia racial como símbolo da identidade nacional, ao mesmo tempo em que deixa nas margens a discussão sobre a representatividade do espaço do negro. A questão é consideravelmente complexa, sendo que, os estigmas estão sempre reiterando. Nesse novo contexto de maior acessibilidade, seria possível partir do pressuposto de que uma efetiva democracia racial seria estabelecida, entretanto, mecanismos são sempre acionados para dizer que não podemos vislumbrar tamanho feito. Como uma construção ideológica, constitui-se um sistema que, por meio ainda dos estereótipos, tende a reforçar posições. Trago essa perspectiva na tentativa de demonstrar o meu lugar deste debate que, embora possa parecer para alguns interpretados falacioso ou até mesmo inocente para as relações ditas como intercambiáveis no ambiente acadêmico, corrobora para entendermos a existência de uma realidade que será descrita no intuito de demonstrar que é preciso olhar as cotas numa ótica negra que é de fato, o maior estruturante da questão e, neste capítulo tentarei discutir esse lugar.

²⁶ Lei de Cotas de nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, sancionada pela Presidente da República no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e regulamentada para sua aplicação pela Portaria Normativa nº18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação.

2.1- Negro entre aspas: a diferença da fala daquele do nome de quem fala

Analisando a *Revista Horizonte Antropológicos*, 2005, negro aparece constantemente entre aspas e, que na categoria branco seria praticamente inexistente, inclusive nas discussões pouco se mencionam falar “branco”:

“A candidata Ana Paula Leão Paim, a princípio na dúvida sobre se se declararia “negra”, foi convencida pelo argumento da mãe, que lhe disse que sua “tataravó era escrava”. (MAIO; SANTOS, 2005)

“Conforme divulgado pela imprensa, de modo a ser inclusiva, decidiu-se que bastava que um dos membros identificasse o candidato como “negro” para que ele fosse certificado como tal pela comissão. Assim, menos que papéis diferenciados, os diversos membros da comissão tiveram suas atuações equacionadas em um mesmo plano, com as diversas vozes com igual “poder” de atribuição ou negação da “identidade negra” a um determinado indivíduo.”(MAIO, SANTOS, 2005)

“As especificações a serem seguidas não eram muito claras, mas os indivíduos fotografados deveriam ser confirmados ou não como “negros” a partir de características físicas como cor da pele, textura do cabelo e formato do nariz.” (MAIO; SANTOS, 2005)

“Já a UnB, além de ser a primeira universidade federal a adotar o programa, estabeleceu critérios adicionais à autodeclaração para definir os beneficiários, ou seja, quem seriam os “negros”. (MAIO, SANTOS, 2005)

“Apesar de todas elas terem estabelecido cotas de admissão para “negros”, apenas a UnB entendeu por “negros” os portadores de características físicas objetivas, sujeitas a serem comprovadas por investigação administrativa, criminal ou científica”. (GUIMARÃES, 2005)

“Assim, devemos de agora em diante aprender com esses cientistas sociais que “negro” é aquele que tem “lábios grossos, nariz chato e cabelo pixaim” e, é claro, tom de pele “preta”!” (AZEVEDO, 2005)

“O sonho diferencialista projeta um futuro no qual 1) “mestiços” e “pardos” se conscientizariam de sua hipodescendência

essencial e “negros”, “índios”, etc. saíam do armário, englobando outras possíveis autodefinições; 2) nessa divisão surgiria uma radical conscientização sobre as culturas arrefecidas na diáspora das identidades, onde as diferenças finalmente seriam reconhecidas; 3) finalmente o Estado contemplaria as necessidades diferenciadas em termos de inclusão, através de uma racialização objetiva da população, introduzindo a equidade entre as raças como única forma de, supostamente, implantar uma cidadania não realizada na agenda liberal. (LEWGOY, 2005)

Reitero que a legitimidade das comissões de verificação não está no que considero como conveniente, até mesmo porque daria para problematizar outras questões que fogem ao escopo desta pesquisa. Mas, torna-se interessante a guerra de sentidos. Podemos dizer que, qualquer que seja a política pública, ela estará sujeita a objeções e contrariedades e, é neste jogo que percebemos as entrelinhas do discurso. É evidente que negro aparece com outras frequências sem aspas, entretanto, impressiona a atrelagem destas aspas a identidade. Identificar-se negro não é só um dilema, como é parte de um problema. Visto que os processos de constrangimento estão nas pessoas brancas, o dizer negro representa na verdade, a dificuldade ao comprometimento moral com o racismo.

Uma questão para além da noção da democracia racial está na maneira social que ela ainda nos representa. Beatriz Nascimento, em um ensaio publicado em 1977, traz um interessante diálogo que teve com um jovem baiano, em Salvador, um dito “chefe de família” que tentava convencê-la de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrou-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao seu exemplo, mostrando os seus dois filhos pequenos, ambos “mulatos”, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: “Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro” e depois conclui: “Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos”.

O debate sobre as políticas de ações afirmativas para a população negra acendeu uma controvérsia acerca da maneira pela qual o negro foi sendo incorporado no moderno projeto de Estado-nação. Indiscutivelmente, a virada do milênio representa um período singular nas relações raciais brasileiras. Estamos falando de uma espécie de discussão que exprimiu várias plataformas de pensamentos. É evidente que ao confrontarmos legitimidades, estamos confrontando diversas possibilidades para as estruturas dos conceitos. O próprio mito da democracia racial foi posto a serviço, ou

seja, o ideário mítico da mestiçagem foi utilizado como um produto da fusão das três raças originárias formadora do povo brasileiro, como instrumento mobilizador de identidade.

A bibliografia sobre relações raciais no Brasil, basicamente estrangeira, está permeada de exemplos nos quais se demonstra que a negação do preconceito racial, antes de constituir a reflexão consciente de nossa situação, traduz certa urgência de aliviar os possíveis conflitos decorrentes do confronto de poder entre as etnias que formam nossa sociedade (NASCIMENTO, 1977). Tal receio criou uma autoimagem do sistema de relações raciais brasileiros como sendo uma “democracia racial” (obviamente as aspas como recurso da crítica). Enquanto que nos Estados Unidos deuse o inverso, seria pertinente perguntarmos qual a cotação do reconhecimento da nossa pessoa moral entre a atual sociedade brasileira. A atitude de complacência, quando não de aversão em relação à nossa participação no seio da comunidade nacional (condições visíveis na obra de Gilberto Freyre e na ideologia de democracia racial), remete-nos ao passado, onde à nódoa da escravidão foi vinculado o nosso destino de grupo, como sendo uma nódoa nacional (NASCIMENTO, 1977).

Clóvis Moura (1977) falava disso como um dilema axiológico: “precisamos tentar descobrir as causas sociais, econômicas e culturais que criaram esse estereótipo” (MOURA, 1977). Desse negro que foi expulso, não só do centro de produção material, mas também, expulso da camada que produz as ideias e a cultura tradicional, na qual é formulada dentro de valores de uma classe social dominante. Traz então, dois tipos de negro: o *contestador* e o *marginalizado*, sendo assim exemplos típicos de maus cidadãos. O primeiro, porque não aceita permanecer como parte passiva no processo de transformação social e, o segundo, porque não encontrou possibilidades de ascender socialmente, em consequência de uma série de barragens institucionalizadas ou indiretas que lhe foram impostas pelas estruturas de poder e classes interessadas na sua exploração, desde a Abolição. Em contrapartida, o estabelecimento desses “ideal-tipos” reflete a essência contraditória dos valores das sociedades capitalistas brasileira.

Gomes e Paixão (2008) afirmam que as narrativas que constituíram o processo de ação afirmativa os vários argumentos, como o comprometimento do princípio do mérito para o acesso a universidade e a cargos públicos via concursos estavam permeadas pelo medo da desestabilidade da unidade e da identidade nacional. Essas

narrativas estimulam-nos a refletir sobre os seus significados no cotidiano da população brasileira em pleno século XXI. Desde o século XIX, viajantes estrangeiros chamavam atenção para a miscigenação, principalmente em cidades como Rio de Janeiro e Salvador. Mesmo os abolicionistas norte-americanos, na década de 1840, pontuavam a sua propaganda antiescravista com a reafirmação da crueldade da escravidão nos EUA, à diferença do suposto paternalismo senhorial e das relações harmoniosas entre brancos e negros no Brasil. Sob a imagem idealizada, porém, definiam-se hierarquias sociais com base na raça, na cor e na origem social, correspondentes a posições de classe e prestígio, bem como possibilidades de mobilidade social. Na engenharia da identidade nacional brasileira, definiu-se um lugar para o negro (nesse sentido, inventou-se o “negro”): um lugar de subordinação. (GOMES; PAIXÃO, 2008).

A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento (2002) diz haver benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil e, este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra. Não é por coincidência o fato de que os estudos se refiram ao “problema do negro brasileiro”, sendo, portanto, sempre unilaterais. Nega-se a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o "negro" aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata.

O corpo negro não está apenas sendo lançado neste espaço social, ele interage interferindo e sendo interferido pelo contexto. Uma espécie de composto que vive em constante busca pelo equilíbrio entre várias forças. Esse ser negro em sua ascendência virá à cena se expondo e se transformando em texto para o discurso que enuncia e anuncia. O negro brasileiro, que além de vindo de uma situação inicial de escravo, pertence a uma etnia que possui uma determinada *marca*, segundo os seus padrões brancos, o problema se agrava e surge, em consequência, a uma série de barragens e razões justificatórias, capazes de impedir a sua ascensão social massiva. Desta forma, valores etnocêntricos das classes dominantes representam uma redoma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores.

A sociedade híbrida de Freyre teria tido a capacidade de operar uma síntese cultural “não conflituosa”, o que teria permitido, por sua vez, a permanência dos códigos sociais com o mínimo de rugas (SILVÉRIO; MEDEIROS, 2016). Ao propor a (des) naturalização desse processo, as cotas acabariam por irromper a normativa nacional elaborada por uma categoria racial dominante que, mesmo em nós negros estando diante da obviedade do racismo, não queremos está dentro desta engendra que nos subalterniza. A fala do rapaz baiano citado por Beatriz (1977) nada mais é do que a difusão dos ideais racistas que nos impõe. O que está posto na contemporaneidade é o medo dessa reversão e a forma em que ela representaria para “jugo” desta sociedade representativamente excludente.

Ao realizar esse trabalho, emprego o termo “negro entre aspas” que acadêmicos usam para designar os cotistas. Percebo esse recurso como um sentimento antinegro, em que ao adotarem uma identidade multirracial, como a de mulato e a de mestiço, um contraponto a identidade nacional. Estendendo-se ao contexto latino americano, a negação do racismo é tão grande que mesmo sua expressão generalizada e a disseminação do discurso racista são visto como algo irrelevante. Hernandez (2017) traz o termo “negro” e sua amplitude depreciativa no contexto latino americano. Além dos estereótipos comuns acerca dos negros na América Latina em que cada país desenvolveu seu próprio subconjunto de termos depreciativos para se referir aos negros e à negritude e, apesar das diferenças regionais da demografia racial e do predomínio da questão racial da expressão do discurso da miscigenação, em toda a América Latina existe uma realidade antinegra em comum. Como exemplo, a discussão da possibilidade de ação afirmativas no trabalho colombiano e um observador destacar que “ Isso seria como comprar uma passagem para um conflito que não conhecemos” (Hernandez, apud GALLO ROJAS, 2009). Na mesma esteira, a relação dos brasileiros com o uso de ações afirmativas em algumas universidades denuncia como uma nação que substituirá a sua democracia racial com a dicotomia estadunidense poderar transformar toda essa suposta relação pacífica em uma guerra racial.

Na realidade brasileira, não somos a África do Sul com a *apartheid* e nem os Estados Unidos com a “gota de sangue única”, mas somos os que mais matam negros de forma quase que institucionalizada²⁷. Ou seja, a segregação no Brasil não existe porque

²⁷ Ver mais em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 09 de fevereiro 2017.

não a nomeamos ou porque previamente não temos a coragem de assumi-la? As cotas não só desafia aos “olhos da sociedade” enxergar para além do mito da democracia racial (para a existência de uma classificação racial que nos exclui) como incentiva a perceber que o racismo vigente não é uma parábola negra, mas sim, branca. Acredito que diante da trajetória negra dentro da política de cotas, apesar de camuflar desigualdades persistentes, pode ajudar a esclarecer, tanto a discurso complexo dentro da América Latina, como ajuda a esclarecer a complexa realidade racial nos Estados Unidos nos dias de hoje. Podemos tentar olhar as possibilidades positivas do ser negro, sem precisar recorrer às aspas como impossibilidade de não ser em qualquer realidade.

2.2– O “sujeito” e o “objeto” de pesquisa

Linda Alcoff (1991) no artigo “O problema de falar pelos outros” traz uma importante reflexão sobre o dilema que se é articular outras vivências. O reconhecimento deste problema está fundamentado em duas argumentações: Primeiro, tem havido uma consciência crescente de que a fala afeta tanto o significado quanto a verdade do que se diz e assim, que não se pode assumir uma capacidade de transcender sua localização. Em outras palavras, a localização do locutor (que aqui para se referir à sua localização social ou identidade social) terá um impacto epistemicamente significativo sobre as afirmações desse orador e, pode servir tanto para autorizar ou desautorizar o discurso. Devemos finalmente reconhecer que as divergências sistemáticas na localização social entre falantes e aqueles em que estão na posição de falados, terão um efeito significativo sobre o conteúdo do que se é dito. A premissa subentendida aqui é que a localização de um orador é epistemicamente proeminente. A segunda afirmação sustenta que, não só a localização é epistemicamente proeminente, mas como a prática de pessoas privilegiadas em nome ou por conta de pessoas menos privilegiadas (em muitos casos) no aumento ou reforço da opressão do grupo falado.

Os teóricos são capacitados, em virtude de suas posições acadêmicas, a desenvolver teorias que expressem as idéias, necessidades e objetivos de outros. Contudo, devemos começar a questionar se isso é sempre uma autoridade legítima e, em caso afirmativo, quais são os critérios para essa legitimidade. E quando se trata das cotas, vivemos neste constante paradoxo e, quase sempre sua existência tem entrado em batalhas intermináveis e isso acontece pelo processo de reiteração das mesmas

prerrogativas, destacadas pela autora, em relação a esse outro. O ser negro, historicamente, sempre foi visto como um fenômeno negativado, e por isso, sempre na necessidade de ser explicado.

Para os movimentos negros as histórias do povo negro nas Américas se inscrevem em narrativas que incluem migrações forçadas e travessias, onde as ressonâncias deste processo, de um modo particular, constituem-se em uma das prioridades a serem debatidas. Pereira (2007) de uma forma esquemática, distingue três fases nas relações entre acadêmicos e militantes negros, após a proclamação da República: a primeira foi caracterizada pela total falta de diálogo entre ambos (anos 50). A segunda, pelo estabelecimento de um diálogo, cuja iniciativa coube aos estudiosos brancos (no processo de elaboração de ideias) e, finalmente, a terceira e atual fase em que os acadêmicos e militantes procuram situar-se simetricamente uns em relação aos outros. Mas isso dentro de uma veste de (re) construções identitárias implicando (re) construções político-sociais, entendendo o espaço acadêmico como um lugar incessante luta para assegurar a reprodução e a legitimação de suas necessidades vitais, epistêmicas e materiais.

Uma vez que o colocamos como um problema de representação, vemos que, as práticas de falar para os outros é de fato, estar “falando por mim” (Alcoff, 1991). O que isso significaria para os acadêmicos no debate sobre cotas? Falando por si, acredito que também estejam representando o seu *eu* de certa maneira. Ocupando um lugar de sujeito-posição, em que o problema desta representação estará subjacente, encontrando-se na dualidade do falar por si em nome de outros. Não estou sugerindo que todas essas representações sejam ficcionais, pois reconheço suas origens e efeitos materiais. Mas elas são sempre mediadas pelo poder e pela localização. O problema de falar para os outros é social e, as opções disponíveis para nós são socialmente construídos nas práticas, que não podem ser entendidas simplesmente como os resultados de uma escolha individual autônoma.

Agora, a resposta deste problema de falar pelos outros, está no desafio de reconhecer a legitimidade de olhar a produção deste “outro”. Isto porque, quando as óticas negras se impõem recebem um tipo de tratamento segregado, sendo visto como aquilo que é produzido fora das fronteiras do conhecimento (marginalizado). Por ser considerado o próprio “objeto” seu discurso é quase sempre reduzida a práticas particularistas. Segundo Ângela Figueiredo e Ramón Grosfóguel (2009) isso ocorre devido à soma de diferentes fatores: a geopolítica do conhecimento que tem levado a

minimizar a produção dos intelectuais negros; o funcionamento da cultura acadêmica (*networks*) e do capital social e simbólicos requeridos; e o isolamento do intelectual negro, particularmente, quando ele é politicamente comprometido com o combate às desigualdades raciais e, evidentemente, ao racismo, tal como ele se manifesta em nossa sociedade.

Paul Gilroy (2001) ao lançar a apropriação histórica destaca a tradição como uma ideia que possui um estranho poder hipnótico no discurso político negro. É invocada para sublinhar as continuidades históricas, conversações subculturais, fertilizações cruzadas intertextuais e interculturais, que fazem parecer plausível a noção de uma cultura negra distinta e autoconsciente. Ela fornece um lar temporário no qual se pode encontrar abrigo e consolo diante das forças viciosas que ameaçam a comunidade racial. A afirmação dos movimentos sociais tipifica o melhor desses impulsos revisionistas. A escravidão fica esquecida e a duração da civilização negra anterior à modernidade é invocada em seu lugar.

O principal ponto surge no momento de aferir a produção de conhecimento e na usurpação dos paradigmas nascidos em assuntos sobre relações raciais. Saber quem as produz, na verdade, é saber como cada um conduz os “jogos” epistemológicos que regem as concepções a serem seguidas dentro das teorias raciais. O desafio se estende na hora de destacar o que está dentro do discurso das relações raciais no momento em que vivemos em políticas de cotas. A mestiçagem exige uma função ideológica que opera para descrever as relações raciais latino-americanas, no entanto, entra no paradoxo que encobre os malefícios da discriminação, tanto de quem prática como de quem é vítima, no qual as interpretações proporcionam invisibilidade e sub-representações dentro da sociedade.

De fato, a política de cotas tem trilhado caminhos dentro de suas particularidades e experiências desenvolvidas. A inevitabilidade das ações afirmativas depende igualmente da ampla compreensão de seus mecanismos, associadas à instrumentalização histórica, tantos no uso e disseminação dos “eventos” (escravidão, diáspora etc.) como considerando o “discurso” e sua eficácia ideológica. Assim, a essências e peculiaridades dita por negras e negros, devem ser o ponto de partida para o debate das relações raciais, não só brasileira, mas também latino-american. Pretendo com essas discurso, conforme a discussão feita no próximo capítulo, trazer as o

problema de se dizer pelo outro através de textos existentes no início de implementação de uma política pública voltada para a população negra e sua importância para a sua entrada na Universidade pública no debate acadêmico brasileiro.

2.3- Raça como um dilema

Uma análise sobre a implementação da política de cotas requer olharmos para as construções simbólicas da escravidão, do racismo e da exclusão social que se estabeleceram e, das consequências políticas, econômicas, sociais e culturais da colonização que ainda persistem. Parto, então, de uma convicção clara da existência de um eurocentrismo epistêmico, que atua como uma plataforma de produção de pensamento. Se, por exemplo, buscarmos uma definição mais ilustrativa da categoria raça, essa seria a definição encontrada: *raça: [Do it. razza.]S.f. Conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo, etc. são semelhantes e se transmitem pela hereditariedade, embora variem de indivíduos para indivíduos* (AURÉLIO, 2010). Há outras definições, mas acredito que a primeira foi suficiente para explicar o que o conceito ainda representa. A questão é que, embora o debate sobre o termo tenha uma trajetória diversificada, há várias considerações baseadas na ideia de raça como fenótipo.

O conceito da decolonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005) demonstra de que modo raça se origina a partir de referências às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. O argumento de que essas supostas estruturas biológicas resultavam em diferenças entre esses grupos está na formação de relações sociais fundadas nas identidades sociais entre índios, negros e mestiços, além de redefinir outras. Como consequência, uma nova tecnologia refletida no binômio dominação/exploração, e neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005).

Existem diversas discussões sobre raça e vários são os tratamentos em todas as ciências. Só nas Ciências Sociais existem múltiplas codificações reinterpretadas de acordo com os parâmetros que o discurso mobiliza. A indeterminação dentro das ciências sociais possibilita abertura para várias interpretações ou como diria Ellis Cashmore (2000) em seu *Dicionário de relações étnicas e raciais*, o vocábulo é também polissêmico, com seus vários sentidos adquiridos ao longo da história do debate sobre as relações raciais.

“Raça” é uma categoria com *significante* variável que se manifesta de distintas formas para diferentes pessoas em diversos lugares na história e desafia as elucidações determinantes dentro e fora de vários contextos específicos. Ou seja, a maneira pela qual o *significante* “raça” é decodificado e lido pelos sujeitos é conhecido pelo *significado* e isso, mais uma vez, só é possível pelo uso das regras do discurso.

Wade (2000) traz um aporte sobre o conceito de raça e etnicidade dentro do aporte teórico das ciências sociais latino-americanas. Examina esses conceitos em seus contextos históricos e propõe que nos direcionemos para a urgência de considerar que esses conceitos fazem parte do que ele chama de empresa de conhecimento, na qual se constitui dentro das relações de poder. Argumentos para negro em uma identificação racial e, indígena como étnica para o autor não são tão claras para definir o debate na região. Latino-américa se caracteriza por ter um racismo profundo e, devemos considerar que o contexto social dado de forma particular não deve ser o aporte para definimos os conceitos tornando suas definições relativistas. O fato é que a busca pela verdade gera uma dinâmica que, quando fatos novos ou novas combinações de fatos se contrastam com formas estabelecidas de pensar sobre certas series de fatos, se produz um ambiente de constante cambio. Entretanto, essas normas ditas como legítimas quando se mesclam tende a ser enquadradas muitas vezes como relatos equivocados. Raça, por exemplo, entra no século XX em um período de trocas e contradições, em que os seus significados entram numa conjuntura de grandes variações. A construção social das categorias raciais pode ilustrar-se mediante aos reconhecidos contrastes entre norte-américa e latino-américa e, essas diferenças e similaridades surgidas nesse nessas disparidades serão essenciais para entender o processo de vanguardismo brasileiro (Hernández, 2017) no contexto latino-americano.

Para Silvério e Medeiros (2016) as distinções variavam dentre as perspectivas antropológicas e sociológicas. E é inegável a existência conflituosa de conceitos de raça na Antropologia e Sociologia, dentro das vertentes de produção de conhecimento. Uma parte das contribuições evidencia a importância da miscigenação, considerando-a um o fato social tão relevante socialmente que acredita ter impacto no fato de que o Brasil privilegia o meio termo e a ambiguidade como valor. A outra parte, de caráter mais sociológico, destaca o impacto de conexões com o Atlântico Negro, em conjunto com outros movimentos internos relacionados à questão racial, como a construção da

categoria negro (pretos + pardos) e a luta pela criminalização do racismo. Embora pareçam um tanto taxativas, temos concepções dentro dessa dicotomia.

No período de efetivação das cotas no Brasil, o termo “raça” foi revelado como um conceito cheio de disputas, polêmicas e contestações. É claro que, historicamente no Brasil, raça passa por diversas questões complexas, o que impacta a aferição de desigualdades sociais, especialmente ao considerarmos que fomos ludibriados pelo discurso da democracia racial. Problematizar o conceito serviu, diga-se de passagem, para desestabilizar as bases intelectuais sobre quais repousaram alguns discursos sobre “raça” por muito tempo. Apesar de o conceito ter sido erigido a partir de perspectivas resultantes de períodos que, anteriormente, reforçavam a supremacia branca, este passa a ter de considerar as contribuições dos períodos de luta antirracista, que propuseram novos significados ao conceito e que podem ser observados no discurso político negro.

Antônio Sérgio Guimarães (2002) constata que, ao pensarmos no Brasil contemporâneo, caímos em duas armadilhas sociológicas. A primeira estaria na relação dos conceitos de raça e classe. No Brasil, estes não poderiam ser uma referência exata a uma identidade social ou a um grupo relativamente estável, cujas fronteiras sejam marcadas por formas diversas de discriminação. Afinal, é esse o sentido do dito popular de que a discriminação é de classe e não de cor. A segunda armadilha sociológica está no fato de que o conceito de “raça” é descartado, como algo imprestável, não podendo ser analiticamente recuperado para pensar as normas que orientam ações sociais concretas. No entanto, esta perspectiva ignora, que as discriminações a que estejam sujeitos os negros sejam, de fato, orientadas por crenças raciais.

Neste momento, partirei da concepção que se trata de um conceito, ou seja, “raça” torna-se uma categoria de construção sociológica e que, por esse motivo, sofre variações de acordo com a realidade histórica em que for utilizada (BERNARDINO, 2004). Dentro desta variante que é “raça” e dos confrontos possíveis de sua ação, tentarei pontuá-las no período de execução das cotas. Sem dúvida alguma, a cooptação do político, do cultural e do social para conduzir a permanente tensão entre as diversas forças sociais, foi e será um ponto de acepção deste capítulo.

Entramos em infundáveis definições dessa categoria e da sua histórica forma de manipulação notoriamente percebida. Ao longo do debate, este conceito esteve no centro, brotando como uma grande afluência no debate no período. Sendo o Brasil a

principal entrada de negros africanos escravizados, declarações de diversos setores da sociedade surgem para tentar descrever as consequências de uma política que “privilegie” um determinado grupo étnico. São expressividades que ao serem correlacionadas passam a ser vistas, manipuladas e convertidas em simbologias no processo de implementação da política de cotas, carregando um caráter fortemente polarizado (igualdade X diversidade; identidade nacional X identificação racial; democracia universal X reconhecimento étnico/racial; raça X social). Embora seja sabido que quando partimos para uma definição literal, “raça” compartilha de particularidades que demarcam atributos biológicos, as opiniões sobre aquilo que o termo transfigura nas suas diversas percepções e formas das denominações têm impacto sobre a definição de uma identidade social brasileira.

2.4- Ciências sociais e relações raciais

Em anos recentes surgiu uma profusão de estudos sobre a instituição da escravidão e o papel dos africanos e seus descendentes na América. Há, de forma reconhecida, uma impressionante produção de novos e significativos estudos sobre escravidão negra na América Latina e Caribe. No contexto latino-americano, é possível perceber que a questão étnica e racial ocupa cada vez mais as agendas de pesquisadores. Emergiu em profusão estudos sobre os papéis dos negros na sociedade colonial e na sociedade nacional nascente do México, Colômbia, Peru, Nicarágua, Venezuela, Costa Rica entre vários outros (KLEIN; VINSON II, 2015). Parto para o que acredito ser uma tradição teórica consistente na América Latina, como indicam as obras de José Carlos Mariátegui e Aníbal Quijano Enrique dossel, entre muitos. Como no Caribe, há uma produção de grande relevância de se desenvolveu a partir do lugar do negro na formação do sistema mundo moderno-colonial, como Aymée Cesaire (Discurso sobre o colonialismo, 1955) e Franz Fanon (Pele negra, máscaras brancas, 1952; Os condenados da terra, 1961 entre outros). Entretanto, no que toca especificamente a reprodução deste conhecimento notamos que o tema se torna rarefeito a partir do momento que se institucionaliza nas universidades brasileiras. As apreensões em tempos atuais nas “disciplinas acadêmicas” ainda pertencem a uma raiz muito forte na universidade ocidental moderna.

Maldonado-Torres (2016) traz a universidade ocidental como uma instituição com transformações relativamente lentas em que baseia sua legitimidade em processos históricos de alta envergadura e longa duração. Um dos seus argumentos mais amplos é o de que a universidade ocidental e as disciplinas acadêmicas não só refletem a formação do mundo dividido pela linha secular entre o chamado religioso e o âmbito público e do Estado-nação, senão que também refletem o que pode ser chamado, seguindo W. E. B. Du Bois, uma “linha de cor”, também de larga duração, entre o mundo europeu tipicamente aludido pela categoria de *humanitas* e pelas humanidades e o mundo de comunidades colonizadas e desumanizadas tipicamente aludidas com o conceito de *anthropos*. (MALDONADO-TORRES, 2016)

Vistas desde a abertura epistêmica (acreditando ser através pós-coloniais e decoloniais) dos estudos étnicos, as ciências modernas ocidentais aparecem como forjadas por uma linha divisória epistemológica, a qual é também uma linha que ajuda a estruturar a esfera do poder e a produção de sentido entre o que se considera como secular e o que se entende como religião. Da mesma forma e, simultaneamente, essas ciências jogam um papel crucial na criação e manutenção de uma linha de diferenciação ontológica entre *a zona do ser e a zona do não ser*.

A linha secular corresponderia ao “fato do pluralismo” e a linha ontológica responderia ao “fato da desigualdade humana” tal e qual foi tematizado no contexto da expansão imperial moderna europeia. O “fato da desigualdade humana” é uma forma de expressar o convencimento de europeus acerca de seu pertencimento a um modelo superior de humanidade do qual outros sujeitos e comunidades inferiores não participam. Este “fato” faz com que a colonização do não europeu suponha não somente a exploração, senão também a desumanização dos colonizados, o que cria um novo fato que começa a se cristalizar sobre todo colonizado: “o fato da desumanização”. Os estudos étnicos surgem como resposta crítica ao “fato da desumanização” e para isso o identificam com o conceito da linha de cor, a qual se pode entender como a linha ontológica moderno-colonial. (MALDONADO-TORRES, 2016). Visto desta perspectiva, o autor destaca que o problema principal criado pela Modernidade não é o repto que a tecnologia coloca às formas em que se desvela o Ser, senão as formas em que o Ser no mundo moderno e a tecnologia suscitam a indiferença diante da produção da zona do não ser, ou a participação ativa e efetiva em sua criação ou reprodução.

Grosfóguel (2016) apresenta observações acerca das estruturas epistêmicas contemporâneas nas quais se baseiam em homens ocidentais de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália) e que esse provincianismo acaba transformando-se em um discurso disfarçado de “universalidade”. E assim, essas teorias sociais, baseadas nas experiências sócio-históricas dos cinco países, constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje, formando o que o autor chama de privilégio e inferioridade epistêmica como lado da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico, na qual uma face se considera superior e a outra inferior.

As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo. A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade”, entendida como “neutralidade”, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas (GROSFÓGUEL, 2016).

Interessante seu pensamento diante “penso, logo existo” de Descartes. No qual se associa a “conquisto, logo existo”. Não há condição inerente e necessária para derivar do “conquisto, logo existo” o “universalismo idólatra” (a visão dos olhos de Deus), nem o “racismo/sexismo epistêmico” (a inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos ou não heterossexuais) do “penso, logo existo”. O que conecta o “conquisto, logo existo” (Ego conquiro) com o idolátrico “penso, logo existo” (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (Ego extermino) (Grosfoguel, 2016). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O Ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o Ego coquiro e o Ego cogito.

O Brasil, em decorrência dos projetos de ações afirmativas em curso nas universidades públicas do país desde o início desse milênio, depara-se com a

possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento, mas também na busca de soluções para os problemas que enfrentamos. A partir deste locus epistêmico, podemos construir um pensamento decolonial em âmbito nacional, assim como podemos construir um diálogo intercultural com outros sujeitos que vivenciam processos de subordinação no sul global. (Grosfóguet; Joaze, 2016).

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, em *Lugar de negro*, publicado em 1982, constataam que as relações raciais acadêmicas no Brasil tiveram a sua formulação básica em cima das acepções de Gilberto Freire, em 1930. E a consequência principal estaria na ausência de preconceito como uma ideia e discriminações raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negras/os e brancas/os. Apesar da evidência contundente da forte associação entre cor e posição social, estes estudiosos, impressionados pelas diferenças mais notáveis entre os sistemas raciais no Brasil e dos Estados Unidos, desenfatazaram a discriminação racial e efeito social dela ao negro.

Estamos diante de constatações em outro momento do debate, mas que se configura de uma maneira atual, trazendo conclusões como: a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe que de raça; b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; c) estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são mais verbais do que em nível de comportamento e d) outras características tais como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento interpessoal. (Hasenbalg e Gonzalez, 1982). Outra linha enfatizada é a da escola de São Paulo, com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Em linhas gerais, o sistema de relações raciais é focalizado a partir da análise do processo de desagregação do sistema escravista de castas e da constituição de uma sociedade de classes. Há neste, o papel da raça na geração de desigualdades como fenômeno negado, o preconceito racial reduzido a um fenômeno de classe e, a discriminação racial como um resíduo cultural do já distante passado escravista. Estamos ante a uma perspectiva que desconsidera, ou pouco enfatiza, a possibilidade da coexistência entre o racismo e o desenvolvimento capitalista.

Beatriz do Nascimento (1974) em *Por uma história do homem negro* destaca que um dos trabalhos de Florestan Fernandes, que apesar de serem umas das principais

fontes para o estudo do negro no Brasil (São Paulo) aborda o problema do negro do ponto de vista da classe ou da mobilidade social. Este tipo de abordagem, rico em dados, em números, leva a que alguns estudiosos, e mesmos aqueles que buscam somente nestes trabalhos um conhecimento maior da nossa problemática, a constatarem somente o negro dentro de uma perspectiva social. E, conseqüentemente, considera este tipo de abordagem para a História do Negro Brasileiro uma fragmentação um tanto perigosa, pois, é importante que haja na constatação de aspectos, além das questões socioeconômicas, as questões raciais. Em sua posição clara, Beatriz diz não ser possível incorrer a esses pressupostos sem considerar a perpetuação de mistificações, de estereótipos de um povo que foi escravizado e violentado da sua História Real, a do Homem Negro no Brasil. Esse Ser que devia se questionar se deveríamos aceitar que nos estudem como seres primitivos. Trazer as manifestações preconceituosas por parte de nossa intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional é o aspecto mais importante e, esse “desleixo” dos estudiosos a traz dentro desta realidade que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça.

As prerrogativas étnicas e raciais são constitutivas destes processos supracitados, que tem origens de colonização/conquista/invasão europeia e a conformação do sistema mundo moderno-colonial que nos habita ainda hoje. Trata-se de um tema complexo sobre o qual se determina até as formas de consenso. Explicando melhor, a questão étnica e racial, apesar de sua presença no dia-a-dia das relações sociais e de poder, tanto como discurso quanto como prática, conforma-se também como um interdito. Falar das mazelas de forma integra ainda requer uma transformação nas bases deste conhecimento dito hegemônico. Bases essas que regem inclusive os caminhos ditos como “certos” para se pensar a questão racial.

Parto aqui no que considero importante para a percepção da leitura adiante. É fundamental no registro e na análise dessas interpretações e práticas políticas e culturais é a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos. Rer autores que foram silenciados pela academia não significa somente se deparar com testemunhos sobre os efeitos da dominação colonial, significa deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a

marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social (Grosfoguel; Joaze, 2016). Partirei para a análise do que considero como um fenômeno ainda persistente, considerando nosso período e a análise de documentos emblemáticos para o debate da ação afirmativa de cunho racial no Brasil, como outro momento de reiterações epistêmicas da academia em relação ao debate racial. É partir para além da base existente e perceber que podemos ter uma perspectiva mais integrada, por que não dizer, mais negra.

CONCLUSÃO

Ao considerarmos diferenças raciais podemos constatar, logo de início, os pontos em que dimensão simbólica define de modos distintos o lugar do negro no Brasil. Percebendo que o étnico e o nacional são fenômenos de mesma natureza, ainda que diferentes em magnitude, todas as decorrências aqui apuradas constitui uma dimensão inimaginável de questões.

Nesse percurso, os rearranjos das leituras operacionais, examinadas por cada argumento, enviam-nos ao contexto de uma sociedade brasileira que debate, à luz de uma forma peculiar de apresentar, a sua ação afirmativa. A recepção das ações afirmativas de cunho racial no Brasil traz elementos muito próprios, com especificidades de diversos atores envolvidos. Além disso, descrever discriminação no âmbito da variedade racial brasileira é discutir o caráter de legitimidade de tais políticas focais voltadas para negros, em um contexto onde o fantasma da “democracia racial” escora e também define esse debate.

Constato que ainda vivemos em constantes paradoxos. Todos concordam com a existência do racismo, mas quase sempre isso tem entrado em avaliações intermináveis em relação as cotas raciais e, acredito que estamos ainda falando das mesmas coisas. Agora, de fato, estamos no caminho de dissertar sob nossa perspectiva de sujeitos. Os sistemas educativos, cuja tendência tem sido o de privilegiar o acesso a um tipo de conhecimento, em detrimento dos outros, são desafiados a conceberem a educação de uma forma mais ampla, seja ao procederem a reformas educativas ou ao elaborarem propostas curriculares (SILVÉRIO, 2008).

Neste debate e as análises feitas sobre o sistema de reservas de vagas nas universidades públicas, considero como urgente a ampliação de pesquisas que adotem perspectivas qualitativas em outros espaços na educação. De mesmo modo, faz-se necessário uma reflexão, também, no cotidiano acadêmico e da relação entre os estudantes e professoras/es negras/os com professores e colegas não-negros. É preciso saber como essas pessoas têm contribuído, de forma efetiva, aos espaços na produção de conhecimento. Para além da graduação, estamos trilhando outros caminhos e, é de suma importância, focarmos mais nos que se produz a respeito do racismo através da ótica negra. Indiscutivelmente, a luta antirracista acadêmica não tem tido a devida projeção, visto que, ainda estamos tendo que partir em uma luta solitária, quando a linha teórica é

escolhida pelo viés negro. E, certas decorrências se tornam inevitáveis: sentimentos de culpa e de inferioridade fazem parte do cotidiano dos jovens negros ingressos na universidade, tornado esse processo penoso.

Antes mesmo de explorar outros aspectos relacionados a esse tema, é importante destacar a contribuição de intelectuais negros esquecidos e apagados. Visto que esses intelectuais não conseguiram ocupar postos de professores, sendo deste modo, tratados como uma produção pouco reconhecida de ínfima contribuição. Ainda que hoje haja um reconhecimento da participação de intelectuais negros/as há relativamente pouca ênfase nos detalhes e nos dados qualitativos sobre o processo, sobre a formação de redes, trajetórias acadêmicas e políticas de cada um dos agentes negros que contribuíram para a implementação das cotas no Brasil. (Figueiredo, 2016) Parto das observações ao modo coadjuvante em que o movimento negro muitas vezes é mencionado. Quero destacar, particularmente, a atuação das ativistas negras, diante das varias formas de representações em que vai além do que as categorias possam simular como “negro” e “mulher”, trazendo a noção para além das fronteiras representativas.

Lembro-me de ler Beatriz do Nascimento, Lélia González, Clóvis Moura, Bell Hooks, Angela Davis, Abdias do Nascimento, Cida Bento, entre tantos outros e me ver fascinada. Pelo preço a neutralidade axiológica que a academia, tendenciosamente nos faz ter, o contato com essa produção partiu quase a uma postura desvinculada do processo de formação epistêmica. Ângela Figueiredo (2016) nos faz lembrar, por exemplo, de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, e suas participações no processo da política de cotas. Em que sobre o tema, acabou por influenciar positivamente as professoras indecisas a votar favoravelmente à proposta de adoção de cotas na Universidade de Brasília. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, estigmatiza, subrepresenta e exclui o povo negro, impedindo a *valorização positiva da diversidade étnico racial*, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mutuo entre negros e brancos e comprometendo a ideia de universalidade da cidadania.

As metamorfoses desse processo de implementação desenvolveram um autoconceito racial que, concludo com a minha imagem negra nas entrevistas. Sigo afirmando importante, dado a atualidade de todas essas falas deixarem para as futuras pesquisas a análise que este momento exige. Reitero que meu foco de revisitar foi feito devido as transformações que esse olhar panorâmico me proporcionou. Não intencionei

transformar essas avaliações em um diário, pois, na verdade, me apoio em estudantes negros que estão trilhando suas pesquisas em caminhos igualmente complexos.

Seria ingênuo de fato supor a inexistência desse expressivo dado da mestiçagem não estaria ali. O não reconhecimento deste conceito não contribuiria para o processo das análises em si. E o que contribuiu para tornar isso mais difícil para foi à ruptura do jogo que fizeram e ainda fazem a esse conceito. Vi indivíduos que se reuniram para estabelecer relações dialéticas com seus grupos-sociais (acadêmicos no caso) produzindo um arcabouço que caía muito mais em um corporativismo do que em uma visão sobre a questões raciais em si.

Trata-se de dizer que a dinâmica desse debate caracterizou um complexo processo em que a inclusão/ exclusão, determinou um jogo de cartas marcadas. Pois além da conjuntura externa desfavorável (ainda hoje), os negros poucos compartilharam de representatividades inscritas nesse processo introdutório. Acredito que a recusa de se falar sobre o assunto está na verdade em se assumir um erro. Um erro que fere a moralidade e que as previsões de uma guerra racial de Ivonne Maggie, por exemplo, não passou de uma interpretação equivocada de uma branquitude com o medo de perder o seu lugar privilegiado.

Do ponto de vista de uma agenda política e de pesquisa sobre a questão racial brasileira, podemos afirmar que vivenciamos um novo quadro, fundamentalmente atravessado por uma mudança normativa e pela tensão da ideia de nação mestiça. As entrevistas me fez ver que ao mesmo tempo em que se reconfigura a presença negra no Brasil, reconhece-se as lacunas de sua avaliação interpretativa ao longo da historiografia no Brasil.

Muito ainda há de se explorar no conjunto de bases de dados para a qualificação de acesso de negras e negros às etapas mais elevadas de escolarização. Seguimos um caminho de avanço e melhoras, porem, estamos ainda no inicio do percurso para alcançar a desejada equidade de oportunidades e de acessos a bens acadêmicos para o conjunto da população brasileira (isso significa a todos).

É preciso garantir as gerações fruto destes processos meios de inserção social, já que estamos falando de explorações e hierarquias raciais, decorrentes de tal processo colonial explorador. Esta terceira fase tem sido tem sido crucial para os desenhos

epistêmicos imperiais/ globais ocidentais e para a hegemonia branca na América. Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias / euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior *versus* conhecimento inferior, portanto, de seres superiores *versus* seres inferiores no mundo (FIGUEIREDO, 2016). Importante perceber que a distância entre o ideal e o combinado cria um fosso que, com efeito, configura em uma possibilidade de aprofundamento no futuro, com maiores condições de pesquisa e tempo.

BIBLIOGRAFIA

AGUDELO, Carlos; IGREJA, Rebecca Lemos. *Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 8, n. 1, p. 13-28, 2014.

ALCOFF, Linda. *The problem of speaking for others*. Cultural critique, n. 20, p. 5-32, 1991.

ANDREWS, George Reid. *Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano*. Estudos avançados, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 222-224, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo (1977)*. Lisboa (Portugal): Edições, v. 70, 2010.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BERNARDINO, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

_____. *Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento*. In BERNARDINO, Joaze (Org.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-38, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. *Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 237-246, 2005.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Breves reflexões suscitadas pelo artigo "Política de cotas raciais, os olhos da sociedade e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 264-267, 2005.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Selo Negro, 2000.

CASTRO, Fernando Luiz Vale; ASCENSO, João Gabriel da Silva. *Raça-trajetórias de um conceito: Histórias do discurso racial na América Latina*. Editora Ponteio-Dumará Distribuidora Lta, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA, 2008.

FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; TOSTE DAFLON, Verônica. *Ações afirmativas raciais no ensino superior: um panorama analítico*. Cadernos de pesquisas. Fundação Carlos Chagas, v.43, p. 302-327, 2013.

_____. *Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?* Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 29, p.103-206, 2014.

FIGUEIREDO, Ângela. *Para além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/as e alunos negros/as na pós-graduação*. In ARTES, A. ; UNBEHAUM, S. ; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). *Ações afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação*. 1ed.São Paulo: Cortez, 2016, v. 1, p. 11-20.

_____; GROSFOGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Sociedade e Cultura, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2010.

_____. *Para além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/as e alunos negros/as na pós-graduação*. In ARTES, A. ; UNBEHAUM, S.

FRY, Peter. *Ossos do ofício*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 271-272, 2005.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Editora 34, 2001.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero, 1982.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. Revista Maracanan, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. Editora 34, 2002.

_____. *Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 215-217, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. TupyKurumin, 2011.

HERINGER, Rosana. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004*. In: João Feres Júnior; Jonas Zoninsein. (Org.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, v. , p. 79-109.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis*. Tradução Arivaldo Santos de Souza, Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOOKER, Juliet. *Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina*. Tempo social, v. 18, n. 2, p. 89-111, 2006.

IGREJA, Rebecca F. A. M. Lemos. *Estado, diferença cultural e políticas multiculturalistas: uma comparação entre Brasil e México*. 2005. 371 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, 2005

JACCOUD, Luciana de Barros. *A construção de uma política de promoção de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília, IPEA, 2009.

_____; BEHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais do Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

JÚNIOR, João Feres; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto Campos. *Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma*. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, 2012.

KLEIN, Hebert S.; VINSON III, Ben. *A escravidão africana na América Latina e caribe*. Tradução de Laura Teixeira Motta. Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 2015.

LEWGOY, Bernardo. *Cotas raciais na UnB: as lições de um equívoco*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 218-221, 2005.

LIMA, Márcia. *Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus?*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 258-261, 2005.

MAGGIE, Yvonne. *Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas*. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 286-291, 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 181-214, 2005

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?*. Conquista, 1977.

MUNANGA, Kabengele. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Estudos avançados, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. *Nossa democracia racial*. ISTO É, v. 23, p. 48-49, 1977. In: RATTS, Alex; NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra, 1978.

PASCALÉ, Pablo. *Atualidade afrodescendente em Iberoamérica: estudo sobre organizações civis e políticas de ação afirmativa*. Madrid: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Secretaría General Iberoamericana, jul. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/37uLoe>>.

PENA, Sérgio DJ. *O triste caso do vestibular da Universidade de Brasília*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 283-285, 2005.

PEREIRA, João Batista Borges. *As relações entre a academia e a militância negra*. In: BACELAR, Jeferson. CAROSO, Carlos. Brasil, um país de negros? – 2. ed. – Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAQ, 1999.

PESAVENTO, S. J. *Esta história que chamam micro*. In: GUAZZELLI, C. A. B.; et al. (Org.). Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur. CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. Pág. 227. In: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Consulta realizada em 7 de julho de 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O mestiço no armário e o triângulo negro no Atlântico: para um multiculturalismo híbrido*. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 228-231, 2005.

RIBEIRO, Matilde. *Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional*. Instituto Lula. Diálogos Africanos, n. 1 – jul/ago/set de 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 247-250, 2005.

SANSONE, Lívio. O bebê e a água do banho-a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB!. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 251-254, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Sistemas de cotas: um multiculturalismo brasileiro?. Ciência e Cultura, v. 59, n. 2, p. 41-45, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos negros, educação ações afirmativas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Brasília(UnB), Brasília, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito*. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 273-282, 2005.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Edusc, 2003

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos*. In BERNADINO, Joaze (Org.) Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, p. 39-70, 2004.

_____. O IFP e a ação afirmativa na pós-graduação brasileira. In: Jonas Zoninsein; João Feres Júnior. (Org.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, v. , p. 215-241.

_____; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. In ARTES, A. ; UNBEHAUM, S. ;

_____. (Org.). *Ações afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2016, v. 1, p. 11-20.

_____. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 2, p. 219-246, 2002.

_____. *O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora*. Revista USP, n. 42, p. 44-55, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Editora Vozes, 1999.

_____. *“Raça” é sempre o outro*. Le monde; 2017

SOUZA, Jessé; SANT'ANNA, Alayde. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Paralelo 15, 1997.

THEODORO, Mário. *Desenvolvimento, equidade e questão racial*. ONG Criola, 2010

WADE, Peter. *Race and ethnicity in Latin America*. Pluto Press, 1997.

Textos virtuais:

AURÉLIO, Dicionário. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com> Acesso em: 25 de junho de 2016, v. 6, 2010.

Resolução 62/122. Disponível em: www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/62/122 Acesso em: 29 de fevereiro de 2016

Década internacional dos afrodescendentes – 2015-2024 Disponível em: www.decada-afro-onu.org/slave-trade.shtml. Acesso em 29 de fevereiro de 2016

Feminismo interseccional: um conceito em construção Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/> Acesso em: 01 de fevereiro de 2017

Mapa da Violência 2016. Disponível em : http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2017

Documentos:

Documento entregue ao Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995

Manifesto: 113 cidadãos antirracistas contra as cotas - 2006

Manifestante: 120 anos da luta igualdade racial do Brasil. 2006

Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial - 2008

Manifesto: Todos têm direitos iguais na República Democrática - 2008

ANEXOS

ENTREVISTA COM PETER FRY (18/11/2016)

Eu: Então, nesta revista você tem um artigo intitulado *Ossos do ofício*, um texto muito pequeno, duas páginas, basicamente. O texto em si é um diálogo com texto deles (Chor e Maio), eu gostaria de saber um pouco mais além deste texto, vamos dialogar um pouco mais. Bom, neste período se falava muito de efeitos racializadores que a política de cotas poderia trazer. O que eu gostaria de saber é o seguinte, como vê ainda lida com esta questão de racializar a política pública ou a política social? Se você ainda discorda? Ou se você acredita que isso teve uma transformação em sua opinião, **vamos começar com os efeitos racializadores**. O que você ainda pensa sobre isso? E se não discute mais, porque não discute mais?

Peter Fry: Eu não entro muito nestas discussões porque são águas passadas. Quando o TSE declarou que cotas numéricas raciais eram constitucionais pra mim era fim de papo. Bom, eles não disseram por que tomaram essa decisão. Eu fiquei fascinado com isso. Nenhuma justificativa e, é o contrário das cotas dos Estados Unidos da América, que nunca acharam que cotas eram constitucionais. Se você olhar para os Estados Unidos isso nunca houve. Estados Unidos implementaram ações afirmativas de vários tipos, mas não cotas. Nunca. Isso me chama muito a atenção, mas desde então, resolvi não entrar mais nesta discussão. Minhas ideias desde daquela época não mudei. Mas não entro na discussão publicamente. Porque não é mais uma discussão. Já tá tudo líquido e certo. Pronto.

Eu: Mas você, por exemplo, acha que as políticas de cotas, já que você não produz mais sobre o assunto, o que você acha da política de cotas dentro do processo de identificação racial. Por que você citou a situação dos Estados Unidos, considerados mais dicotômicos neste **processo de identificação**. E quando você traz isso para o Brasil, sabe-se que dentro desse “preto” e “branco” algumas categorias ficam de fora, pois algumas pessoas acabam não se identificando. Bom, essa seria minha opinião. Você concorda? O que você acha disso?

Peter Fry - Isso é muito interessante porque, eu lembro muitos anos atrás em São Paulo, um grande amigo meu, que faleceu, se chamava Eduardo de Oliveira Oliveira²⁸, e Eduardo era um dos primeiros militantes [...] pessoas riam da cara dele. Eu: *Por quê?* Porque ele lembrava um pouco um indiano. Achavam que era um pouco esquisito. Isso me chamou muito atenção. Aquela época era muito difícil juntar muita gente em torno desta bandeira. E acho que era um problema muito sério. Havia uma espécie de resistência. Agora eu não entro nos méritos desta dificuldade, apenas constato né, na época. E quando se atentava a ideia das cotas não eram todos ativistas que eram a favor. E não sei por que, você sabe? É uma coisa que não pensei mais sobre isso depois de então. Mas havia gente contra. E na medida em que foi ganhando apoios essas pessoas mudaram de ideia e, aliás muita gente mudou de ideia. E muita gente, mesmo se não mudou de ideia, pelo menos ficou calado. Porque virou um assunto meio tabu. E se você levantava qualquer crítica você era acusado de racista, etc e tal. Que eu descobri era uma coisa que acontece muito, muito, muito, na nossa contemporaneidade. Não há argumento, apenas acusação. A mesma coisa tá acontecendo aqui: mortadela e coxinha, não há discussão. As pessoas em vez de argumentar simplesmente tentam diminuir. Moralmente. Chama de fascista, chama de racista e acabou.

O mais interessante desta história do meu ponto de vista é que nos Estados Unidos da América, nesta mesma época em que as cotas começam a ser debatidas no Brasil, e todos os sociólogos etc. vão dizer que não, essa ideia de várias categorias é uma mentira de fato. O que discrimina no Brasil, os estatísticos têm que juntar os pardos e pretos, e todo mundo é negro, as cotas são baseadas nesta ideia, ou você é branco ou você é negro. Eu achei fantástico, neste momento, tem um grupo de negros americanos estão brigando para poderem ser birraciais, por exemplo. Tanto é que os censos dos Estados Unidos mudaram com a regra em 2000 estão deixando que você poderia clicar no lugar que diz “black” e também poderia em “White” quer dizer que você poderia clicar nas duas categorias e havia uma categoria que chamava outras raças. Muita gente clica nessa outras raças, sobretudo, os índios latinos. Quer dizer que, ao mesmo tempo em que o Brasil estava querendo dividir todo mundo em duas categorias simples, os Estados Unidos estava indo em outra direção, que achei muito interessante.

O problema neste momento agora é que a situação nos Estados Unidos piorou, né. Você tem uma situação que é uma desconfiança tão grande, mas tão grande. E um ódio tão sensível, na verdade, o “Black Lives Matters”. Bom, mas enfim, você sabe melhor que eu. Simplesmente assistindo jornais que a gente percebe as questões lá estão muito, muito difíceis. Isso não acontecia no Brasil, eu acho.

Quer dizer que no Brasil pouca coisa mudou, o racismo a brasileiro continua igualzinho, minha opinião. Talvez submergiu um pouco, ficou mais disfarçado, as pessoas são mais cuidadosas. Mas continua do mesmo jeito, porque não é um racismo do tipo do racismo dos Estados Unidos. É um racismo de ignorar no fundo. Melhorou um pouco porque talvez haja tanta gente mais visível no Brasil que antigamente, e isso vai mudando um pouco a mira. Mais pelo menos com todas essas mudanças de obrigarem as pessoas a se identificarem como negros e brancos para entrarem nas faculdades e etc. não vejo um tipo de ódio e desconfiança racial que eu vejo nos estados unidos na América, talvez apenas nas universidades. Fora disso não. Nas universidades sim, mas na vida cotidiana não vejo. Não sei se você vê. Se você acha que não tem.

Eu: Na verdade, eu acho interessante o seu ponto de vista em que o racismo ainda continua o mesmo, o que eu também concordo. A minha questão de ver seria diferente no sentido de que há uma **transformação para a juventude negra**. Você acha que há transformação? Não se muda a estrutura racista, mas muda a cultura racial, no sentido de identificação?

Peter Fry: Eu acho isso, mas isso é de longa data. Não é recente. Quando eu cheguei no [sic] Brasil em 70, quando começou “Black Rio”, por exemplo, já começou a mudar. E vem acontecendo felizmente. O que se vê hoje, as pessoas tomam muito mais cuidado com suas belezas que antigamente. E há também uma série de possibilidades de se fazer isso porque a indústria da beleza e higiene mudou. Quer dizer que essas mudanças acontecem independentemente de políticas públicas, acontecem pelo próprio mercado às vezes. Eu não sei explicar bem porque que acontece, o fato é que o Brasil não é uma ilha e vive cada vez mais no mundo e os últimos anos que mais pessoas viajaram que nunca, essas mudanças capilares na sociedade vão acontecendo, ou seja, eu acho que sim.

É tudo achismos porque não há pesquisa sobre isso. Mas eu olho em volta de mim no Rio de Janeiro, por exemplo, eu vejo as pessoas andam assim (expressão com rosto pra cima) e há toda uma beleza estética que brotou aqui no Rio de Janeiro. Eu não sinto hostilidade, mas, isso o que estou querendo dizer, talvez devesse, mas eu não sinto. Não, sério! Uma das coisas boas do Brasil, no meu ponto de vista. Eu não nasci aqui, eu nasci na Grã-Bretanha. E a minha experiência destas coisas, o Brasil, por alguma razão tinha inventado um sistema que, a metáfora que eu sempre uso, é Peter Fry é branco e ponto. É isso que você escuta na África do Sul. Mas, por exemplo, no Brasil Peter Fry branco “vírgula”, quer dizer que é possível acrescentar coisas. E dizer fulano de tal é negro “vírgula”. Claro porque isso não é tudo. Quer dizer as pessoas têm qualidades e “desqualidades”, independentemente de suas aparências. Que acho uma coisa que o Brasil sempre teve. Tanto é que tinham aquelas expressões horríveis: “negro de alma branca”[risos] as pessoas estão condenadas a um estereótipo sempre marcado, sempre. Então sempre havia esse espaço de manobra nas relações, sobretudo, nas relações interpessoais. Não digo na rua, no ônibus...

Eu: Percebo que a gente continua conversando sobre essa questão do Brasil e a sua diferença de olhar para sua questão multirracial, né.

Peter Fry: Sim, mas sabe uma coisa, eu sempre tive esse cuidado. Se você coloca duas raças, você corre o risco de criar duas categorias raciais de que tantos problemas criaram em outros lugares no mundo. Foi isso que eu sempre dizia. E foi esse o meu argumento, não há outro argumento. Eu não estou na pele de jovens que têm que fazer sua candidatura aos vestibulares, não estou na pele deles. Não sei como eles pensam quando tem essa pergunta, não sei. Mas certamente eles têm que decidir entre uma coisa e outra. Não tem muita opção, né. Mas fora disso, a vida continua mais ou menos como antes. Pessoas continuam usando as mesmas categorias. Pessoas continuam descrevendo pessoas “a fulano de tal é mulato fechado” todas essas expressões continuam. Não vi um bloco racial, contra outro bloco racial, como eu via nos casos dos Estados Unidos na América ou África do Sul. Isso eu não vi, ainda. Mas, mesmo assim, não sei o que vai acontecer no futuro.

Eu: O Brasil tem uma forma diferente de lidar com sua questão racial, e para a sua questão negra. E isso muitas vezes é associado à mestiçagem, à diversidade e à democracia racial. E que alguns momentos são colocados de uma forma para o diálogo

que, para o movimento negro, soa como algo ruim que vela muitas questões. Você acha que de fato esta forma de lidar com a questão racial ela é historicamente associada ao **mito da democracia racial**?

Peter Fry: Olha, eu acho que a democracia racial é uma balela, eu sempre achei. E ninguém consegue achar onde isso surgiu. Não foi Gilberto Freire que escreveu isso.

Eu: Enfim, de fato, é uma visão que partiu dele.

Peter Fry: É, mas eles diziam isso. Porque nunca até as cotas raciais, na República do Brasil, é que os cidadãos eram discriminados pela sua cor. Na lei, nunca. Acho que foi isso que eles estavam dizendo, quer dizer que, no Brasil (isso é uma coisa teórica, não falo da prática) eles argumentavam que todo mundo tinha os mesmos direitos, mas a verdade é que todo mundo não tinham os mesmos direitos. Mas a ideia era essa. Isso que eles estavam dizendo. E, inclusive durante a escravidão, a justiça funcionava um pouco. Quer dizer, que não era totalmente impossível, as pessoas de cor reivindicar os seus direitos. Isso era possível, né.

E a justiça brasileira é muito interessante né, porque todo mundo diz que há uma espécie de racismo latente e eu acho que isso é verdade quando se trata da polícia e da rua. Agora, na justiça ela própria, não. Não vejo isso. E há várias evidências que muitas vezes nos julgamentos, a questão de pobreza e ou ser negro, eram fatores levados em consideração muitas vezes pelos juízes, não sei, isso é uma coisa pra ver com cuidado. Mas isso que eles chamaram de democracia racial, era uma coisa eu sempre argumentava, que essa ideia deveria ser usada pra cobrar. Mas acho que eu fui meio voto vencido nisso. Eu achava que era uma coisa a cobrar e distinguida, não apenas no Brasil, mas em vários outros países da América. Os Estados Unidos dominam o mundo isso é verdade, e o sistema deles acaba vencendo em muitas situações. Mas eu achava na época que na briga, que o Brasil tinha capacidade de ser mais original, de inventar outros meios de revolver essa questão. Eu achava, e estava errado.

E, mas a vaca fria desta história Renata, é que se o Brasil vai mudar, é em que sentido, entendeu? Se o Brasil mudar no sentido de assistir uma ascensão social de pessoas negras, pardas etc., sem entrar também na ideia de que a raça que determina toda e tudo a pessoa, tá tudo bem. Porque, é isso mesmo que nós queremos ver, todo mundo participando da mesma maneira. Isso que todo mundo quer. Então, aí eu estarei

morto, mas, aí o grande teste desta coisa vai ser daqui a 15, 20, 30 anos. Eu acho que não é agora que nós vamos ver. E até lá o mundo vai ter mudado, porque os Estados Unidos teriam abandonado a ação afirmativa e o Brasil tardiamente conheceria que já estava melhor que pensava, não sei... Estou sendo incoerente Renata, incoerente.

Eu pensava coisas mais positivas do Brasil, quando cheguei aqui. Me chamava à atenção as amizades, as convivências e etc. entre pessoas de todas as cores, de todas as idades, em várias situações. O que eu não tinha visto nos Estados Unidos e não tinha visto na África, eu achava que era uma coisa muito positiva do Brasil. E você vê estas situações ritualizadas, né. Certas situações ficam absolutamente ritualizadas. É mais ritualizado ainda nas situações associadas com a negritude. Carnaval por exemplo, candomblé, umbanda. Então, eu achava que uma tradição que o Brasil tinha que cultivar e, se continua cultivando não vai ter problema. Vamos ver.

Mas eu não gostaria de viver numa sociedade Renata, eu fiquei dois anos menino, fazendo minha pesquisa de campo em Zimbábue quando era colônia britânica e lá era branco e negro, e tinha uma categoria de pessoas que chamava-se de mestiços, era isso, indianos. Tudo segregado. Nojento. Realmente, nojento. E, não melhorou muito. Quer dizer que a desconfiança continua da mesma forma. Então, eu acho que tudo que contribui para a convivência e a desimportância para aparência da pessoa é coisa boa, sabe? E, uma das razões que as pessoas não queriam sentar ao lado do menino negro no ônibus, é que quase todas as fotografias dos bandidos do Rio de Janeiro são meninos negros, infelizmente é isso que as pessoas veem. Não me surpreendo que uma pessoa pensa assim. E tudo que age no sentido de tirar a ideia de que é só isso que importa.

A mesma coisa acontece na minha outra vida escrevendo sobre sexualidade, por exemplo, é uma coisa que sempre eu admirava, era a ideia que uma identidade homossexual determinava tudo de uma pessoa, sempre achava que isso era nocivo. Ainda acho. Então, se eu ainda tivesse [...] as pessoas iam dizer “ah, Peter, você que nasceu na Inglaterra, você é inglês, portanto, você tem que parar tudo que está fazendo exatamente neste momento para tomar chá” [risos] [...] Quando você olha para cara de uma pessoa e você vê essa pessoa e você reage evidentemente à aparência da pessoa, é necessário porque, a única informação que você tem é essa. E é por isso que os lugares públicos são perigosos para vocês mais escuros que nós e, é esse o lugar perigoso pra você. Não estou ensinando ao padre a rezar a missa, você sabe muito bem,

né. Quando eu estou andando na rua com meus amigos negros eu sei por que, a segurança olha no supermercado, o que é óbvio, né. Agora, tudo tem que ser para diminuir esse tipo de situação, não sei como fazer isso. Reduzir então os estereótipos atribuídos às cores distintas, né.

Acontece que tradicionalmente no Brasil isso só acontecia, quando as pessoas negras adquiriam posições de poder e de riqueza, não é isso? E mesmo assim, desaparecia no anonimato porque, o médico negro muito respeitado, no seu consultório, ele continua sofrendo humilhações na rua. Vou dizer uma coisa, eu acabei de ler, uma tese feita na França, comparando Brasil e Estados Unidos da América. Comparando, o uso do DNA nos dois países. A tese é muito interessante e, lendo, eu cheguei à conclusão que o artigo que mais influenciou, que mais fala desta situação é o artigo do Oracy Nogueira. Esse artigo continua contemporâneo e, acho que esse artigo dá saliência à especificidade a particularidades norte-americanas e que se torna inspiração.

É que ele acertou na mosca: aqui olhamos e depois decidimos. Lá eles estão interessados em descendência. Mas, mesmo lá, as pessoas na rua baseiam-se o que pensam na aparência, claro! Porque eles não têm acesso à genealogia da pessoa, [...] Então, nos Estados Unidos você tem aparência e genealogia, aqui no Brasil, se dá importância à aparência e supõem-se olhando uma pessoa que tem um antepassado africano. É isso. Se, olho pra você, posso adivinhar provavelmente que você tinha um antepassado mais africano, não é verdade? *Eu*: verdade.

Peter Fry: E as pessoas que se diz negros e pardos pra cotas e, não são né? [risos] Você viu esse caso recente? Em Pelotas, né? É uma questão. Eu gostaria de saber o que passa na cabeça dessas pessoas.

Eu: Fiz um PIBIC em 2008, com uma professora de graduação Rosana Ulhôa Botelho sobre Ação afirmativa, perto da época de implementação. Aí, voltando a esse assunto no meu mestrado percebi que, muitos que debatiam sobre esse assunto, não mais falavam ou discutiam sobre raça, por exemplo.

Peter Fry: Sim, de fato essas pessoas não falam, e não falamos por razões muitos simples, vou te dar um exemplo, eu fui convidado para participar de uma audiência pública na Unicamp, porque a Unicamp não adotou cotas. E eu recusei. Eu disse não vou lá. Eu dei a mesma resposta que dei pra você, que esta questão está

resolvida no Brasil. Não há necessidade de conversar sobre isso porque são cartas já definidas pela STF. E você vai ver isso, mais ou menos, a outras pessoas que continuam críticos, mas não falam. Não ousam a falar. E uma das razões eu acho é que essas ideias que eram nossas aparecem agora noutras bocas e, eu não quero ser identificado com essas pessoas entendeu.

Posso estar enganado, mas então é um pouco isso. Acho que a gente, falo de a gente, porque várias pessoas, Marcos Chor Maio, muito amigo meu. Ricardo Ventura Santos também é. E nós somos amigos de longa data e, descobri que várias pessoas, por exemplo, daquela época que eu fiz amizade, e são pessoas que continuam amigos meus são muitos judeus, preste atenção. Porque os judeus em geral tem absolutamente pavor de classificações raciais, por razões óbvias. Eles diziam assim: “meu pai me ensinava que raça é coisa de cachorro”, por exemplo. E essas pessoas muitas vezes têm posições políticas diversas de assuntos do Brasil, mas continuamos amigos exatamente porque concordamos pelo menos com esse assunto. Mas não falamos mais, não falamos mais.

E eu sou naturalizado brasileiro, mas às vezes me sinto muito estrangeiro. E se o Brasil decidiu fazer uma coisa, decidiu. Azar o meu, né. Quem sou eu pra não gostar. Então, é isso. Mas tem uma situação nova que alguém de São Paulo que tem que pesquisar, que se alguém fizer, eu vou fazer: Fernando Holiday. Então, mas ele está com uma posição contra as cotas, não é isso? *Eu*: sim.

Peter Fry: E, resultado, ele é acusado de “capitão do mato”, “traidor”, etc. Bom, mas isso é muito desrespeito para com ele, na minha opinião. Porque eu gostaria de entender melhor esse menino. E acho que tem essas várias posições circulando no país e, o que eu descobri com os meus muitos anos, Renata, que nos falta muita diversidade. Temos cores diferentes, sexos e gêneros diferentes. E o prognóstico é a felicidade. Agora quando você tem uma opinião diferente, ninguém gosta. Caem em cima. Quer eliminar. [...] Eu vi uma entrevista dele com uma senhora de uma televisão qualquer.

Eu: Eu vi...

Peter Fry: e você viu quando ela pergunta por que ele mudou de nome? Que ele fala que é por conta da Billy Holiday? *Eu*: vi.

Peter Fry: Isso! E quando ele falou pensei, “Ah, esse menino...!” Achei interessante, porque um menino muito pobre da periferia de não sei aonde, quando é adolescente não vai saber de Billy Holiday, não vai saber! Mas ele soube. [...] E então, isso é uma coisa que me faz pensar na minha patética distância destas coisas todas. Me obriga a pensar. Porque, o problema é que como te disse antes, a razão dele, a razão que ele expressa publicamente, é a seguinte: “Nós somos, nós temos a força necessária para vencer sem a ajuda do Estado.” Que é uma coisa que eu sempre pensei, aliás. Eu sempre pensei isso e, acho que dizer não é diminuir, mas enfim.

Mas o é que vai que está na cabeça de outras pessoas daquele movimento, isso que eu quero dizer. Eu acho que tem outras motivações que poderemos chamar até de racistas. E isso me dá um pouco de receio. Porque o assunto tinha ficado desaparecido, de fato. Em Pelotas surgiu o assunto, mas em geral, você só escuta a posição pró-cotas, não é isso? E é a primeira vez que aparece uma figura pública falando pelo menos o que ouvi e, eu acho que é uma coisa que eu gostaria de entender...

Renata, eu não mudei muito de posição, porém sou mais otimista. Eu acho que o Brasil, como sociedade, é muito mais forte que as leis. Eu prefiro pensar assim. Para não morrer muito ranzinzo. Nós somos maiores que nossos políticos, espero.

ENTREVISTA COM JOSÉ JORGE DE CARVALHO (05/12/2016)

Eu: por que você acha que depois de 15 anos a produção de conhecimento não fala mais sobre esse assunto?

José Jorge: eu tenho vários pressupostos aí. Eu acho que a discussão da raça foi muito mais colocada pelos anticotas. Não fazia sentido colocar para nós o grupo que estava a favor das cotas colocarem em termos raciais. O racismo é fenotípico, não precisa de uma discussão de raça. Passar porque que raça não era um conceito biológico. Isso aí é irrelevante, porque não precisa disso pra ter cota. Então, eles introduziram isso para ver se embaralhavam o meio de campo, chegasse à opinião pública. Passaram para a opinião a ideia de que nós seríamos ultrapassados, que estavam reintroduzindo o debate anacrônico, que a ciência já tinha resolvido e com isso era um argumento que tentava minar.

Então a força do argumento antirracista mesmo, do racismo social, do racismo concreto. Os geneticistas são do lado deles né!? O Francisco Salzano e o Sérgio Penna, o outro horroroso de minas gerais também. Eles são juntos tentando fortalecer a posição do Peter e da Ivonne, Demétrio Magnoli. Aí eles tentaram fazer uma caricatura da nossa posição antirracista, como se a gente ainda não tivesse chegado à conclusão de que raça não existe. Logo se raça não existe então não pode ter cotas, cotas serão pra raça negra. Mas não existe uma raça negra. É como se fosse um recurso retórico, que tem um elemento de sofisma e de verossimilhança porque parece que você tá dizendo algo, quando você tá querendo dizer outra coisa. Tudo que eles estão dizendo nós estamos de acordo. Quem duvida que raça não é um conceito biológico. Só que não é esse o ponto.

O ponto era estabelecer cotas para aqueles que são discriminados, que sofrem racismos que são os negros socialmente definidos pelo seu fenótipo. Eles foram até onde puderam com esse argumento, levando inclusive a ideia que isso poderia levar a... a Ivonne chegou a colocar diferença de Tutsis, que se parecesse uma Ruanda, né. Essa altura, segundo a previsão dela, teríamos uma centenas de mortos na UnB. Se o plano dela fosse aquele, né. A UnB tem mais tempo de cotas, logo deveriam ter mais mortos. Mais hoje se vê que o argumento não se sustenta.

Você vê que lá eles também racializaram. Então, a ideia, primeiro, previa que nós estaríamos racializando uma sociedade que não era pautada pela raça ela passaria e eles colocaram os dois manifestos. Eles começaram imediatamente após o primeiro edital de cotas de 2004 na UnB, eles formaram tão rápido que 2004 começou né, tanto que o Rafa e Natália que foram do primeiro semestre das cotas, agosto abriram as cotas na UnB e em outubro Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura já leram aquele texto na ANPOCS, em três meses eles já tinham respostas prontas porque esse negócio não podiam continuar. Que nós estávamos fazendo um tribunal de raças. Aí logo veio a Horizonte Antropológicos e infeliz também porque com ideia de neutralidade porque de neutralidade tinha muito pouco naquilo as pessoas que editaram essa revista também tinham antipatias contrárias às cotas. Eram antipáticos às cotas.

Eu: Mas por que eles eram tão empenhados para tentar impedir as cotas. Então, estamos falando de uma estratégia?

José Jorge: Sim, estratégia montada. Eles ficaram enlouquecidos com a política de cotas. E a maior reação às cotas não veio das ciências exatas, são de pessoas que inclusive estudaram comunidades negras, estudaram religiões afro-brasileiras, tinha toda uma proximidade com relações próximas de comunidades negras. Só que o discurso deles era o discurso da democracia racial, no qual todos os privilégios deles estavam garantidos e, provavelmente, a gente pode até introduzir um conceito de psicanalítico, é que, eles mesmos não conscientes totalmente do medo que tiveram de que perderia espaço a chegada de jovens negros nas universidades e a questionar quem tá falando sobre negro no Brasil. Então, rapidamente, em um segundo, o inconsciente é muito mais veloz, até mesmo porque o inconsciente já tem tempo, já diria Freud, perceberam o futuro logo. Perceberam que ficariam em maus lençóis com o todo o discurso que controlavam.

A posição do pró-cotas principalmente dos que são brancos é uma renúncia ao lugar que tinham então como você pode aceitar de que se renuncio ao lugar que tenho, eu sirvo agora, como diria Sartre, existencialmente, ao tomar uma decisão existencial, de ser a favor das cotas, eu estou dizendo assim, eu vou voltar pro fundo do palco, e os jovens negros vão alcançar o palco, isso pode servir de modelo pra que eles façam o mesmo, só que eles não queriam fazer. Eles queriam continuar no centro do palco. Então, a reação é muito visceral, é muito apaixonada da parte deles. Então utilizaram de recursos intelectuais, eles são poderosos na articulação. Houve uma articulação grande no Rio de Janeiro.

Organizando pela primeira vez isso, pois nunca havia pensado por esse lado. Os líderes desse movimento, que na verdade é um movimento assim, são eles que racializam e dizem que os racialistas somos nós. Paradoxal, a nossa proposta de cotas na UnB não entrava nisso. Não estava em questão. Eram cotas para negros, e todo mundo sabe que há discriminação contra negros, utilizamos o IBGE, utilizamos o Ipea. Aquela tabulação que foi feita, quando houve Durban em 2001. Então, o Brasil mandou um quadro do Ipea, todo país do mundo tinha que mandar o seu diagnóstico. Aqueles quadros foram a primeira vez que tabulou desde 1927. Ou seja, há um racismo estrutural no sistema educativo. Não precisa mais do que isso pra propor cotas. Não precisa entrar na discussão biológica e genética. Isso torna a discussão irrelevante diante do quadro que estão propondo a política pública diante de dados oficiais do país. Eles vêm discutir que raça não é conceito científico, então, isso vai racializar a sociedade.

Eu: O Brasil se inspirou em bases estrangeiras, como Estados Unidos, por exemplo. Isso que é curioso, o diálogo que venho... ou você acha que as políticas se tornaram algo muito originalmente brasileiro,

José Jorge: Eu nunca fiz nenhum diálogo com eles. Jamais com Estados Unidos. Eu jamais olhei pros Estados Unidos. Os Estados Unidos não aceita cotas. Cotas lá é inconstitucional. Mas não da nossa parte, eu não fiz diálogo nenhum com os EUA. Eu particularmente não dialoguei com nenhum norte-americano. Nada. Antônio Sérgio dialogava um pouco, mas também não propôs cotas na USP. Eu estou dizendo do movimento pró-cotas no Brasil, nos que estavam na rede nacional, propondo as cotas. Estou falando nesse lugar. E neste grupo não tem precedência dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos no final dos anos 60 para o início de 70, em que eles criaram o sistema próprio deles lá, os negros eram 10%, aqui 50%. Lá era um sistema de pontuação, aqui não, aqui tinha que ser muito mais. Verdade inverteu-se que o Reid Andrews, aquele historiador, que falava que o EUA tinha sido uma coisa dramática das ações afirmativas, e no Brasil seria mais dramática, é muita gente, e lá é uma cota gotas, 850 pessoas de uma vez. Sistema de ação norte-americana parece mais com o sistema de bônus que nós temos. E aqui o bônus surgiu na Unicamp como reação às cotas.

Eu: E o que você acha desse diálogo multiculturalista do início.

José Jorge: Acho que teve um papel naquele momento. Que foi uma referência colocada no início pelo FHC. Aquele seminário trouxe um grupo de pessoas pra pensar, mas naquele momento não houve propostas de ação afirmativa. Só um diálogo naquele momento ninguém estava se atrevendo de fato a fazer. A palavra ação afirmativa é uma palavra que eu uso estrategicamente, mas não sempre. Porque na verdade, eu passo a dizer cotas.

Eu: Depois dos 16 anos qual a transformação das cotas pra você?

José Jorge: Nossa! Gigantesco. Os alunos brancos têm outra cabeça. Outra compreensão. Por conta deste convívio. Outra compreensão do racismo em nossa sociedade.

Eu: E como era o ambiente de vocês?

José Jorge: Era muito ruim. Tinha uma cordialidade e trocas. Mas no auge disso o que estava em jogo da parte deles era uma irresponsabilidade nossa. Eu não sei se algum dia eles vão admitir, foram uns irresponsáveis. Você imagina de lá pra cá agora que de fato tem uma transformação em que temos uma universidade mais integrada e ir de contra isso? É retrógrado demais. Eles fizeram um dano. Um estrago. A UFRJ teve que esperar até 2012, em dez anos você pode colocar cinco mil estudantes negros deixaram de estudar por causa deles. Isso é pra colocar na conta deles. Um grande número de gente que não entrou porque eles não foram contra. E não era brincadeira. Não era um debate intelectual. E teve um momento que não era mais possível conversar.

Eu: O que fez com a estrutura racista do Brasil.

José Jorge: Ela chacoalhou a estrutura racista. Apesar de não termos ainda na pós, e depois docência. Vai ser outra enorme de uma briga.

Eu: Hoje você acha que o processo da UnB foi feito de uma forma certa ou poderia ter sido de outro jeito.

José Jorge: Eu jamais participei de qualquer comissão. Eu não estive na comissão de implementação. Logo após que o CESPE aprovamos as cotas, que fiz com a Rita Segato. Fizeram uma comissão que não éramos parte dela. Então essa comissão levou a colocar as cotas, a minha proposta era diferente, era o que eu chamava de autodeclaração confrontada. Todos os estudantes cotistas deveriam fazer sua matrícula ou no mesmo dia junto pra que se conhecesse para você ver se tinha alguém. O primeiro deveria ter um constrangimento moral não há nada que substitua isso. E autodeclaração confrontada não bastava dizer “eu sou negro” eu preciso que a comunidade negra se reconheça como tal, que vou fazer lá se eu me representasse como negro estaria roubando a vaga de alguém, né. A autodeclaração no Brasil é uma questão e, não resolvemos isso até hoje.

Eu: Apesar das cotas terem transformado a universidade ainda não tem uma dificuldade com a identidade negra?

José Jorge: é uma estrutura racista muito longa. A política pública tem 13 anos apenas. É muito pouco tempo. Só de abolição são 128 anos e, de fato, ainda tem muito trabalho. O racismo na sociedade é muito profundo ainda. As cotas raciais é o

início. Precisava por exemplo ter cotas na mídia. O acesso ao conhecimento ainda é muito restrito e, isso eu acho que tem um peso aí, na hora que o debate fica tenso esses contrários pode confundir muito as pessoas e, além disso, todo muito tem uma ideia meio vaga de democracia racial e meio que acreditam nisso né. E que no EUA existe um sistema horroroso, é uma guerra racial, mas matamos muito mais negros que eles em termos absolutos e tem termos relativos. A gente tá falando de genocídio.

Eu: A transformação da lei de cotas pra leis sociais. Qual a dificuldade que o Brasil tem de aceitar as cotas raciais, que não é o mesmo.

José Jorge: Cota racial só sobrou na UnB. Nenhuma universidade tem cota racial mais, acabou. A lei acabou com as cotas raciais. A luta começou por cotas raciais, as sociais vieram depois de uma lei super retrógrada, super absurda. Primeiro que cota pra escola pública não é social. É cota republicana, mas não social. Social seria de baixa renda. Quem que estuda no colégio militar, isso é cota social? Como pode ser? Segundo, muitas escolas públicas são de elite. Se alguém do Dom Pedro II entrar então não é cota social. É uma elite. Então, mal formulada, mal pensada divide a comunidade negra no meio. Entre os de baixa renda e os pobres e os de classe média, aparentemente. E se sobrar um número de cotas para os pobres não vai para os negros, vai para os brancos. Se sobrar vagas essas vagas não vão pra negros de classe média, vão para os brancos de classe média. Isso é pela lei. A lei coloca a sociedade negra no meio. Depois que você passou um século lutando para política para comunidades negras, vai ficar fora de todo modo.

O problema que essa lei é que a SEPPIR ajudou a aprová-la, né? Vai dizer então que a comunidade negra a favor da SEPPIR concordou com isso, né. A SEPPIR deveria estar frente ao estado que formularia uma lei que fizesse justiça racial, e ela não faz. Eu fiz uma análise minuciosa, estatística e simulando e mostrando os retrocessos. E nós conseguimos, em 2014 e 2016 foi impedir que a UnB ficasse inteiramente dentro da Lei, pois se ela ficasse dentro da lei ela acabava com as cotas raciais. Nós tínhamos 20% de cotas raciais. Então brigamos pra que tivesse 5% de cotas raciais, independente de renda, independente de onde estudou. Raciais e irrestritas. Então, agora, nós temos 55% de cotas na UnB. Mas nenhuma outra fez isso. É uma briga muito grande. Porque como é 50% de escola pública.

Eu: Percebo que as pras cotas raciais há uma briga sempre muito grande. É uma comoção que atinge muito o jovem negro. Cheguei a fazer uma pergunta a uma aluna de ensino médio sobre o que ela achava das cotas. E ela me disse que teria capacidade de entrar sem precisar das cotas. Que ela não precisaria de cotas. Acho que existe uma falta de informação sobre o recurso. E a estrutura do racismo faz isso, ou seja, é como existe aquele lugar da negação. Não quero fazer parte deste desprezo social. Tendo que te obrigar a se assumir como negro. Você acha que as cotas tem parte disso?

José Jorge: Eu acho o seguinte, as cotas entram numa complexidade que nós chamamos de ...Você toca em certo ponto do sistema. E o sistema reage e se reorganiza. Como se de repente você colocasse uma pequena cunha. E aí dessa cunha vira uma enorme. O sistema reagiu e o efeito dela foi muito maior do que eu esperava. Como a estrutura racista é tão secular, pois o preconceito de classe elitismo.

Eu: existe uma facilidade para todas as ações afirmativas. Mulheres, deficientes, indígenas. Mas nas raciais não. E você acha que as Ciências Sociais também teve um problema de aceitação? O que seria na sua opinião?

José Jorge: Nunca houve uma polêmica análoga. Tem muito trabalho ainda. As ciências sociais têm algo mais grave na história das cotas. Em grande medida elas produziram. Elas justificaram a exclusão social ao longo do século. Então, elas são responsáveis. Elas são parte do problema, não sendo só parte da solução. Inúmeros autores que não falaram da exclusão racial no seu próprio meio. Deram respostas genéricas. Ou seja, as ciências sociais foram cúmplices demais com a exclusão. Aí quando vem a proposta não fomos unidos, e isso teria ajudado a avançar. Mas não, rachou. Sendo que a metade dos nossos colegas estavam nos jornais e na televisão dizendo coisas contra. Então confundiu ainda mais...

Eu: E a Raça como conceito.

José Jorge: Ela teve um pequeno refluxo mais vai voltar. Vem à discussão agora da pós, né. As discussões da comissão de verificação estão de novo em pauta. Ou seja, não qualificamos a sociedade após 15 anos. Não passou pra sociedade uma compreensão mais precisa do que tá em jogo dentro das cotas. Aí, as pessoas que reagem a cotas para o concurso público reage com os mesmos argumentos...

ENTREVISTA ANTÔNIO SÉRGIO (05/01/2017)

Eu: Na minha dissertação eu tenho muitas fontes, e não se se lembra, Antônio, da revista de antropologia. Uma revista na qual vários autores...

Antônio: Novos Horizontes lá em Porto Alegre?

Eu: isso, isso. Eu sou uma estudante na UnB, eu vivi processo. E esta revista foi muito emblemática.

Antônio: você estava neste processo em que condição?

Eu: como cotista, como estudante para o vestibular.

Antônio: Ah, certo.

Eu: Estava tentando entrar na universidade nesta época. E, aí, enfim, me marcou num nível que quis levar isso para a pós-graduação. E de está sempre acompanhando na medida do possível, este debate. Dentro da produção de conhecimento. Bom, você estava muito dentro deste debate, né?

Antônio: Tava. No debate intelectual estava bem afinado com isso.

Eu: sim, sim. É tanto que não tem como a gente não acessar a tua produção na hora de falar sobre isso, de raça e o debate de conceito de categorias. Bom, qual foi o seu nível de contato na implementação de política de cotas dentro da UnB?

Antônio: Nenhuma. Absolutamente, nenhuma. Na verdade, não me envolvi na implementação de cotas de nenhuma universidade. O único envolvimento meu, um envolvimento prático, foi fazer parte da Comissão da Fundação Carlos Chagas na seleção de bolsistas para pós-graduação. A Fúlvia Rosemberg me convidou, na verdade ela abriu uma vaga para ANPOCS e pediu a ANPOCS que me indicassem como representante. Houve um certo mal estar na ANPOCS, porque achavam que não podiam fazer um convite indicando uma pessoa, mas no final prevalecendo o bom senso, eu fui o indicado como eles queriam, mas foi a única vez que eu participei realmente de, digamos, de algo prático. Porque todo o meu envolvimento, foi no nível

do debate e toda minha produção nesta época reflete muito nesse debate, certo? Por exemplo, toda a minha reflexão sobre o que é raça, como trabalhar com raça em ciências sociais e o que foi democracia racial, o que representou a democracia racial, como se deu ao longo do tempo. A formação dos movimentos negros no Brasil, reivindicando, primeiro, uma verdadeira democracia racial, e depois como se chegou a pedir cotas, ou seja, toda a minha contribuição se muito no debate sobre a viabilidade das cotas e sobre a necessidade das cotas, né. Mas não tive, talvez porque não tivesse querido realmente.

Cheguei a ser convidado algumas vezes, mas como eu não sou nem gestor público e nem sou um político, eu realmente procurei ficar um pouco distante. Me lembro que até no episódio que você se referiu no início, o Frei Davi uma certa vez me cobrou “eu sei que você está escrevendo contra as comissões” eu disse, “é Davi, eu sou contra as comissões. Não acho que deva ter comissões” ele disse, “Mas por que, tem umas pessoas que estão fazendo fraude.” Eu disse: “é mais tem outras pessoas que não estão fazendo fraude. Tem outras pessoas que estão mudando de identidade da forma de se identificar e, não tem como a gente separar uma coisa de outra”. Mas foi isso, quer dizer, ou seja, as pessoas me ouviam o que pensavam, mas, muitas se deixaram influenciar muito pelo que pensava. Certo? Mas eu não participei realmente de nenhuma comissão, de nenhum grupo de implementação de cotas de nenhuma universidade. Com exceção dessa minha participação com Fúlvia na Carlos Chagas.

Eu: Mas então, você disse que preferiu ficar um pouco distante e que foi opcional. Como se deu isso?

Antônio: Mais ou menos opcional. É o seguinte, tinha muita gente, certo? E pessoas que eram do movimento negro, certo? E não tinha porque eu aparecer e querer sabe...? Quer dizer, eu fiz aquilo porque eu achei que era necessário. Que minha opinião seria importante etc. eu dei opinião. Mas nunca com o desejo de fazer, não sou político.

Eu: Entendo, é como se fosse uma opção de não estar ali no protagonismo do debate. Ou um medo de estar...

Antônio Sérgio: não tinha nenhum medo não. Todas as vezes que era preciso eu aparecer, eu apareci. Quando eu achei que eu não precisava aparecer, não tinha

porque aparecer. Por exemplo, no começo, lá pros anos do comezinho, 97, por aí, talvez 96, 97, 98, por exemplo, eu aceitei vários convites do PT, por exemplo, onde comitês políticos, de vereadores de São Paulo etc. que queriam saber e ouvir sobre ações afirmativas e sobre cotas. Eu ia. Tinha muito pouca gente, muita pouca informação. E eu me sentia como o intelectual responsável de dar minha opinião, de discutir as minhas ideias. Então, todas as vezes que achei que era necessário eu fiz.

Agora, quando eu achava que, por exemplo, cheguei até uma vez a ir no programa de televisão com Hédio Silva e Mirian Leitão, me lembro. Mas era um tempo assim que as pessoas precisavam de um argumento de autoridade. Professor da USP e tal. Pra respaldar. Mas depois disso, na hora que começou a se implementar realmente, por exemplo, na UFBA²⁹ se formou uma comissão com pessoas muito competentes, professores da casa. Eu já não era mais professor da casa. Pessoas como Jocélio dos Santos, Ubiratan o “Bira Gordo”, hoje já faleceu há

algum tempo, Paulinha que foi minha aluna também, Paula Barreto. Ou seja, é muita gente competente que já não precisava mais. Pra que precisavam de mim? A mesma coisa aí em Brasília, né. Tinha o Jorge, tinha a Rita, certo? Ou seja, são universidades que tinham quadro, não precisava de pessoas de fora. São Carlos, pessoas como Valter Silvério.

Na USP eu participei sim. Na USP eu participei de uma comissão de população permanente para população negra, mas na verdade era apenas um arranjo para protelar quanto mais pudesse essa medida sensata, depois me chamaram também, pra fazer parte de uma comissão, que chamava inclUSP, um programa de inclusão social. Eu fui apesar de achar que minha opinião ia ser vencida, de que seria uma opinião secundária. Eu fui porque também achava minha obrigação ir. E até que finalmente, quando o Sérgio Adorno dirigia a faculdade de filosofia, criou-se também uma comissão de cotas [...] me convidaram, eu também não me furtei em participar.

Então, quer dizer, a minha linha de participação era essa, quer dizer, como intelectual eu tinha uma responsabilidade e, essa responsabilidade tinha duas pernas, dois caminhos: uma, é a reflexão mesmo sobre o debate. [...] científico, né e desse eu

²⁹ Universidade Federal da Bahia

participei o tempo todo. E o outro era o debate mais político. No debate político eu só participei nos momentos em que achei que era necessário participar mesmo. Se não fosse necessário, que achasse que tinham pessoas que eram envolvidas politicamente e, que pensavam igual a mim, não tinha porque eu ter que mudar o lugar delas.

Eu: Na verdade vendo você falar veio uma questão que está até meio assim, e o Movimento Negro em si, ele participou algumas pessoas ali, uma inclusive sendo contra nos primeiros momentos, mas, falo das que eram a favor e estavam neste envolvimento. Suas relações com elas eram tranquilas, como era?

Antônio: Sempre foi muito boa. Mas era muito boa porque eu sabia o meu lugar, ou seja, eu nunca quis. No começo houve um estranhamento. Pessoas muito queridas minhas, muito próximas. Que tinham receio de me virarem clientela. De que eu fosse uma espécie de patrono, alguma coisa dessas. Branco pensa e negro é o objeto. Houve umas duas, ou três entreveros assim... Mas nunca me afetou. Mesmo porque eu tinha sempre tive muitos amigos. Mesmo essas pessoas que faziam isso eram minhas amigas, então, a mim isso criou desde cedo à ideia de um limite de onde eu devia caminhar em termos políticos.

Ou seja, a ideia clara que eu não era do movimento negro, que eu nunca me considerei um negro e, que, portanto, não tinha porque dizer como as pessoas poderiam fazer absolutamente nada. Agora, no plano intelectual, é diferente, certo? Aí, eu escrevi, pensei e tal. Totalmente livre, tanto assim, que, por exemplo, quando falo do Frei Davi, em que ele esperava que ou eu ficasse calado ou eu me manifestasse a favor da comissão da UnB... E eu não me manifestei a favor da UnB... Acho que ficou um pouco sentido com isso, mas eu não fui discutir isso em televisão nem em discutir em público. O Marcos Chor e o Ricardo me pediram um artigo e, eu externei minha opinião era um artigo político, tal, mas era isso. Era minha opinião.

Eu: Na verdade sua opinião seria como a comissão foi arquitetada?

Antônio: Na verdade aquilo é o que eu ainda hoje sinto, e até vou escrever agora um texto, exatamente sobre isso que você está acompanhando, você sabe que, por exemplo, recentemente, no Pará, o Instituto de educação no Pará, chegou a extrapolar. E

pra tornar totalmente objetiva a identificação criou uma folha que lembra Lombroso³⁰, né? Com medidas de nariz, de crânio. Então, moralmente, eu sempre me coloquei contra isso. Contra a qualquer tipo de verificação de identidade racial ou o que seja. Identidade social é identidade social. Não é pra ser verificada pelo o Estado ou polícia, ou que seja.

Eu nesse artigo que eu vou escrever quero, inclusive, me afastar um pouco dessa posição moral pra olhar um pouco mais sociologicamente. Me afastar um pouco do meu próprio par, do meu próprio viés. Eu moralmente sou contra, neste artigo que eu manifesto é de que o medo das fraudes não podem se levar tão longe a ponto de que pessoas determinem qual é a identidade racial de outras. Bem, então eu achava que um pouco mais de equilíbrio tinha que ser encontrado. Frei Davi achava que não, achava que tinha que combater as fraudes e tal, e eu achava que tem um preço e que tem certas linhas que não se podem avançar. Que não se podem ir além delas.

Eu: Essas comissões, você falou de equilíbrio, né? Eu fico pensando, por exemplo, no Brasil, quando chega o debate da política de cotas e que tem esses confrontos e, que o Brasil tem uma forma diferente de olhar a questão racial, você acha que esse equilíbrio tem que estar voltado pra isso? Na nossa forma de olhar a nossa questão racial?

Antônio: Olha uma das coisas que eu mais aprendi nesse, não participando, mas aprendi muito, foi à maneira como as universidades federais, principalmente a UFBA implantou as cotas. Você sabe que nós temos na Bahia cerca de 80% da população se declarando preta ou parda, ou seja, é uma quantidade muito grande, certo? Então, o problema deles era “o que fazer com isso?” Você não ia criar uma cota para 80% da população negra. A universidade só entra 80% da população, certo? Ia parecer uma coisa assim, porque mesmo assim, você não sabe se tem 80% dos candidatos negros estejam bem preparados pra entrar.

Então, então eles resolveram isso com uma sabedoria política, que na verdade não é engenharia, não é na cabeça de ninguém. Foi no debate com o movimento negro local, com os professores e etc. que se acabaram chegando a esse consenso que os merecedores das cotas eram as pessoas pobres. E coincidiam que as pessoas pobres eram negras, mas podia ser somente pobres, certo? Porque realmente de um problema

30

de justiça social que precisa ser feito. Então, quando eles criaram esse cruzamento entre escola pública, originário de escola pública que é um bom *proxy*, como se diz em estatísticas, né? Principalmente, pra situação social porque na verdade, as pessoas que têm posse mandam os filhos para escola particular, justamente para se preparar pro vestibular.

Então, quando se criaram essa junção pra fazer as cotas para somente para alunos de escolas públicas e, dentro da escola pública, reservarem um percentual para os alunos autodeclarados pretos e pardos, eu acho que foi de uma sabedoria. Isso que foi o equilíbrio. Foi uma sabedoria enorme, entendeu. A Unicamp percebeu isso, e fez mais ou menos a mesma coisa. Então, veja só os casos, os casos que eu conheço. Tanto a Unicamp quanto a federal da Bahia, houve e a há fraude nas duas. Você não pode evitar que o ser humano haja de tal maneira que não haja fraude, porque se tem uma regra vai ser fraudada, certo? O grande problema é o seguinte, qual é o preço que você vai pagar pra fazer com que sua regra seja obedecida? Então, quando o pessoal da Bahia fez essa junção o raciocínio era assim “Pô, o cara não é negro, tudo bem. Mas o cara é pobretão”. Então de certo modo, a fraude saía um pouco de 5% de fraude, tá o que que importa?! Se o cara é de origem baixa, esse cara fez tudo em escola pública entende, o cara não tem dinheiro, não é nenhum brancão rico, não é nada. Então a justiça social está sendo feita. E a fraude sai. Não precisa ficar criando nenhuma comissão de perseguição pra verificar se é ou não é.

Eu acho que a UnB, aí é o meu caso. Não gostei da UnB porque ela levou a uma necessidade de verificação que deu margem que as pessoas que eram contrárias a cotas saíssem com essa ideia de tribunal racial, ou seja, era a forma de fazer da UnB que não estava bastante ajustada, entendeu? Agora, isso não era uma coisa que eu podia dizer completamente com todas as letras como tô te dizendo agora, porque apesar de eu não querer fazer política eu não sou doido. Eu sei exatamente a importância que tem a opinião da gente. Tinha certas coisas que eu não poderia dizer, aí eu dizia de outra maneira, pessoalmente eu sempre achei que a solução que acabou prevalecendo era a mais sensata.

Eu: Eu revisito esse debate, né. Ai, eu te passo esta questão tipo 15 anos de implementação de política de cotas que tinha toda uma visão que aconteceria uma disputa racial dentro da universidade, principalmente de quem era contra. Dessa coisa

de racializar a política social, enfim, qual é sua visão hoje dentro desta perspectiva e dentro da universidade como você vê essas relações negras dentro do seu convívio?

Antônio: Eu acho que eu estava correto em achar que não afetaria absolutamente nada. Melhoraria bastante o ambiente escolar. Daria a possibilidade de uma criação de uma classe média negra em bases muito mais duradouras e sólidas como a gente tinha no passado, ou seja, tudo que eu pensava e que debatia com pessoas como Peter e Ivonne e outros, eu acho que estava certo. Estava completamente correto.

Acho que o problema da Universidade não estava aí, o que estava em jogo era outra coisa, que achava realmente que estava em jogo, ou seja, a necessidade de democratizar um espaço. O risco que havia realmente continua havendo. Que é que a universidade pública se transforme numa faculdade de segunda linha. Mas isso não é por conta dos alunos que entraram, isso é por conta de uma política de desinvestimento na educação. Que foi revestida pelo governo Lula, que era um governo comprometido com isso, mas, que não teve o apoio das esquerdas por, exemplo, os movimentos sindicais hoje eu sou muito crítico, acho que grande responsável pelo que tá ocorrendo com a Universidade pública não foi somente pela vontade brasileira das classes dirigentes com a educação e falta de vontade de se criar realmente e de se manter e expandir um sistema público de qualidade, entendeu? Acho que essas elites brasileiras não têm nenhum interesse nisso, é uma elite realmente ignorante, estúpida e atrasada e, acho que os movimentos sindicais são corporativos demais e pensam apenas nos seus interesses imediatos.

Então, essa conjunção de um bando de gente que só pensam nos seus interesses imediatos faz com que a educação brasileira vá pro brejo, como a saúde vai pro brejo, tudo entendeu? [...] Dessa oportunidade que se criou no Brasil pra se incluir cada vez, então essa foi à parte virtuosa, foi uma luta boa de brigar, mesmo que eu não tivesse brigado como político, eu briguei como sociólogo. Mas foi ótimo brigar, não me arrependo nada do que eu disse, ou eu escrevi.

Eu: Você acha que se criou uma nova cidadania negra? As pessoas negras de fato passaram a ter uma noção maior de sua cidadania com a política de cotas?

Antônio: Acho que sim. Se a gente olha, por exemplo, os dados de identificação racial, o censo, você vê que existe uma tendência hoje de maior da

população mestiça brasileira se declarar pardos ou se declarar negros do que antigamente. Então isso indica que realmente a negritude não é mais de quando eu era criança como algo que você tinha que evitar que você tinha que esconder se tinha que modificar, quer dizer as pessoas hoje, já não tratam isso como algo que as prejudique. Pelo contrário, toda essa ideia, que vieram de muito tempo, não foram só as cotas não. Foram uma combinação disso, desde daquela coisa de “black power”, do funk, dos anos 70, 80. Agora as cotas ajudam muito, toda política social ajuda muito. Realmente possibilidades materiais de se constituir uma vida de classe média, que tem uma durabilidade, né.

Não é coisa que a gente lia e que, provavelmente, marcou minha infância, que era coisa de que as famílias negras eram geralmente oriundas de pessoas de que tinham relações de compadrio com gente branca. Geralmente, pessoas muito poderosas. Essas histórias que você encontra no Tales de Azevedo acho que existem na prática, por exemplo, Edivaldo Brito, que a mãe era criada da casa em uma família aristocrática do recôncavo baiano. E aí, protegeu o menino e estudou se formou em direito, teve a carreira, ou seja, a possibilidade de uma carreira negra era dada com essas relações de compadrio e de amizade com famílias brancas, bastardas, né. Brasil hoje é outro, isso não existe mais, entendeu.

Uma criança negra tem o direito de entrar e ter um lugar na universidade de certo modo reservado pra ela desde que ela consiga vencer dificuldades enormes muito mais que uma pessoa branca. Mas de qualquer maneira já não precisa mais de relações pessoais pra fazer isso, pode entrar de cabeça erguida com seus próprios méritos, foi sua vitória, conseguiu isso com seu próprio esforço. Então, esse é o Brasil que a gente quer, entendeu.

Eu: o que você percebe hoje com a sua relação das ações afirmativas com relação social?

Antônio: A gente pode pensar nisso em duas direções. Uma direção é de que as ciências sociais brasileiras tomaram de maneira tradicional é de que as diferenças de classe são muito importantes para o Brasil. E por classe, se deve entender muito mais do que simplesmente o lugar da produção, certo? Do conceito marxista, tal. Por classe se deve entender sua propriedade e também status social. Então é uma sociedade que desde sempre foi muito marcada por diferentes status sociais. Pela aceitação de certos

privilégios que marcam até hoje a sociedade brasileira, por exemplo, o desembargador o ministro, um juiz, um delegado de polícia ele se acha com privilégio em certos sentidos. Então, a ideia de classe que alguns grupos sociais acham normal ter privilégios e hierarquias isso marca a sociedade brasileira como todo. Então, essa é uma linha que geralmente a sociologia no Brasil sempre tomou.

A outra ponta disso é justamente a diferença racial, porque nesta ordem de privilégios tinha também uma ordem racial. Uma ordem daqueles que na verdade foram trazidos escravizados, quando são alforriados ainda tinham as marcas desse passado, então tinham todos os estereótipos ligados a isso todos os preconceitos, então tem uma ordem racial no Brasil muito clara. Agora é uma ordem muito clara se a gente percebe a ordem de classes que a sustenta.

Então, não é uma coisa contra a outra ou separada da outra. Elas estão totalmente imbricadas desde o início. [...] Ou seja, uma ordem não existe sem a outra, então quando fui a favor de cotas raciais, e na verdade no princípio eu nem gostava da ideia mesmo de cotas raciais, eu gostava muito da ideia de ação afirmativa, mas não achava que as cotas pudessem ser uma boa solução, mais tarde ficou claro que não dava pra implementar as ações afirmativas no Brasil sem as cotas. Ou seja, ou se fazia as cotas, ou não ia ter a ação afirmativa. E aí, foi à primeira mudança no meu pensamento.

As primeiras coisas que escrevi eu acho que não deveria ter cotas, no máximo que deveria ter metas, ou seja, se deviam fazer políticas públicas com uma certa meta, sei lá, em 1997 em 2002 devemos ter um percentual tal de negros na universidade, depois ficou muito claro pra mim que esse pensamento era um pensamento que não tinham condições de ser implementado. Porque tomando o Brasil real o modo como às pessoas são seria impossível em ter metas somente.

Uma coisa é a universidade americana que tem um sistema de seleção totalmente independente, em universidade de alto nível, rica, então, essa daí pode fazer a sua política de ação afirmativa do modo que quiser, atinge suas metas. Não é o caso do Brasil de uma universidade pública financiada por dinheiro público, que tem que ter regras democráticas e a regras tem que se aplicar a todos. Então, eu comecei a entender que as cotas eram realmente necessárias, não tinha como. Isso me pacificou completamente, tinha que se defenderem as cotas porque era o único modo das ações afirmativas, que realmente definitivamente, desses resultados.

Eu: Mas o que exatamente fez você mudar?

Antônio: A realidade mesmo. Na hora que se começou a desenhar políticas para serem implementadas, nestas discussões nas quais eu não participei, mas que acompanhava muito de perto, porque eram pessoas, ou que tinham trabalhado comigo ou que trabalhavam comigo e, com quem eu discutia o tempo todo, sabia exatamente o que elas pensavam e, sabiam as possibilidades práticas de se fazer aquilo, eu fui entendendo que a única maneira de fazer era aquela não tinha outra.

Eu: Você vê contradições nas políticas de cotas hoje?

Antônio: Olha, hoje o que eu acho que o principal problema não é tanto a política de cotas, né. Acho que o principal problema hoje está em garantir a qualidade de ensino e está se deteriorando, e que pode ser uma coisa muito perversa pras pessoas que têm essa oportunidade hoje de entrar na universidade, ou seja, a política do governo passado, do governo Lula, de um governo popular, foi muito importante em ampliar vagas, ampliar a universidades, ampliar áreas geográficas de cobertura das universidades, modificar e ampliar também a forma de acesso, através do ENEM, através do SISU, ou seja, se criou uma possibilidade muito grande de ampliação, de inclusão.

E o desafio que eu vejo para o movimento negro é de novo conseguir falar pra sociedade, não falar somente pra si. Porque se o MN conquistou o que conquistou nestes últimos 20 anos, é porque não falou somente para os negros, mas pra sociedade brasileira. Mostrou que tinha problemas no acesso no ensino superior, propôs uma saída pra isso, lutou politicamente pra conseguir, então o MN foi algo universal, foi algo que se viu pro Brasil inteiro. Eu acho que o desafio do MN hoje é continuar pensando assim. Como continuar expandido essas oportunidades, mas garantindo a qualidade do ensino.

Então, esse é o maior problema, porque essa coisa por exemplo da política racial, essas coisas de que as pessoas falavam e, que ainda falam hoje, acho que trocam as bolas com esse negócio de ficar com medo de racialização, que as pessoas vão racializar. Eu acho que na prática não é isso, uma coisa é falar pra si outra coisa é falar pro mundo. E você não vai falar pra si como se você não fosse negro, você tem que falar pra si como um negro. Então, a identidade negra não quer dizer nada a não ser isso, agora se você quiser que a identidade negra seja uma coisa tão pequena e que seja uma

coisa que interesse só aos negros, aí você vai começar a brigar “quem é negro, quem não é negro”, “você é mais clara”, “você sofreu e eu não sofri” e, vai ficando cada vez mais menorzinho, fala pra ninguém, a não ser pra si.

Eu: A racialização, porque você acha que tinha essa questão da raça como um conceito?

Antônio: Olha, eu quero acreditar que seja nascido sempre de boas intenções. Eu não quero acreditar que sejam pessoas má intencionadas. Nada disso. Eu acho que você tem exemplos históricos muito perversos de racialização, certo? Você tem esses exemplos na Europa que continuam muito complicados, na África no colonialismo inglês, ou seja, quando você quer fazer uma divisão da humanidade em termos raciais, geralmente, grupos dominantes, quando fazem isso, os resultados têm sido terríveis.

E o raciocínio destas pessoas que são contrárias, tem uma racionalidade, não é irracional. O que na verdade eles têm medo é que todo esse discurso racial acabe se voltando contra as pessoas menos poderosas, né. Mais fracas. Você acabe falando tanto em raça que torna essas coisas tão normais que dê motivos, que possibilite o retorno desse discurso racial opressor. Então pessoas como Peter, nas vezes que discuti com ele, o ponto mais problemático era justamente esse. Ou seja, se a gente começa a transformar isso em algo normal, sei lá, vai aparecer um tempo na vida que vai tornar isso como normal.

Eu: Eu cheguei a conversar com Peter sobre isso, na verdade, ele tinha uma perspectiva do tipo, o Brasil tinha uma forma diferente de olhar a questão racial.

Antônio: Exatamente, isso sempre foi à linha deles. Por isso que eu estou dizendo, não é mal intencionado. Mas é a linha tomada, eu acho que historicamente desde os anos 20,25,30, depois da guerra então, isso se tornou consensual. Esta história de que historicamente não tinha saída pro Brasil em termos raciais, a não ser admitir que era um país mestiço e fazer uma política de integração e que as políticas raciais fossem mesmos importantes. É um pensamento interessante. Foi muito progressista durante um bom tempo, mas os tempos mudaram. A única coisa que eu acho que o pessoal aí tá raciocinando um pouco fora do tempo, entendeu? É arcaísmo assim de pensamento que dá lugar a muitos medos a muitos receios que na verdade não se cumpriram porque não

são exatamente problemas. Eu, por exemplo, não tenho a vivência que você tem. Mas eu duvido que no meio negro se alimente a ideia de que um Brasil bom seria um Brasil negro, acho que não existe isso.

Eu: E um dos maiores desafios da política de cotas é que a gente não olha pra nossa questão racial como olha os EUA ou a África do Sul. Você acha que esse nosso discurso racial que é pautado na democracia racial, no discurso de mestiçagem e, entra uma política como essa dizendo que segregamos. Você também considera como o maior desafio?

Antônio: Foi. Agora, é um desafio engraçado, porque era um desafio que se achava muito maior do que era. Tinha muito mais retórica do que realidade nisso, ou seja, a brincadeira que Tomas Skidmore fez “Pergunte a polícia quem é negro...” ele fez essa brincadeira em 96, e pegou né, todo mundo repete isso, é puramente verdade é uma anedota, é uma brincadeira que expressa uma verdade imensa. Porque apesar das pessoas negarem e ficarem falando “somos todos mestiços”, mas quando você vê um negro você sabe que é negro

Agora quando isso vai se transformar em política democrática de massa, porque uma coisa é você ter um laboratório pessoal, e dizer, ou vou fazer uma política afirmativa. Eu vou criar uma elite negra. Aí você seleciona seus alunos assim. São 10,15. Aí é fácil. Agora uma democracia onde as regras devem prevalecer pra todos onde todos têm direitos iguais, todos têm iguais oportunidades e você tem que fazer uma seleção, como é que você faz isso? Aí tem duas maneiras uma, é você dizer o seguinte, “bom, eu não posso dizer quem é preto, mas as pessoas sabem” e afinal de contas quem se define como preto ou como pardo, tem um custo não é só benefício.

Então é uma forma mais democrática. A tal das comissões quer fazer uma política de massa com base em regras estritas que deve ser acompanhadas e isso eu não gosto, porque numa política de massa onde você vai fiscalizar identidade e você tá dando um passo pra uma coisa muito totalitária, isso aí, afinal de contas é pra dizer se você é negro ou se você não é. Então, quando eu digo que as federais foram sábias e quando tentam desmanchar esse negócio. Quer dizer, olha pra a situação brasileira de uma maneira real, quer dizer, o que você tem no Brasil? Tem no Brasil uma maioria de pessoas de filhos e meninos que não têm oportunidades de entrar nas escolas e universidades boas. Onde é que estão esses meninos? Esses meninos estão na escola

pública. Então, se vai fazer uma política de justiça social, onde é que vai se buscar esses meninos? Na escola pública. E, a partir daí você faz uma conciliação com o MN.

Eu achei sábia demais essa solução. É lógico que alguém de fora pode chegar e dizer assim “o Brasil é sempre jeitinho, ao invés de ter uma política pra negro...” Não é uma questão de jeitinho, é uma questão de realidade mesmo social e política.

Eu: Você acha que essa Comissão seria uma das maiores contradições que confronta inclusive com a identidade hoje?

Antônio: Eu não gosto delas. Mas isso aqui que estou lhe dizendo não tem nenhuma reflexão. Estou querendo pensar sobre ela. Eu tenho uma aversão que é moral. Aí eu não me diferencio de nenhum cidadão comum, certo? Não tenho grande reflexão nisso. Eu tô querendo fazer um enorme esforço pra retirar essa minha versão pra pensar nisso de uma maneira com mais distância, com mais racionalidade. A princípio é um valor meu que eu acho que não gosta quando as pessoas dizem o que você é.

Eu: Então, pra mim parece uma forma de você encontrar a contradição é nesse sentido. É como a comissão está dizendo quem você é ao invés de auto se identificar.

Antônio: É isso mesmo. Se a política fosse feita de outro modo, por exemplo, se só tivesse ali pessoas oriundas da escola pública, pessoas que passaram oito anos na escola pública e de repente passam no vestibular da UnB. Você não tem nada a opor que a pessoa seja clara ou menos clara. Socialmente você vai dizer para o cara “você não merece”? Aí vai parecer aquela música do Caetano (Haiti), quer dizer, você chega na raiz da nossa sociedade, em que na verdade, se um branco é tratado daquele jeito ele é preto. É todo o racismo jogado nas pessoas pobres, também. De certo modo.

Eu: Então, existe também uma grande dificuldade de se pontuar quem é negro ou não. Aí para o MN e as outras partes entram num embate.

Antônio: É uma armadilha né. Que você entra e não precisava entrar. Mas o MN, a minha impressão de fora, tem coisas muito mais importantes em que se preocupar, do que essa coisa de criar um círculo e dizer aqui somos nós, vocês são os outros. É um pensamento, e quem adere àquele pensamento é nosso, certo? Nós temos uma linha. E foi graças a essas pessoas que pensavam assim, que sempre fui muito bem

recebido pelo movimento negro. Pessoas que quando alguém me atacava diziam “não ligue não rapaz, essa pessoa não sabe muito bem falar o que é aliança”, ou seja, você tem um pensamento, e quem tá pensando como você é seu e, quem tá pensando ao contrário você tem que convencer. Então, é um movimento que tem que pensar em ideias, ter objetivos muitos claros e tentar pensar ser universal. Tentar falar pra sociedade como todo. E não se preocupar em uma identidade cada vez mais restrita.

Eu: Você acha que raça foi o maior instrumento desse momento de quem era contra ou a favor? E como era feita essa articulação pra você? Como era a sua visão diante da sua articulação!

Antônio: Em breve, eu acho o seguinte, que você poderá usar das duas formas: usar pra construir uma identidade e essa identidade ser essencial pra conquistas de direitos e para o avanço das relações humanas ou pode ser algo que restrinja ou oprima, que explore. Ela nasceu desse jeito, opressora, mas, ela pode ser usada como uma categoria de identificação que ajude a quebrar justamente essa opressão, conquistar direitos, etc. Então ela é ambígua como todas as categorias quando elas são politizadas elas servem pros dois sentidos.

Eu: Por que existia dicotomia em relação à política de cotas. E me diz o que você acha que, principalmente quem era contra, não falam mais sobre isso? Não produzem mais sobre isso.

Antônio: Interesses. Puro interesse. E o jogo foi definido. Dificilmente vai ser revertido. Esse foi um jogo perdido pra eles, certo? Daí em diante você tem que adaptar a esse jogo. Primeiro, as escolas particulares é uma dessas saídas e, depois profissões dentro dessas escolas públicas também é um tipo de saída. O mercado de trabalho, toda a pós-graduação, o lugar que você faz a pós-graduação, ou seja, as desigualdades vão sendo definidas com outro nível, com outro patamar, com outra linguagem.

Por isso que eu acho que o erro pior que se pode cometer, é deixar que esses lugares novos que foram criados transformem em escolas de segunda linha, de terceira linha, de quarta linha etc. E que as pessoas olhem assim “ah você foi formado na federal do Tocantins” ou “você veio da federal do oeste Bahia” “ah, você é do recôncavo da Bahia”. Então o jogo da desigualdade vai ser a partir daí, entendeu? Se houvesse a possibilidade de reverter seria revertido né, mas como você está observando,

ninguém está falando nisso, ou seja, aparentemente, não tem nenhum político que se eleja se insinuar que vai desfazer as cotas. Então o jogo tá perdido, então as coisas têm que ser jogadas a partir daí...